

Prefeitura Municipal de Congonhas

Cidade dos Profetas

Área de Compras e Licitações

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Certifico que, nesta data, foi procedido a abertura do **VOLUME IV** do processo descrito abaixo, que vai numerado a partir da folha nº 942 .

Processo de Licitação Nº PRC/117/2022

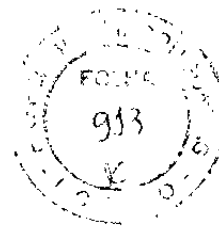
Processo Administrativo Nº PMC/6148/2022

Modalidade: ADESÃO Nº PMC/004/2022

Data: 16/12/2022

Assinatura com identificação do responsável


EVANDRA LACERDA



A N E X O	<input type="checkbox"/>	TOMADA DE PREÇOS	Folha Nº:	
	<input type="checkbox"/>	CREDENCIAMENTO		
AO PROCESSO	<input type="checkbox"/>	CONCORRÊNCIA		
DE LICITAÇÃO	<input type="checkbox"/>	DISPENSA	PMC Nº:	004/2022
	<input type="checkbox"/>	INEXIGIBILIDADE		
	<input type="checkbox"/>	PREGÃO	<input checked="" type="checkbox"/>	ADESÃO

À PROJUR,

Gentileza analisar e emitir parecer acerca da solicitação contida na Comunicação Interna nº PMC/SEOB/446/2022 da Secretaria Municipal de Obras e minuta do aditivo em anexo.

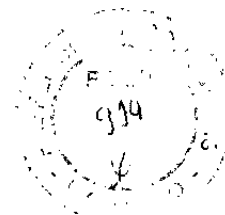
Congonhas, 16 de dezembro de 2022.


Pl Carlos Felipe Soares Ribeiro
Diretor de Contratos e Licitações



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

Folha Nº _____



Anexo ao Processo Nº _____ / _____, de _____ / _____ / _____

Prezada Evandra,

Fineza elaborar a minuta de aditivo para acréscimo de quantitativo, conforme solicitação contida na Comunicação Interna nº PMC/SEMOBI/446/2022 da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Atenciosamente.

Congonhas, 15 de dezembro de 2022.


Carlos Felipe Soares Ribeiro
Diretoria de Contratos e Licitações

Recebido em 15/12/2022
Evandra
11615

PREFEITURA DE CONGONHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Vilaca
Vitória Vilaca
Assessor III
Matrícula: 20144428
SEPLAG - Congonhas

13/12/22

COMUNICAÇÃO INTERNA

Nº. PMC/SEOB/446/2022

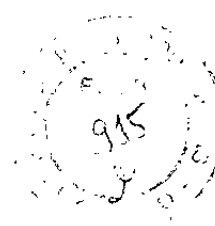
De : Roberto Francisco da Silva.

Para : Antônio Mendes da Silva

Data : 12/12/2022

SEMOBI

SEPLAG



Referência: Contrato nº PMC/120/2022 de 19/09/2022, Adesão Nº PMC/004/2022, Processo Licitatório 117/2022, Processo Administrativo Nº PMC/6148/2022.

Objeto: Execução dos serviços de reparos e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana, visando atender o Município de Congonhas.

Contratada: CONSÓRCIO SINAINFRA.

Prazo: 12 meses para a obra - 14 meses para o contrato

Início: 22/07/2022

Previsão de término: 22/07/2023 (execução) – 22/09/2023 (vigência)

Senhor Secretário;

O contrato nº PMC/120/2022 é decorrente de uma adesão da AMMESF, que foi formalizado em 19/09/2022.

A Contratada Consórcio Sinainfra Ltda, protocolou nesta Secretaria solicitação de reajuste de preços, considerando a data da apresentação da proposta em 12/11/2021, que refere-se a apresentação da proposta na AMMESF.

Solicito a V.Sª, orientações do setor competente quanto a possibilidade da concessão do reajuste de preços, por se tratar de uma adesão de ata, qual seria o marco inicial para a contagem da aplicação do reajuste pleiteado.

Atenciosamente;

Roberto Francisco da Silva
Roberto Francisco da Silva.

Secretário Municipal Adjunto de Obras e Infraestrutura.

AUTORIZADO

15/12/22

Antônio Mendes da Silva
Antônio Mendes da Silva
Secretário de Planejamento
e Gestão

João Pinheiro – MG, 05 de dezembro de 2022.

OFICIO Nº 1816-2022

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

A/C – Secretaria Municipal de Obras

REF: PEDIDO DE REAJUSTE CONTRATUAL

CONTRATO Nº PMC 120/2020, VINCULADO À ADESÃO Nº. PMC/002/2022 Nº PRC/117/2022 Nº. PMC/5502/2017, em conformidade com o Processo Adm. Licitatório nº 006/2021 – Modalidade Pregão Eletrônico Registro de Preço 02/2021, que tem por objeto a execução dos serviços de reparos e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana no Município de Congonhas.

A **CONSTRUTORA SINARCO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.367.118/0001-40, com sede na Rua Capitão Sancho, nº 209, Bairro Centro, João Pinheiro, Minas Gerais, CEP 38.770-000, vem, a presença de Vossa Senhoria, informar e requerer o que segue:

Em 22 de julho de 2022 assinamos o contrato supracitado, o qual foi originado da adesão ao processo realizado pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - AMMESF, cuja data de apresentação da proposta ocorreu em **12 de novembro de 2021**.

Tendo em vista o **reajuste** dos preços contratuais, constantes da planilha de orçamento, após o período de **12 (doze) meses**, a contar da data da **apresentação da proposta**, de acordo com a **Cláusula Quarta, item 4.3**, do contrato. Utilizou-se a seguinte fórmula, aplicável na conformidade das condições aqui preceituadas:

Será aplicada a seguinte fórmula:

$R = Po \times [(Li - Lo)/Lo]$, onde:

R é o valor do reajustamento;

Po é o preço inicial dos serviços a serem reajustados;

Li são os índices publicados pela revista “Conjuntura Econômica” da Fundação Getúlio

Vargas, referente ao mês de execução dos serviços e obras; (outubro de 2022 – último índice divulgado pela FGV)

Lo é o índice publicado pela mesma revista, **referente ao mês da apresentação da proposta - novembro/2021**

Salientamos que, para o cálculo do índice de reajuste, foi utilizado o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, referente ao **Índice Nacional do Custo da Construção (INCC-DI)**. Foi considerada a variação entre os meses de novembro de 2021 e outubro de 2022, pois este foi o último índice divulgado pela FGV.

Diante do exposto, viemos respeitosamente perante a V. Senhoria solicitar seja providenciado o processo e pagamento de reajuste contratual anual, nos moldes do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993, conforme cálculos em anexo.

Atenciosamente,



Assinado de forma digital por
GILBERTO HENRIQUE ALVES
MODESTO DA SILVA 09894037690
Dados: 2022.12.05 14:50:35 -03'00'

CONSTRUTORA SINARCO LTDA

CNPJ 03.367.118/0001-40



Rua Capitão Sancho, 209 - Centro
João Pinheiro - MG - 38770-000



+55 (38) 3561-2334



comercial@sinarco.com.br
www.sinarco.com.br

SOLICITAÇÃO DE REAJUSTE CONTRATUAL - CONTRATO Nº PMC 120/2022																																																																					
DATA: 05/12/2022																																																																					
FONTE: FGV IBRE																																																																					
ÍNDICE: INCC																																																																					
DATA BASE DE REFERÊNCIA (APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA): 12/11/2021																																																																					
DATA BASE DO REAJUSTE: 12/11/2022																																																																					
FÓRMULA PARA REAJUSTE:	$R = Po \times ((Li - Lo) / Lo)$																																																																				
Onde:	R = Valor do Reajustamento																																																																				
	Po = Preço inicial a ser reajustado (Planilha do contrato)																																																																				
	Li = Índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês do reajuste (Outubro/2022- último índice divulgado)																																																																				
	Lo = Índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês da apresentação da proposta																																																																				
Lo (11/2021) =	959,001																																																																				
Li (10/2022) =	1.046,896 ÚLTIMO ÍNDICE DIVULGADO																																																																				
$(Li - Lo) / Lo$	0,0917																																																																				
ÍNDICE =	9,17%																																																																				
INCC-DI																																																																					
<table><thead><tr><th rowspan="2">Mês</th><th rowspan="2">Índice</th><th colspan="3">Variação (%)</th></tr><tr><th>No mês</th><th>No ano</th><th>12 meses</th></tr></thead><tbody><tr><td>novembro/2021</td><td>959,001</td><td>0,67</td><td>13,46</td><td>14,25</td></tr><tr><td>dezembro/2021</td><td>962,321</td><td>0,35</td><td>13,85</td><td>13,85</td></tr><tr><td>janeiro/2022</td><td>969,184</td><td>0,71</td><td>0,71</td><td>13,65</td></tr><tr><td>fevereiro/2022</td><td>972,904</td><td>0,38</td><td>1,10</td><td>11,97</td></tr><tr><td>março/2022</td><td>981,244</td><td>0,86</td><td>1,97</td><td>11,47</td></tr><tr><td>abril/2022</td><td>990,543</td><td>0,95</td><td>2,93</td><td>11,52</td></tr><tr><td>maio/2022</td><td>1.013,164</td><td>2,28</td><td>5,28</td><td>11,59</td></tr><tr><td>junho/2022</td><td>1.034,824</td><td>2,14</td><td>7,53</td><td>11,57</td></tr><tr><td>julho/2022</td><td>1.043,760</td><td>0,86</td><td>8,46</td><td>11,59</td></tr><tr><td>agosto/2022</td><td>1.044,679</td><td>0,09</td><td>8,56</td><td>11,17</td></tr><tr><td>setembro/2022</td><td>1.045,616</td><td>0,09</td><td>8,66</td><td>10,70</td></tr><tr><td>outubro/2022</td><td>1.046,896</td><td>0,12</td><td>8,79</td><td>9,90</td></tr></tbody></table>		Mês	Índice	Variação (%)			No mês	No ano	12 meses	novembro/2021	959,001	0,67	13,46	14,25	dezembro/2021	962,321	0,35	13,85	13,85	janeiro/2022	969,184	0,71	0,71	13,65	fevereiro/2022	972,904	0,38	1,10	11,97	março/2022	981,244	0,86	1,97	11,47	abril/2022	990,543	0,95	2,93	11,52	maio/2022	1.013,164	2,28	5,28	11,59	junho/2022	1.034,824	2,14	7,53	11,57	julho/2022	1.043,760	0,86	8,46	11,59	agosto/2022	1.044,679	0,09	8,56	11,17	setembro/2022	1.045,616	0,09	8,66	10,70	outubro/2022	1.046,896	0,12	8,79	9,90
Mês	Índice			Variação (%)																																																																	
		No mês	No ano	12 meses																																																																	
novembro/2021	959,001	0,67	13,46	14,25																																																																	
dezembro/2021	962,321	0,35	13,85	13,85																																																																	
janeiro/2022	969,184	0,71	0,71	13,65																																																																	
fevereiro/2022	972,904	0,38	1,10	11,97																																																																	
março/2022	981,244	0,86	1,97	11,47																																																																	
abril/2022	990,543	0,95	2,93	11,52																																																																	
maio/2022	1.013,164	2,28	5,28	11,59																																																																	
junho/2022	1.034,824	2,14	7,53	11,57																																																																	
julho/2022	1.043,760	0,86	8,46	11,59																																																																	
agosto/2022	1.044,679	0,09	8,56	11,17																																																																	
setembro/2022	1.045,616	0,09	8,66	10,70																																																																	
outubro/2022	1.046,896	0,12	8,79	9,90																																																																	
Fonte: FGV																																																																					



Assinado de forma digital por
FILIPE HENRIQUE ALVES
MODESTO DA SILVA:09894037690
Dados: 2022.12.05 14:47:32 -03'00'

CONSTRUTORA SINARCO LTDA
CNPJ: 03.367.118/0001-40
FILIPE HENRIQUE ALVES MODESTO DA SILVA
CREA-MG 228.225/D
ENGENHEIRO CIVIL - DIRETOR DE OBRAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

MINUTA PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº PMC/120/2022

P. A. Nº. PMC/5502/2017

Adesão: nº 004/2022

PRC/117/2022



O MUNICÍPIO DE CONGONHAS, como CONTRATANTE, por sua Prefeitura Municipal, sediada à Praça Presidente Kubitschek, 135, inscrita no CNPJ sob o nº 16.752.446/0001-02, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Cláudio Antônio de Souza, que por força do Decreto nº 5.936 de 07 de fevereiro de 2014 passa a integrar o presente aditivo a Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura, Simônia Maria de Jesus Magalhães, e do outro lado, a empresa **CONSÓRCIO SINAINFRA**, com sede à Rua Capitão Sancho, nº 209, sala 04, Bairro Centro, Município de João Pinheiro-MG, CEP 38.770-000, inscrita no CNPJ sob o nº 44.555.411/0001-19, neste ato representado pelo **Sr. Cristiano Mendonça de Novaes**, portador da identidade nº M-6.983.518 e CPF: 006.488.636-03, resolvem, considerando a solicitação e justificativa feita pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura em sua Comunicação Interna nº. PMC/SEOB/446/2022, documentos anexos e o parecer da Procuradoria Jurídica da Prefeitura, aditar, pela sexta vez o contrato originalmente firmado, estabelecendo o que se segue:

1- CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto

1.1- Constitui objeto do presente aditivo o reajuste de preços do Contrato nº PMC/120/2022, pelo índice do no percentual de% (..... por cento), conforme cálculo da folha do processo e planilha anexa.

1.2- O presente aditivo tem amparo legal

2- CLÁUSULA SEGUNDA – Valor

2.1- O valor do presente aditivo é de R\$ (.....).

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - Recursos Financeiros

3.1- A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária vigente:

Órgão: 12 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Unidade: 04 – Gestão de Obras Públicas

Atividade: 1.004 – Construção e Pavimentação de Vias Urbanas

449051 – Obras e Instalações

4- CLÁUSULA QUARTA

4.1- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original que não colidirem ou conflitarem com o presente termo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

E estando justas e acertadas firmam as partes, o presente termo, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Congonhas, de de 2022.

Simônia Maria de Jesus Magalhães
Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura

Cristiano Mendonça de Novaes
CONSÓRCIO SINAINFRA.

TESTEMUNHAS: 1.

2.



Anexo ao Processo Nº _____, de _____

Ilma. Sra. Sra.

Fuente eutim Ravei

16/12/2022

Guilherme Rios Gonçalves
Procurador Municipal
OAB 123.457

S



Processo de Licitação nº PRC/117/2022

Processo Administrativo nº PMC/6148/2022

A Diretoria de Contratos e Licitações solicita a análise e emissão de parecer jurídico acerca da solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, que tem por objeto o aditivo para reajuste do contrato de prestação de serviços nº 120/2022.

O presente procedimento encontra-se formalmente em ordem, devidamente autuado, com as suas folhas numeradas e rubricadas pelos servidores responsáveis pela juntada dos documentos (art. 38, caput da Lei 8.666/93).

A matéria é trazida à apreciação jurídica, em cumprimento do disposto no art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93.

É o relatório. Passo a opinar

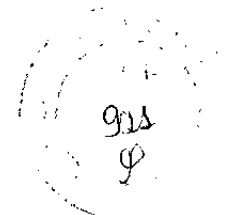
Fundamentação

Prefácio

Antes de analisar o mérito, **advirto** que a presente manifestação:

- a) Toma por base **exclusivamente** os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe;
- b) Analisa tão somente dos **aspectos jurídicos**, não prestando informação quanto a conveniência e oportunidade dos atos administrativos, tampouco analisa/revisa os aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Assinatura



Do reajuste

A possibilidade jurídica de incidência de reajuste anual no valor das contratações públicas emerge da imperiosa necessidade de **manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato** (isto é, relação entre a prestação oferecida pela contratada e a correspondente remuneração pela Administração Pública contratante), como forma de evitar o enriquecimento sem causa.

A questão possui assento constitucional, vez que o art. 37, XXI de nossa Carta Magna determina que os pagamentos devem ocorrer ***mantidas as mesmas condições efetivas das propostas reveladas no certame licitatório***.

Albergando tal ideia, o art. 5º, §1º da Lei 8.666/93 expressamente consigna:

Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no **pagamento das obrigações relativas** ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e **prestação de serviços**, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

§ 1º Os créditos a que se refere este artigo **terão seus valores corrigidos por critérios previstos no ato convocatório e que lhes preservem o valor**.

O reajuste visa à recomposição do valor real da moeda, isto é, do seu poder de compra, **compensando perdas inflacionárias** com a elevação do valor nominal na mesma proporção, com o objetivo de cumprir o mandamento constitucional, conforme alhures.

Não há efetiva elevação da contraprestação pecuniária devida pela Administração Pública contratante, mas apenas um ajuste destinado à manutenção do sinalagma contratual num mesmo patamar, desde a época da

Amatins

apresentação da proposta na licitação até o momento do pagamento ao particular. Exatamente por isso, o art. 65, §8º da Lei 8.666/1993 sequer exige a celebração de Termo Aditivo para, exclusivamente, reajustar o valor contratual:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

§ 8º A **variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato**, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, **bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido**, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

O reajustamento de preços é, inclusive, **cláusula necessária** do contrato administrativo, consoante art. 55, inciso III da Lei 8.666/1993:

Art. 55. São **cláusulas necessárias** em todo contrato as que estabeleçam:

(...)

III - o preço e as condições de pagamento, **os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços**, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

Destarte, o reajuste anual de preços consubstancia um verdadeiro **direito subjetivo** do contratado, desde que cumpridos todos os requisitos legais.

Tratando-se de mera indexação de índices setoriais ou gerais, aplicam-se as regras da Lei Federal 10.192/01, que estabelecem **periodicidade mínima de um ano** para a concessão do reajuste:

Art. 2º É admitida estipulação de correção monetária ou de **reajuste** por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de **duração igual ou superior a um ano**.

§ 1º É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a um ano.

(...)

§ 3º Ressalvado o disposto no § 7º do art. 28 da Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995, e no parágrafo seguinte, são nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

Quanto à **data inicial** para a contagem *supra*, especifica o art. 3º da Lei nº 10.192/2001:

“Art. 3º Os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as disposições desta Lei, e, no que com ela não conflitarem, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º A periodicidade anual nos contratos de que trata o caput deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir”.

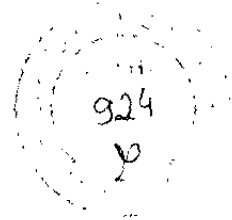
Na espécie, nota-se que a **cláusula 4.3** do Contrato nº 120/2022 estabeleceu reajuste com base no Índice Nacional Da Construção Civil - INCC.

Em exame estritamente jurídico, se presentes os requisitos acima apontados, a contratada fará *jus* ao reajuste, que poderá ser formulado depois de apurado pelos Srs. Economistas da SEPLAG, o percentual da variação do índice acumulada no período.

Segue parecer da AGU em anexo, com entendimento quanto ao marco inicial da aplicação do reajuste.

¹ No mesmo sentido, Lei 8.666/1993 - art. 40, XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

Congonhas



Do orçamento público

Cumpridas as exigências legais destacadas nos tópicos anteriores, os autos deverão ser encaminhados à Diretoria de Planejamento e Orçamento da SEPLAG, para reserva de dotação orçamentária que suporte as despesas decorrentes da renovação do contrato, se em consonância com a lei orçamentária anual e o plano plurianual (art. 167, II, da Constituição da República c/c art. 7º, § 2º, III, da Lei nº 8.666/1993).

Da minuta de do termo aditivo

Em análise da minuta do Termo Aditivo ao Contrato, não vislumbro a necessidade de alterações, haja vista que o instrumento apresenta os requisitos formais exigidos pela Lei 8.666/93.

Conclusão

Ante o exposto, entende-se juridicamente possível a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº PMC/120/2022, firmado com Consórcio Sinainfra, a fim de de **reajuste anual**, conforme **art. 5º, § 1º** da Lei nº 8.666/1993, desde que cumpridos os requisitos supracitados.

É o parecer.

Congonhas/MG, 20 de dezembro de 2022.


Sheyla Andrade Martins

Procuradora Adjunta

OAB/MG 195.038 – matrícula 20144254



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS

925
30

PARECER n. 00041/2020/DECOR/CGU/AGU

NUP: 08650.002501/2014-91

INTERESSADOS: SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA

ASSUNTOS: CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. REAJUSTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. REAJUSTE CONTRATUAL. REGIMES JURÍDICOS DIFERENCIADOS. INEXISTÊNCIA DE PRECLUSÃO LÓGICA. REAJUSTE A PARTIR DA DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA OU DO ORÇAMENTO. TERMO DE REFERÊNCIA DA AGU. DESNECESSIDADE DE ALTERAÇÃO.

1. Nos termos dos arts. 37, XXI, da Constituição Federal, 40, inc. XI da Lei nº 8.666/93, 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001, 54, 55 e 61 da IN SEGES 05/2017, o reajuste de contrato baseado em ata de registro de preços deve ter como marco inicial a data limite para a apresentação da proposta ou do orçamento, e não a data da assinatura do contrato.

2. A assinatura do contrato não ocasiona a preclusão lógica do direito de solicitar reajuste (repactuação e reajuste em sentido estrito), o qual deve ser analisado após o período anual mínimo, o que não se confunde com a possibilidade de liberação do seu compromisso de cumprir a ata de registro de preços, que pode ocorrer antes do pedido de fornecimento. Assinado o contrato administrativo, incide a respectiva legislação de regência

3. É desnecessária a alteração do Termo de Referência da AGU para contratação de serviços contínuos, pois condizente com a regra que o reajuste terá periodicidade igual ou superior a um ano, sendo o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, a data prevista para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, ou, no caso de novo reajuste, a data a que o anterior tiver se referido.

Excelentíssimo Coordenador-Geral,

I - RELATÓRIO

1. De acordo com os autos, ocorreram dúvidas por parte do órgão assessorado (OFÍCIO Nº 1639/2019/NUCONT/DICON/CGLOG/DIRAD) quanto à data base que deveria ser utilizada para realizar a contagem do interregno mínimo de 1 ano para aplicar o reajuste contratual, tendo em vista os termos da Lei nº 10.192/01 (art. 3º, §1º).

2. Observa-se que durante o pregão eletrônico houve o envio de proposta de preço em determinada competência do ano, porém após 12 meses ainda não havia contrato assinado. Por outro lado, existia ata de registro de preço com período de vigência de 1 ano, que serviu de parâmetro para o instrumento da avença.

3. Quando da assinatura contratual, frisa-se, já havia decorrido lapso temporal superior a 1 ano desde o envio da proposta comercial, mas ainda dentro do interregno referente à vigência da ata de registro de preços. Passados 2 anos desde aquela, a sociedade empresária contratada solicitou reajuste dos valores contratuais, de modo que incluísse inclusive o ano anterior à assinatura contratual, ou seja, o IPCA acumulado referente aos 2 anos.

4. O órgão assessorado informou que embora a validade da proposta seja de 60 dias, o contrato foi assinado pouco mais de 1 ano e 4 meses após a apresentação do documento. O termo de referência previu a concessão de reajustes com fulcro no Decreto nº 1.054/94, ou seja, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta.

5. Em síntese, o assessorado solicitou da unidade consultiva competente análise acerca do marco a ser adotado quando da contagem do período anual que confere à contratada direito ao reajuste, se a partir da data da apresentação da proposta ou da referente à assinatura do instrumento contratual.

6. No PARECER n. 01287/2019/CONJUR-MJSP/CGU/AGU entendeu-se que não cabia reajuste no âmbito da ata de registro de preços e, além disso, que o termo inicial da concessão do reajuste deveria ser a data da assinatura do consequente contrato, e não a relativa à apresentação da proposta.

7. Nesse contexto, o DESPACHO n. 04506/2019/CONJUR-MJSP/CGU/AGU acrescentou que as minutas padronizadas da Advocacia-Geral União, especialmente o termo de referência para serviços contínuos, não trouxe cláusula específica sobre a hipótese de reajustes em contratos oriundos de ata de registro de preços.

8. Com efeito, sugeriu que poderia constar subitens específicos, para fins de padronizar que os preços presentes na ata de registro são fixos e irreajustáveis, assim como que aquele consignado no contrato seria corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano contado da data de assinatura do instrumento contratual, com base na variação acumulada do índice aplicável no período entre a assinatura do contrato e a data do reajuste.

Quartus

10. Por sua vez, o órgão externou no DESPACHO n. 00001/2020/HTM/CNMLC/CGU/AGU que a fundamentação adotada não é suficiente para que o entendimento da CONJUR-MJSP seja inserido nas minutas, pois se tornaria vinculante para as consultorias e o tema exige cautela. Ademais, apontou não haver naquele momento convencimento firmado para adoção do entendimento em questão, seja por suas repercussões, seja por contrariar expresso texto legal.

11. Após a devolução dos autos ao DECOR/CGU, constou do DESPACHO n. 00059/2020/DECOR/CGU/AGU solicitação, com arrimo no inciso II do art. 14 do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 2010, de manifestação tanto da Procuradoria-Geral Federal quanto da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

12. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme a fundamentação do Parecer SEI nº 2166/2020/ME, concluiu ser desnecessário aprimoramento do modelo de termo de referência relativo à ata de registro de preços, aplicável aos serviços de natureza continuada, especificamente nos itens que cuidam do reajuste dos preços e do requisito da anualidade. Arrematou, por fim, que nos contratos gerados a partir das referidas atas, o reajuste deverá ocorrer a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se referir e não da data da assinatura do contrato.

13. A seu turno, a Procuradoria-Geral Federal se manifestou no PARECER n. 00002/2020/CPLC/PGF/AGU, e explicitou que não se pode aplicar as vedações pertinentes à atualização dos preços registrados na ata de registro de preços aos contratos decorrentes, sendo adequado incidirem os preceitos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.192/01, assim como a legislação correlata. Adicionou, ainda, que não há preclusão lógica em virtude da assinatura do contrato decorrente da ata de registro de preços.

É o relatório. Passa-se à fundamentação.

II - FUNDAMENTAÇÃO

14. De início, cumpre mencionar que para a questão referente ao reajuste de contratos administrativos, é imperioso ter como ponto de partida o art. 37, XXI, da Constituição Federal, segundo o qual a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo que constarão cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei.**

15. A Lei nº 8.666/93, que regula exatamente o referido dispositivo constitucional, previu no art. 40, XI, que o edital indicará, obrigatoriamente, **o critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela.**

16. A Lei nº 10.192/01, que trouxe medidas complementares ao plano real e outras providências, estatuiu no art. 3º, § 1º, que **os contratos em que seja parte órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão reajustados ou corrigidos monetariamente de acordo com as suas disposições e, no que com ela não conflitarem, as da Lei nº 8.666/93 e, além disso, a periodicidade anual nos contratos será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir. Ademais, conferiu ao Poder Executivo a regulamentação do dispositivo (§ 2º).**

17. Por conseguinte, adveio o Decreto n. 1.054/94 com o objetivo de materializar a regulamentação predeterminada quanto ao reajuste de preços nos contratos da administração pública federal direta e indireta. Dessa forma, definiu que **a proposta deverá apresentar preços correntes de mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro, os quais serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação dos índices indicados no instrumento convocatório da licitação ou nos atos formais de sua dispensa ou inexigibilidade, ou ainda no contrato, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano, contados da data limite para apresentação da proposta.**

18. Ainda na esfera infralegal, resta vigente a Instrução Normativa SEGES nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. O ato normativo abordou tanto a repactuação quanto o reajuste, nos termos dos arts. 54, 55 e 61:

Art. 54. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.

§ 1º A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, **respeitada a anualidade** disposta no caput, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, **é direito do contratado e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos**, conforme estabelece o inciso XXI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

(...)

Art. 55. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a

Antônio

em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

Art. 61. O reajuste em sentido estrito, como espécie de reajuste contratual, consiste na aplicação de índice de correção monetária previsto no contrato, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

§ 1º É admitida estipulação de reajuste em sentido estrito nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano, desde que não haja regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

§ 2º O reajuste em sentido estrito terá periodicidade igual ou superior a um ano, sendo o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, a data prevista para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, ou, no caso de novo reajuste, a data a que o anterior tiver se referido.

§ 3º São nulos de pleno direito quaisquer expedientes que, na apuração do índice de reajuste, produzam efeitos financeiros equivalentes aos de reajuste de periodicidade inferior à anual.

§ 4º Nos casos em que o valor dos contratos de serviços continuados sejam preponderantemente formados pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste de que trata este artigo.

19. O sentido e o alcance dos referidos comandos normativos constitucionais, legais e infralegais permitem concluir desde já que, em regra, não há previsão legal de que repactuação ou reajuste em sentido estrito tenha como termo inicial a data da assinatura do contrato. Pelo contrário, a periodicidade mínima pode ser igual ou superior a um ano, ao passo que o período a ser corrigido igualmente pode ser igual ou superior a um ano, justamente porque o termo inicial previsto em lei é a data da apresentação da proposta, não a assinatura contratual.

20. O atual arcabouço normativo que rege as compras e o sistema de registro de preços, na mesma toada, não permite concluir em sentido contrário, pois tanto o art. 15 da Lei nº 8.666/93, quanto os artigos 17 a 19 do Decreto nº 7.982/2013, além de não trazerem texto específico que trate da implementação de reajustes contratuais, não previram reajuste de preços contidos em ata de registro de preços, os quais têm, enfatiza-se, vigência anual.

21. Conforme assentado pela Procuradoria-Geral Federal no PARECER n. 00003/2019/CPLC/PGF/AGU, a ata de registro de preços representa a formalização de proposta feita pelo proponente, garantindo à Administração a possibilidade de, durante a vigência da ata, e respeitadas as suas condições, exigir do fornecedor registrado a celebração de contrato sem a necessidade de realizar novo certame. A manifestação unilateral do interessado de celebrar contrato com a Administração ficará consignada na ata, permitindo ao poder público aceitar a oferta pelo período de vigência do documento, desde que respeitadas as condições e limites que dele constem.

22. De fato, conforme apontou a PGFN, estes dispositivos igualmente afastam a possibilidade de reajuste para relações pré-contratuais firmadas com base, exclusivamente, em ata de registro de preços, "em relação às quais não cabe reajustamento ou revisão para reequilíbrio econômico, pois, como referido, já existente procedimento dinâmico de negociação de valores nos termos dos artigos 17 a 19 do Decreto federal nº 7.892/2013". Todavia, quando há contrato decorrente de ata, os referidos enunciados legais não afastam o direito de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

23. O DEPCONSU/PGF, ao analisar matéria correlata, consignou seu entendimento no PARECER n. 14/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU:

DIREITO ADMINISTRATIVO. REAJUSTE. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. SRP/RDC.

I. Reajuste na ata de registro de preços. Ausência de amparo legal. Os arts. 17, 18 e 19 do Decreto nº 7.892/2013 somente previram a revisão para redução dos preços aos valores de mercado com fundamento no art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.

II. Cláusula com critério de reajustamento em contrato decorrente de licitação processada sob o Sistema de Registro de Preços. Possibilidade, desde que obedecidos os requisitos estabelecidos para o reajuste ou para a repactuação na legislação de regência (Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.192/2001 e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008). Instrução Normativa MARE nº 08/98. Revogação tácita.

III. Possibilidade de previsão de cláusula de reajuste ou de repactuação em contrato decorrente de licitação processada sob Sistema de Registro de Preços destinado especificamente ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas - SRP/RDC (art. 37, XXI, da CF/88, arts. 32, § 2º, 111, e 39 da Lei nº 12.462/2011 e arts. 8º, XII, e 94 do Decreto nº 7.581/11). (PARECER n. 14/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU)

24. A Consultoria-Geral da União, da mesma forma, já havia uniformizado o assunto relativo ao reajuste dos preços registrados em ata, na forma do PARECER n. 00001/2016/CPLC/CGU/AGU, da Comissão Permanente de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União (CPLC-CGU), da lavra do Advogado da União Ronny Charles Lopes de Torres:

Brantins

A questão em análise gira em torno da possibilidade ou não de alteração dos preços registrados na ata do registro de preços (ARP), através da incidência de reajuste. Entendemos que a análise posta permite uma solução conjunta, não apenas para o reajuste, mas também para os demais institutos de manutenção do equilíbrio econômico do contrato (revisão econômica).

Na prática, é comum que, pouco tempo após o início de vigência da Ata, o fornecedor solicite "revisão" dos preços registrados, sem adequada fundamentação do seu pleito, no mais das vezes improcedente e, quase sempre, confundindo o pleito de revisão econômica do contrato, com a faculdade administrativa de negociação (revisão) dos preços registrados em Ata.

Uma vez não cumprido o requisito da anualidade, será incabível o reajuste. Não se tratando de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, afetado por fatos jurídicos como o aumento salarial da categoria determinado em convenção coletiva, será incabível a repactuação. Quanto ao reequilíbrio econômico do contrato, tal espécie de revisão econômica exigirá a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, característicos da álea econômica extraordinária ou extracontratual, incompatível com o pedido de revisão fundamentado no ordinário aumento do valor de mercado. Esses são institutos jurídicos que possuem status de direito das partes, relacionados ao contrato administrativo. Assim, os instrumentos de revisão não estão relacionados à Ata de Registro de Preços, mas à contratação eventualmente produzida a partir dela.

Não convém confundir-se os institutos de revisão econômica/manutenção do equilíbrio econômico (reajuste, repactuação e reequilíbrio econômico) com o procedimento prescrito pelo Decreto federal nº 7.892/2013. Este regulamento admite certa "negociação" entre órgão gerenciador e fornecedores registrados na ata, quando identificadas supervenientes discrepâncias entre os preços registrados e os valores de mercado.

Importante firmar que essa negociação não é um direito, mas uma possibilidade de alteração consensual, pelo órgão gerenciador, não do contrato, mas dos preços firmados na Ata de registro de preços.

A negociação pode se dar em decorrência de eventual redução dos preços praticados pelo mercado ou nas situações em que algum fato eleve o custo dos serviços ou bens registrados, de forma que o preço de mercado se torne maior do que os valores registrados. Vejamos o que diz o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013:

Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 18. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Assim, quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor, negociando a redução de preços e sua adequação àqueles praticados pelo mercado. Não sendo possível a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso, tentando-se igual negociação com os demais fornecedores, se for o caso. Noutro prumo, quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, alegar a impossibilidade de manutenção do fornecimento nas condições assumidas, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso, sem aplicação da penalidade, bem como convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Necessário perceber que, na hipótese do preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, a negociação não admite aumento dos valores registrados, mas apenas a liberação do compromisso, sem aplicação de penalidades. Mesmo quando o preço de mercado é inferior, ela não obriga a redução, impondo apenas ao órgão público contratante a abertura da negociação, que pode ou não ser aceita pelo contratado. Em suma, o procedimento de negociação se diferencia dos institutos de revisão econômica, entre outras coisas, porque, não sendo propriamente um direito patrimonial, não pode ser alcançado

Bartins

preços registrados na Ata, previsto pelo regulamento federal, não se confunde com o aumento ou diminuição de valores da contratação, através dos institutos de manutenção do equilíbrio econômico. Como direito subjetivo, a manutenção do equilíbrio econômico pode ser exigida, mesmo sem a concordância da outra parte, desde que ocorra algum fato gerador que a justifique.

A alteração do valor econômico, decorrente desses institutos, terá efeitos circunscritos à relação contratual (mesmo que tenha se optado por não utilização do instrumento contratual propriamente dito). Este é um dado importante a ser percebido, já que uma única Ata de Registro de Preços pode-se gerar diversas relações contratuais, por órgãos diferentes, em localidades distintas.

Assim, uma mesma Ata pode gerar um contrato afetado por situação imprevisível, caracterizável como fato gerador de revisão econômica, sem que este fato gerador se relacione com os demais contratos firmados a partir da Ata. Outrossim, **fatores relacionados à própria disponibilidade do direito de manutenção do equilíbrio econômico, como a preclusão lógica ou a negociação de valores, podem afetar uma contratação firmada com base na Ata de registro de preços**, sem que este mesmo fenômeno ocorra com as demais.

Necessário reiterar-se, então, que a manutenção do equilíbrio econômico é um fenômeno jurídico da contratação (do contrato em sentido amplo) e não da Ata de registro de preços. Identificada a ocorrência do respectivo fato gerador, a alteração do valor contratual pela incidência de um dos institutos pertinentes se dará no âmbito da relação contratual, não na Ata de Registro de Preços. Já o procedimento de negociação previsto no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 repercute diretamente no preço registrado na Ata, beneficiando, em caso de redução, todos os órgãos que a utilizarem a partir de então.

Por fim, outra diferença peculiar que precisa ser observada, ao perceber-se que o procedimento de negociação está relacionado intrinsecamente à Ata de registro de preços, enquanto que os institutos de manutenção do equilíbrio econômico estão relacionados à contratação (mesmo que não se utilize o instrumento contratual), envolve a definição da competência para tal ação administrativa.

Enquanto o procedimento de negociação (inerente à Ata) deve ser feito pelo órgão gerenciador e afeta o valor outrora registrado, o reconhecimento do direito à manutenção do equilíbrio econômico (inerente ao contrato em sentido amplo) é feito administrativamente pelo órgão contratante e afeta o valor da contratação, não atingindo, em princípio, o valor registrado na Ata de registro de preços.

Tais diferenças resultam da natureza jurídica diversa entre a Ata e o Contrato (em sentido amplo), bem como entre os institutos de manutenção do equilíbrio econômico e o procedimento negocial previsto pelo regulamento federal.

Conclusão

Diante do exposto, pelos argumentos acima delineados, concluímos que:

- a) O procedimento de negociação dos valores registrados na Ata, previsto nos artigos 17 a 19 do Decreto federal nº 7.892/2013, não se confunde com o reconhecimento do direito da parte contratante à alteração do valor contratual, para manutenção do equilíbrio econômico do contrato.
- b) O procedimento de negociação dos valores registrados na Ata, previsto nos artigos 17 a 19 do Decreto federal nº 7.892/2013, afeta o preço registrado na Ata e deve ser conduzido, *a priori*, pelo órgão gerenciador.
- c) **Não cabe reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico (revisão econômica) em relação à Ata de registro de preços, uma vez que esses institutos estão relacionados à contratação** (contrato administrativo em sentido amplo).
- d) Eventual ocorrência de fato gerador de algum dos institutos de manutenção do equilíbrio econômico (reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico) deve ser reconhecida no âmbito da relação contratual firmada, pela autoridade competente, sem necessária interferência na Ata de registro de preços.

25. Por fim, não há que se falar em preclusão lógica do direito a reajuste em decorrência da assinatura do contrato. Concorde-se com o exposto no DESPACHO n. 00001/2020/HTM/CNMLC/CGU/AGU, no sentido de que a interpretação *a contrario sensu* do entendimento da CONJUR-MJSP, "poderia legitimar que fornecedores pleiteassem a liberação do compromisso do registro de preços em razão de mera alteração de preços pela inflação, ainda que se trate de ocorrência plenamente previsível". E prosseguiu:

Isso porque, se o ato de contratar implicar em preclusão quanto à solicitação de correção monetária por inflação (ou seja, a contratação implicaria anuência quanto a esse ponto), o contratado passaria a poder optar por não contratar caso não queira abdicar do seu "direito" de ter o reajuste de preços a partir da data de sua proposta.

26. Nos dizeres da PGF, "não há que se falar em incidência de preclusão lógica, pois não há qualquer similitude fática ou jurídica entre deixar de postular a repactuação quando da renovação contratual, que atrai a preclusão lógica, com a atitude do fornecedor de, quando convocado pela Administração, assinar o contrato decorrente da ata de registro de preços" (PARECER n. 00002/2020/CPLC/PGF/AGU).

27. O precedente do TCU invocado pela CONIU-MISP não é pertinente ao caso, ainda que tenha

Assinatura

monetária ou de que a contratada resolveu dispor de seu direito tacitamente.

Ocorre **preclusão lógica** do direito à **repactuação** de preços decorrente de majorações salariais da categoria profissional quando a contratada firma termo aditivo de **prorrogação contratual** sem suscitar os novos valores pactuados no acordo coletivo, ratificando os preços até então acordados. Acórdão 1601/2014-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER

O prazo dentro do qual poderá o contratado exercer perante a Administração seu direito à **repactuação** contratual conta-se da data do evento que ensejar a repactuação até a data da **prorrogação contratual** subsequente, se for o caso, ou do encerramento do contrato, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato ou deixar transcorrer o prazo de vigência, ocorrerá a **preclusão** do seu direito a repactuar. Acórdão 2094/2010-Segunda Câmara | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO

28. Não se pode olvidar, ainda, que **há a periodicidade anual quando se trata de contrato e seu respectivo reajuste. Não tem sentido lógico-jurídico aplicar preclusão lógica em virtude da mera assinatura do contrato, se apenas após 1 ano deve ser verificada a necessidade de reajuste. Sendo assim, inviável invocar o art. 19 do Decreto nº 7.892/13 para presumir anuência, texto normativo que estabelece a liberação do compromisso e não defere reajuste da ata que, ademais, não tem a ver com o reajuste contratual:**

Art. 19. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

29. O texto que diz respeito ao termo de referência padronizado pela AGU, objeto de negrito e abaixo sublinhado, **não afasta o entendimento ora exposto, ou seja, que o reajuste tenha por parâmetro a data de apresentação de proposta, porquanto a periodicidade mínima prevista em lei para reajuste não se confunde com o termo inicial e o prazo para solicitá-lo. O texto a seguir transcrito deve ser compreendido nesse sentido, a expressão "dentro do prazo de vigência do contrato" diz respeito ao prazo para solicitar.**

18.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

30. É oportuno salientar que o tratamento diferenciado acerca do reajuste, em particular entre relações jurídicas não contratuais (sem viabilidade de reajuste enquanto vigente a ata) e as contratuais (reajuste desde a data da proposta), não é desproporcional, pois no primeiro caso os fatores que ensejam reajuste ocorrem concomitante à prestação e vigência da ata, sem que haja, por exemplo, acúmulo de toda a variação anual de preços e custos. Em caso de contrato, que perdurará para além da vigência da ata, seria prejudicado sem reajuste referente ao período de vigência da ata (que não é passível de reajuste), bem como desde a apresentação da proposta.

III - CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS

31. Ante o exposto, conclui-se que:

a) Nos termos dos arts. 37, XXI, da Constituição Federal, 40, inc. XI da Lei nº 8.666/93, 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001, 54, 55 e 61 da IN SEGES 05/2017, o reajuste de contrato baseado em ata de registro de preços deve ter como marco inicial a data limite para a apresentação da proposta ou do orçamento, e não a data da assinatura do contrato;

b) A assinatura do contrato não ocasiona a preclusão lógica do direito de solicitar reajuste (repactuação e reajuste em sentido estrito), o qual deve ser analisado após o período anual mínimo, o que não se confunde com a possibilidade de liberação do seu compromisso de cumprir a ata de registro de preços, que pode ocorrer antes do pedido de fornecimento. Assinado o contrato administrativo, incide a respectiva legislação de regência; e

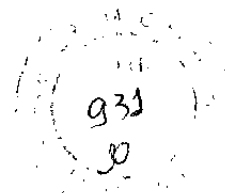
c) É desnecessária a alteração do Termo de Referência da AGU para contratação de serviços contínuos, pois condizente com a regra que o reajuste terá periodicidade igual ou superior a um ano, sendo o termo inicial do período de correção monetária ou reajuste, a data prevista para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir. ou, no caso de novo reajuste, a data a que

Antônio

À consideração.

Brasília, 25 de abril de 2020.

JOAO PAULO CHAIM DA SILVA
ADVOGADO DA UNIÃO



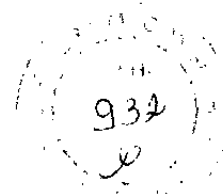
Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 08650002501201491 e da chave de acesso 9ca58a35

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO CHAIM DA SILVA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 417082510 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO CHAIM DA SILVA. Data e Hora: 21-07-2020 17:44. Número de Série: 17336428. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

Brasília



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS



Despacho nº 505/2020/Decor/CGU/AGU (20/07/2020)

Referência: 08650.002501/2014-91

Interessada: Procuradoria Geral Federal

Assunto: Reajustes em contratação de serviços contínuos por ata de registro de preços

Sr. Diretor do Decor/CGU,

1 - Via **Ofício nº 1639/2019/Nucont-Dicon/CGLOG/Dirad (31/03/2020)-[11]** instou-se pronunciamento consultivo quanto à data-base da qual contar-se o período mínimo de 01 (um) ano para reajuste contratual de serviços continuados captados via pregão, com proposta de preços em julho/2016, ata de registro de preços vigente entre 1º/12/2016 a 30/11/2017 (data do contrato), termo de referência com previsão de reajuste após um ano da data limite da apresentação da proposta (Decreto 1.054/1994), e solicitação - em agosto de 2018 - de reajuste monetário retroativo à data da proposta.

2 - Após o **Parecer n. 1287/2019/Conjur-MJSP/CGU/AGU (29/10/2019)-[12]** negar a possibilidade de reajustes retroativos ao período da ata de registro de preços, e aventar o Parecer n. 001/2016/CPLC/CGU/AGU para admiti-los apenas a partir dos contratos delas oriundos, e de o **Despacho n. 4.506/2019/Conjur-MJSP/CGU/AGU (1º/12/2020)** sugerir que nas minutas padronizadas da AGU de Termo de Referência para prestação de serviços contínuos haja específica previsão atinente à forma de reajustar-se contratos oriundos de atas de registro de preços, o **Despacho n. 001/2020/HTM/CNMLC/CGU/AGU (02/01/2020)-[13]** suscitou a respeito dúvidas a serem uniformizadas pela CNLCA-CGU/AGU - Câmara Nacional de Licitações e Contratos Administrativos ou pelo Decor/CGU - Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos, no interesse do que advieram à instrução os convergentes posicionamentos do **Parecer SEI nº 2.166/2020/ME (04/03/2020)-[14]** e do **Parecer n. 002/2020/CPLC/PGF/AGU (11/03/2020)-[15]**.

3 - E a teor agora do **Parecer n. 041/2020/Decor-CGU/AGU (25/04/2020)**, conclui-se, à vista do inciso XXI do art. 37 da CF, do inciso XI do art. 40 da Lei n. 8.666/1993, do § 1º do art. 3º da Lei n. 10.192/2001 e dos artigos 54, 55 e 61 da IN Seges n. 05/2017, que:

i) o marco inicial para reajuste de contrato baseado em ata de registro de preços é a data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a ela referente, e não a superveniente data da assinatura do contrato;

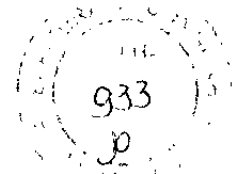
ii) embora seja atrativa da legislação de regência, a assinatura contratual não induz preclusão lógica de direito à solicitação de reajuste (reapactuação e reajuste em sentido estrito) subsequente ao período anual mínimo, sem que tal se confunda com a liberação do compromisso de cumprimento da ata, só admissível antes do pedido de fornecimento;

iii) visto o intervalo para reajuste ou atualização monetária reger-se por periodicidade igual ou superior a um ano contado da data para apresentação da proposta ou do orçamento que a ela se refira, ou, ainda, do reajuste ou atualização precedente, é desnecessária alteração na minuta padrão de termo de referência da AGU para contratação de serviços contínuos.

3 - A tais fundamentos, acolho o **Parecer n. 041/2020/Decor-CGU/AGU (25/04/2020)** e proponho sua aprovação, do que afinal se deliberar cientificando-se: **i)** a CJ/MJSP - Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, **ii)** a Procuradoria-Geral Federal, **iii)** a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, **iv)** a CNLCA-CGU/AGU - Câmara Nacional de Licitações e Contratos Administrativos e a CNMLC-CGU/AGU - Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União.

À apreciação de V. Exa.
Brasília, 20 de julho de 2020.

Barbosa



[1] Sequencial Sapiens nº 15 - **Ofício nº 1639/2019/Nucont-Dicon/CGLOG/Dirad**
(31/03/2020)

[2] Sequencial Sapiens nº 19 - **Parecer n. 1287/2019/Conjur-MJSP/CGU/AGU**
(29/10/2019): "[...] CONSULTA JURÍDICA. TERMO INICIAL. DATA BASE. REAJUSTE VALOR CONTRATUAL. ATA DE REGISTRO DE PREÇO. I - Não cabimento do reajuste na Ata de Registro de Preços. II - Precedente: Parecer 00001/2016/CPLC/CGU/AGU. III - Termo inicial da concessão do reajuste: data da assinatura do contrato oriundo da Ata de Registro de Preços. IV - Parecer Opinativo. [...]"

[3] Sequencial Sapiens nº 29 - **Despacho n. 001/2020/HTM/CNMLC/CGU/AGU**
(02/01/2020)

[4] Sequencial Sapiens nº 33 - **Parecer SEI nº 2.166/2020/ME** (04/03/2020): **Ausência de restrição prevista na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI)**. Consulta sobre reajuste de preços em casos que envolvem contratos originados em Atas do Sistema de Registro de Preços, encaminhada pelo Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Consultoria-Geral da União da AGU. Conclusão no sentido de que o reajuste deverá ocorrer a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se referir e não da data da assinatura do contrato (cf. art. 40, inc. XI da Lei 8.666/93, art. 3º, § 1º da Lei 10.192/2001 e arts. 54 e 55 da IN 05/2017). Desnecessidade de alteração do Termo de Referência da AGU.

[5] Sequencial Sapiens nº 36 - **Parecer n. 002/2020/CPLC/PGF/AGU** (11/03/2020): EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. REAJUSTE DO CONTRATO. POSSIBILIDADE. DIFERENÇA ENTRE ATA E CONTRATO. REGIMES JURÍDICOS DISTINTOS. OPÇÃO. PRECLUSÃO LÓGICA. INAPLICABILIDADE. INTERPRETAÇÃO ESTRITA. 1. A atual legislação referente ao Sistema de Registro de Preços (Decreto nº 7.892, de 2013) não previu o reajuste dos preços contidos na ata de registro de preços. 2. A previsões do Decreto n. 7.892, de 2013, disciplinam os valores registrados na ata de registros de preços, mas não disciplinam o regime jurídico dos valores nos contratos decorrentes da respectiva ata. 3. A ata de registro de preços representa a formalização de proposta feita pelo proponente, garantindo à Administração a possibilidade de, durante a vigência da ata, e respeitadas as suas condições, exigir do fornecedor registrado a celebração de contrato sem a necessidade de realizar novo certame. A manifestação unilateral do interessado de celebrar contrato com a Administração ficará consignada na ata, permitindo ao poder público aceitar a oferta pelo período de vigência do documento, desde que respeitadas as condições e limites que dele constem (PARECER n. 00003/2019/CPLC/PGF/AGU). 4. A ata de registro de preços gera obrigações apenas para uma das partes, constituindo uma promessa unilateral, que a doutrina denomina de opção, que é modalidade de contrato preliminar prevista no art. 466 do Código Civil. 5. Ata e contrato são institutos distintos, com naturezas e propósitos diversos, só havendo contrato bilateral quando celebrado o segundo, o que poderá se dar com a assinatura de instrumento contratual ou mediante sua substituição por outros, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993. 6. A assinatura da ata de registro de preços não cria obrigações para a Administração Pública, mas confere um direito potestativo que lhe faculta a formação do contrato com o fornecedor, independentemente de nova manifestação de vontade deste, salvo os estritos casos já mencionados nos arts. 17 a 19 do Decreto n. 7.892, de 2013. 7. No nosso ordenamento jurídico, a regra geral continua a ser a da garantia do equilíbrio econômico financeiro da contratação (art. 37, XXI, da CF/88). Assim, as normas devem ser interpretadas de modo a preservar o direito ao reajustamento para fazer frente às variações dos preços decorrentes de álea ordinária - inflação ou deflação. Isso porque, na ausência de previsão específica do tema no decreto, deve o intérprete socorrer-se da determinação do art. 15, § 3º, II, e dos arts. 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666, de 1993 (PARECER n. 14/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU). 8. Não se pode aplicar as vedações para a atualização dos preços registrados na ata de registro de preços aos contratos dela decorrentes, devendo ser aplicado os preceitos da Lei n. 8.666, de 1993 e 10.192, de 2001, com a legislação correlata pertinente referentes ao reajustamento dos valores contratuais. 9. Não há que se falar em incidência de preclusão lógica, pois não há qualquer similitude fática ou jurídica entre deixar de postular a repactuação quando da renovação contratual, que atrai a preclusão lógica, com a atitude do fornecedor de, quando convocado pela Administração, assinar o contrato decorrente da ata de registro de preços. 10. Restrições devem ser interpretadas estritamente.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 08650002501201491 e da chave de acesso 9ca58a35

Documento assinado eletronicamente por JOAQUIM MODESTO PINTO JUNIOR, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 463639835 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAQUIM MODESTO PINTO JUNIOR. Data e Hora: 22-07-2020 11:15. Número de Série: 1784438.

João



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS



DESPACHO n. 00513/2020/DECOR/CGU/AGU

NUP: 08650.002501/2014-91

INTERESSADOS: Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública

ASSUNTOS: Reajuste em sentido estrito e repactuação em contratos administrativos decorrentes de ata de registro de preço

Exmo. Senhor Consultor-Geral da União,

1. Aprovo o Parecer nº 41/2020/DECOR/CGU/AGU, nos termos do Despacho nº 505/2020/DECOR/CGU/AGU.

2. Nas hipóteses de contratação decorrente de ata de registro de preços não deve prevalecer a tese de que o termo inicial do prazo de um ano para fins de reajuste em sentido estrito e de repactuação se conta a partir da data da assinatura do contrato, ou instrumento equivalente, uma vez que referenciado entendimento não se coaduna com o que expressamente disciplina o art. 40, inciso XI, da Lei nº 8.666, de 1993; o art. 3º, § 1º, da Lei nº 10.192, de 2001; e os arts. 55 e 61, § 2º, ambos da IN nº 5, de 2017; bem como considerando que referenciado posicionamento possui potencial para determinar o descumprimento do art. 4º do Decreto nº 1.054, de 1994, segundo o qual "*A proposta deverá apresentar preços correntes de mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro*".

3. Nestes termos, na esteira do que foi fixado pela Procuradoria-Geral Federal por meio do r. Parecer nº 2/2020/CPLC/PGF/AGU - seq. 36, e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional por meio do r. Parecer SEI nº 2166/2020/ME - seq. 33, consolide-se que:

a) no âmbito do sistema de registro de preços, o reajuste em sentido estrito (de que cuida o art. 61 da IN nº 5/2017) e a repactuação (de que cuida o art. 54 da IN nº 5, de 2017) são devidos após período igual ou superior a um ano, a contar da data prevista para apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir; em atenção ao art. 40, inciso XI, da Lei nº 8.666, de 1993; ao art. 3º, § 1º, da Lei nº 10.192, de 2001; e aos arts. 55 e 61, § 2º, ambos da IN nº 5, de 2017; e

b) a celebração do contrato administrativo decorrente da ata de registro de preços, incluindo a formalização dos demais instrumentos hábeis de que cuida o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, não enseja a preclusão lógica do reajuste em sentido estrito e da repactuação.

4. Caso acolhido, confira-se ciência à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, à Procuradoria-Geral Federal, à Secretaria-Geral de Consultoria, à Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos, às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e órgãos assemelhados e às Consultorias Jurídicas da União nos Estados e no município de São José dos Campos.

Brasília, 22 de julho de 2020

VICTOR XIMENES NOGUEIRA
ADVOGADO DA UNIÃO

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 08650002501201491 e da chave de acesso 9ca58a35

Documento assinado eletronicamente por VICTOR XIMENES NOGUEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 464959982 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a):

Victor



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
GABINETE

SAS, QUADRA 03, LOTE 5/6, 12 ANDAR - AGU SEDE | FONE (61) 2026-8557 BRASÍLIA/DF 70.070-030



DESPACHO n. 00664/2020/GAB/CGU/AGU

NUP: 08650.002501/2014-91

INTERESSADA: Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública

ASSUNTO: Reajuste em sentido estrito e repactuação em contratos administrativos decorrentes de ata de registro de preço

1. Aprovo, nos termos do Despacho nº 505/2020/DECOR/CGU/AGU e do Despacho nº 513/2020/DECOR/CGU/AGU, o Parecer nº 41/2020/DECOR/CGU/AGU.
2. Restitua-se o feito ao DECOR/CGU para providências subsequentes.

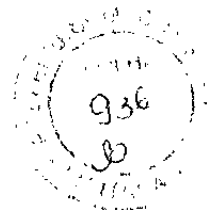
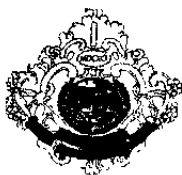
Brasília, 22 de julho de 2020.

(assinado eletronicamente)
ARTHUR CERQUEIRA VALÉRIO
Advogado da União
Consultor-Geral da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 08650002501201491 e da chave de acesso 9ca58a35

Documento assinado eletronicamente por ARTHUR CERQUEIRA VALERIO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 465128210 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ARTHUR CERQUEIRA VALERIO. Data e Hora: 22-07-2020 19:49. Número de Série: 17340791. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

Artur



Processo de Licitação PRC 117/2022

Processo Administrativo nº PMC 6148/2022

DESPACHO

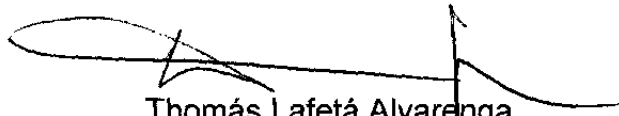
À DCLI,

Por seus fundamentos, externo concordância, sem acréscimo, ao Parecer nº 930/2022, de autoria da ilustre Procuradora Adjunta, Dra. Sheyla Andrade Martins.

Em razão do exposto, homologo o parecer para que produza os efeitos jurídicos, o que faço com alicerce no inciso X do art. 4º da Lei Municipal nº 2.306/2001.

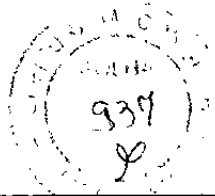
Encaminha-se o parecer para providências.

Congonhas, 20 de dezembro de 2022.


Thomás Lafetá Alvarenga
Procurador-Geral do Município
MASP 20144160 - OAB/MG 124.342

RECEBIDO

21 / 12 / 20 22
José Maria
16620




A N E X O AO PROCESSO DE LICITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/>	ADESÃO	Folha Nº : _____	
	<input type="checkbox"/>	TOMADA DE PREÇOS		
	<input type="checkbox"/>	CONCORRÊNCIA	PMC Nº : _____ 004/2022	
	<input type="checkbox"/>	DISPENSA		
	<input type="checkbox"/>	INEXIGIBILIDADE		
	<input type="checkbox"/>	PREGÃO	<input type="checkbox"/>	CREDENCIAMENTO

À SEPLAG,

Gentileza analisar a solicitação contida na Comunicação Interna nº PMC/SEOB/446/2022 da Secretaria de Obras e Infraestrutura e informar qual índice a ser aplicado.

Congonhas, 21 de dezembro de 2022.


Evandra Lacerda
Área de Compras e Licitações



Ref.: Processo Licitatório PRC/117/2022 - Adesão nº PMC/004/2022

Foi solicitada a apuração do índice para o reajuste do Contrato de Prestação de Serviços - Adesão nº PMC/002/2022. Considerando o disposto no item 4.3 da cláusula quarta do contrato, segue a variação do INCC/FGV - Índice Nacional da Construção Civil, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, para o período:

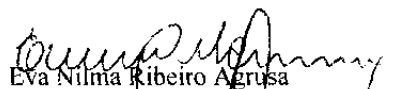
Índice de reajuste INCC (FGV)	
Índice para a data inicial:	959,001
Índice para a data final:	1050,701
Índice de correção no período	1,0956203
Percentual correspondente (%):	9,56

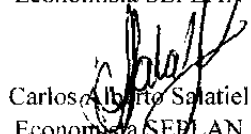
Fonte: IBRE - Instituto Brasileiro de Economia - Fundação Getúlio Vargas - série histórica.


Esclarecemos que a análise se pautou apenas na apuração da variação do índice do INCC/FGV para o período definido na recomendação da Procuradoria Jurídica através do Parecer Jurídico nº 711/2022. Não analisamos as questões de ordem jurídica e formação de preços, bem como em relação à Comunicação Interna nº PMC/SEOB/446/2022 e pertinência do índice adotado e o tipo de serviço prestado, considerando que estes aspectos devem ser apurados e analisados pelas áreas técnicas específicas as quais detenham as atribuições correspondentes.

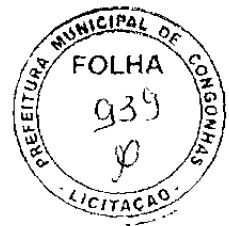
Informamos que foi considerada a data da apresentação da proposta e a taxa de variação da data inicial não está incluída nos cálculos.

Em 22/12/2022


Eva Nilma Ribeiro Aguiar
Economista SEPLAN


Carlos Alberto Salatiel
Economista SEPLAN


Viviane Crespo
Economista SEPLAN

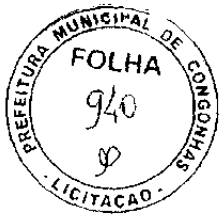


INSTITUTO
BRASILEIRO DE
ECONOMIA

FGVDADOS - 22/12.2022 09:38:48

Data	1	2	3
09/2021	944,520	0,51	15,93
10/2021	952,596	0,86	14,94
11/2021	959,001	0,67	14,25
12/2021	962,321	0,35	13,85
01/2022	969,184	0,71	13,65
02/2022	972,904	0,38	11,97
03/2022	981,244	0,86	11,47
04/2022	990,543	0,95	11,52
05/2022	1013,164	2,28	11,59
06/2022	1034,824	2,14	11,57
07/2022	1043,760	0,86	11,59
08/2022	1044,679	0,09	11,17
09/2022	1045,616	0,09	10,70
10/2022	1046,896	0,12	9,90
11/2022	1050,701	0,36	9,56

LEGENDA						
Série	Título	Código	Fonte	Unidade	Fator de Escala	Base do No. Índice
1	INCC-DI - Total - Média Geral	160868	INCC	Índice	?	MM/yyyy
2	INCC-DI - Total - Média Geral (Variação Percentual em Relação ao Período Anterior)	160868				MM/yyyy
3	INCC-DI - Total - Média Geral (Variação Percentual em Relação a Igual Período do Ano Anterior)	160868				MM/yyyy



INSTITUTO
BRASILEIRO DE
ECONOMIA

FGVDADOS - 22/12/2022 09:46:44

Data	1	2	3
09/2021	944,520	0,51	15,93
10/2021	952,596	0,86	14,94
11/2021	959,001	0,67	14,25
12/2021	962,321	0,35	13,85
01/2022	969,184	0,71	13,65
02/2022	972,904	0,38	11,97
03/2022	981,244	0,86	11,47
04/2022	990,543	0,95	11,52
05/2022	1013,164	2,28	11,59
06/2022	1034,824	2,14	11,57
07/2022	1043,760	0,86	11,59
08/2022	1044,679	0,09	11,17
09/2022	1045,616	0,09	10,70
10/2022	1046,896	0,12	9,90
11/2022	1050,701	0,36	9,56

RECEBIDO

23/12/2022

LEGENDA						
Série	Título	Código	Fonte	Unidade	Fator de Escala	Base do No. Índice
1	Índice de Custo de Edificações - Total - Média Geral	159428	INCC	Índice	?	MM/yyyy
2	Índice de Custo de Edificações - Total - Média Geral (Variação Percentual em Relação ao Período Anterior)	159428				MM/yyyy
3	Índice de Custo de Edificações - Total - Média Geral (Variação Percentual em Relação a Igual Período do Ano Anterior)	159428				MM/yyyy



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

Folha



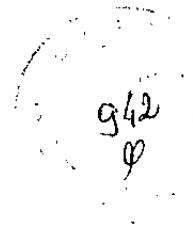
Anexo ao Processo Nº _____ / _____, de _____ / _____ / _____

À SEMOBI;

Segue processo para manifestação quanto ao Preço fixado, bem como dobramento do índice de reajuste informado pela SEPLAG para devidas providências.

Em 23/12/2022.

Grandra Lacerda
Diretora de Contratos e Licitações



Anexo ao Processo Nº _____/_____, de _____/_____/_____

À Área de Compras e Licitações;

Considerando o percentual de reajuste calculado pelos Economistas da SEPLAG, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, elaborou planilha conforme anexo.

O valor total apurado para o reajuste de preços será de R\$ 657.062,29 (seiscentos e cinquenta e sete mil, sessenta e dois reais e vinte e nove centavos), que incidirá nos quantitativos medidos a partir da 5ª medição.

A SEMOBI está ciente das orientações jurídicas contidas no presente processo e solicita dar prosseguimento na formalização do termo aditivo de reajuste de preços.

Em 02/01/2023.

Roberto Francisco da Silva

Secretário Municipal Adjunto de Obras e Infraestrutura

Congonhas
OBRAS

PREFEITURA DE CONGONHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
PLANILHA DO REAJUSTE DE PREÇOS

OBJETO: Execução dos serviços de reparos e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana, visando atender o Município de Congonhas.
CONTRATADA: CONSÓRCIO SINAINFRA
ORDEN DE SERVIÇOS: 29/07/2022
CONTRATO PMIC/120/2022 DE 22/07/2022

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVOS			VALORES			
		UNIDADE	QUANTITATIVO PREVISTO	SALDO A EXECUTAR	PREÇO UNITÁRIO CONTRATADO	PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO INCC 9,56%	DIFERENÇA ENTRE O PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO E O PREÇO UNITÁRIO INICIAL	SALDO A EXECUTAR
1	SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1	BANHEIRO QUIMICO 110X120X230CM COM MANUTENCAO	MÊS	12,00	2,00	R\$ 870,79	R\$ 954,04	R\$ 83,25	R\$ 166,50
1.2	CAMINHÃO DE APOIO 3/4" CABINE SUPLEMENTAR C/ MOTORISTA	H	-	-	R\$ 128,52	R\$ 140,81	R\$ 12,29	R\$ -
1.3	CONE EM PVC H= 75 CM	UN	75,00	-	R\$ 46,65	R\$ 51,11	R\$ 4,46	R\$ -
1.4	DESLOCAMENTO COM VEÍCULO	KM		-	R\$ 3,11	R\$ 3,41	R\$ 0,30	R\$ -
1.5	FAIXA 6,0X0,80M TECIDO MORIM SUPORTE EM EUCALIPTO	UN	40,00	40,00	R\$ 153,55	R\$ 168,23	R\$ 14,68	R\$ 587,20
1.6	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS	MES	12,00	8,00	R\$ 749,14	R\$ 820,76	R\$ 71,62	R\$ 572,96
1.7	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA FERRAMENTARIA SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITARIO	MES	12,00	8,00	R\$ 585,26	R\$ 641,21	R\$ 55,95	R\$ 447,60
1.8	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 4 BACIAS, 8 CHUVEIROS, 1 LAVATORIO E 1 MICTORIO	MES	12,00	8,00	R\$ 936,42	R\$ 1.025,94	R\$ 89,52	R\$ 716,16
1.14	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	M	1 000,00	765,00	R\$ 3,07	R\$ 3,36	R\$ 0,29	R\$ 221,85
SUBTOTAL ITEM 1								R\$ 2.712,27

943

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVOS			VALORES			
		UNIDADE	QUANTITATIVO PREVISITO	SALDO A EXECUTAR	PREÇO UNITÁRIO CONTRATADO	PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO INCC 9,56%	DIFERENÇA ENTRE O PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO E O PREÇO UNITÁRIO INICIAL	SALDO A EXECUTAR
2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRAS							
2.1	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.920,00	1.216,00	R\$ 21,32	R\$ 23,36	R\$ 2,04	R\$ 2.480,64
2.2	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.920,00	1.216,00	R\$ 81,06	R\$ 88,80	R\$ 7,75	R\$ 9.424,00
2.3	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.920,00	1.216,00	R\$ 54,11	R\$ 59,28	R\$ 5,17	R\$ 6.286,72
2.4	ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.920,00	1.216,00	R\$ 120,91	R\$ 132,47	R\$ 11,56	R\$ 14.056,96
2.5	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.920,00	1.216,00	R\$ 36,04	R\$ 39,49	R\$ 3,45	R\$ 4.195,20
SUBTOTAL ITEM 2								R\$ 36.443,52
3	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES							
3.1	DEMOLIÇÃO DE PASSEIO OU LAJE DE CONCRETO MANUALMENTE	M2	800,00	317,09	R\$ 25,08	R\$ 27,48	R\$ 2,40	R\$ 761,02
3.2	DEMOLIÇÃO DE PASSEIO OU LAJE DE CONCRETO C/ EQUIP. PNEUMÁTICO	M2	300,00	0,00	R\$ 15,08	R\$ 16,52	R\$ 1,44	R\$ -
3.5	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES, INCLUSIVE AFASTAMENTO - MANUAL	M3	350,00	350,00	R\$ 258,64	R\$ 283,37	R\$ 24,73	R\$ 8.665,50
3.6	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO ARMADO, INCLUSIVE AFASTAMENTO - MANUAL	M3	250,00	248,07	R\$ 355,34	R\$ 389,31	R\$ 33,97	R\$ 8.426,77
3.13	REMOÇÃO DE MEIO-FIO PREMOLDADO DE CONCRETO	M	1.000,00	1.000,00	R\$ 9,15	R\$ 10,02	R\$ 0,87	R\$ 870,00
3.16	REMOÇÃO DE CERCA DE ARAME	M	800,00	800,00	R\$ 10,80	R\$ 11,83	R\$ 1,03	R\$ 824,00
3.26	CARGA DE MATERIAL DEMOLIDO SOBRE CAMINHÃO MECÂNICA	M3	3.500,00	3.134,77	R\$ 2,78	R\$ 3,05	R\$ 0,27	R\$ 846,39
3.29	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CAMINHÃO, 2 KM < DMT <= 5 KM	M3KM	17.500,00	14.821,64	R\$ 3,34	R\$ 3,66	R\$ 0,32	R\$ 4.742,92
3.30	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CAMINHÃO, DMT > 5 KM	M3KM	42.000,00	41.850,56	R\$ 1,99	R\$ 2,18	R\$ 0,19	R\$ 7.951,61
SUBTOTAL ITEM 3								R\$ 33.078,21

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVOS			VALORES			
		UNIDADE	QUANTITATIVO PREVISTO	SALDO A EXECUTAR	PREÇO UNITÁRIO CONTRATADO	PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO INCC 9,56%	DIFERENÇA ENTRE O PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO E O PREÇO UNITÁRIO INICIAL	SALDO A EXECUTAR
4	SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO							
4.2	CAPINA MANUAL	M2	15.000,00	11.174,87	R\$ 0,71	R\$ 0,78	R\$ 0,07	R\$ 782,24
4.3	ROÇADA MANUAL	M2	15.000,00	11.174,87	R\$ 0,17	R\$ 0,19	R\$ 0,02	R\$ 223,50
SUBTOTAL ITEM 4								
5	SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO EM TERRA/BOTA FORA							
5.1	APILOAMENTO DO FUNDO DE VALAS COM SOQUETE	M2	1 000,00	603,62	R\$ 23,12	R\$ 25,33	R\$ 2,21	R\$ 1.334,00
5.3	ATERRO COMPACTADO COM PLACA VIBRATÓRIA	M3	10.000,00	9.418,54	R\$ 42,78	R\$ 46,87	R\$ 4,09	R\$ 38.521,83
5.4	ESCAVAÇÃO MANUAL DE TERRA (DESATERRO MANUAL)	M3	1 000,00	937,30	R\$ 40,23	R\$ 44,08	R\$ 3,85	R\$ 3.608,61
5.5	ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M3	20.000,00	17 885,67	R\$ 4,22	R\$ 4,62	R\$ 0,40	R\$ 7 154,27
5.11	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS 1,50 M < H <= 3,00 M	M3	400,00	400,00	R\$ 90,51	R\$ 99,16	R\$ 8,65	R\$ 3 460,00
5.12	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS 3,00 M < H <= 5,00 M	M3	400,00	400,00	R\$ 120,70	R\$ 132,24	R\$ 11,54	R\$ 4 616,00
5.13	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS H <= 1,50 M	M3	400,00	360,00	R\$ 68,39	R\$ 74,93	R\$ 6,54	R\$ 2 354,40
5.14	ESCAV. MECANICA DE VALAS C/ DESC. LATERAL H<=1,5M	M3	2 000,00	1 337,94	R\$ 5,00	R\$ 5,48	R\$ 0,48	R\$ 642,21
5.15	ESCAV. MECANICA DE VALAS DESC. LATERAL 1,5M<H<=3,0M	M3	4.000,00	4.000,00	R\$ 6,33	R\$ 6,94	R\$ 0,61	R\$ 2.440,00
5.16	ESCAV MECANICA DE VALAS DESC. LATERAL 3,0M<H<=5,0M	M3	4.000,00	4.000,00	R\$ 7,41	R\$ 8,12	R\$ 0,71	R\$ 2.840,00
5.17	ESCAV. MECANICA DE VALAS C/ DESC LATERAL H>=5,0M	M3	3.000,00	3.000,00	R\$ 7,92	R\$ 8,68	R\$ 0,76	R\$ 2 280,00
5.23	ESCORAMENTO DE VALA TIPO CONTÍNUO EMPREGANDO PRANCHAS E LONGARINAS DE PERoba	M2	800,00	800,00	R\$ 103,43	R\$ 113,32	R\$ 9,89	R\$ 7 912,00
5.24	ESCORAMENTO DE VALA TIPO DESCONTÍNUO EMPREGANDO PRANCHAS E LONGARINAS DE PERoba	M2	1.500,00	1.414,50	R\$ 62,43	R\$ 68,40	R\$ 5,97	R\$ 8.444,57

med

944

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVOS			VALORES					
		UNIDADE	QUANTITATIVO PREVISTO	SALDO A EXECUTAR	PREÇO UNITÁRIO CONTRATADO	PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO INCC 9,56%	DIFERENÇA ENTRE O PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO E O PREÇO UNITÁRIO INICIAL	SALDO A EXECUTAR		
5.26	REATERRO COMPACTADO DE VALA COM EQUIPAMENTO PLACA VIBRATÓRIA	M3	2.500,00	2.054,73	R\$	42,78	R\$	4,09	R\$	8.403,83
5.27	REATERRO MANUAL DE VALA	M3	1.000,00	1.000,00	R\$	68,39	R\$	74,93	R\$	6.540,00
5.28	REGULARIZACAO DE SUPERFICIES EM TERRA COM MOTONIVELADORA	M2	25.000,00	25.000,00	R\$	0,09	R\$	0,10	R\$	250,00
5.29	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE TERRENO COM ROLO VIBRATORIO	M2	20.000,00	20.000,00	R\$	1,57	R\$	1,72	R\$	3.000,00
5.30	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE TERRENO COM PLACA VIBRATORIA	M2	10.000,00	10.000,00	R\$	3,48	R\$	3,81	R\$	3.300,00
SUBTOTAL ITEM 5									R\$	107.101,72
6	SERVIÇOS DE DRENAGEM									
6.1	CAIXA DE CAPTAÇÃO E DRENAGEM TIPO F (120 X 120 X 150 CM), D = 500 MM A 1500MM, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA	U	20,00	14,00	R\$	2.990,85	R\$	3.276,78	R\$	4.003,02
6.2	BOCA DE LOBO SIMPLES (TIPO B - CONCRETO), QUADRO, GRELHA E CANTONEIRA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA-FORA	U	25,00	19,00	R\$	1.335,96	R\$	1.463,68	R\$	127,72
6.4	CANALETA PARA DRENAGEM PADRÃO SUDECAP, TIPO 2 - D= 300 MM, PREMOLDADA DE CONCRETO	M	200,00	147,20	R\$	91,64	R\$	100,40	R\$	8,76
6.5	CANALETA PARA DRENAGEM PADRÃO SUDECAP, TIPO 2 - D= 500 MM, PREMOLDADA DE CONCRETO	M	200,00	200,00	R\$	153,55	R\$	168,23	R\$	14,68
6.7	CONCRETO PARA BERÇO DE REDE TUBULAR TRAÇO 1:3:6, INCLUSIVE LANÇAMENTO	M3	700,00	607,31	R\$	569,60	R\$	624,05	R\$	54,45
6.8	FORMA PARA BERÇO EM TABUA, INCLUSIVE DESFORMA	M2	1.500,00	1.446,54	R\$	31,85	R\$	34,89	R\$	3,04
6.9	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, PERFORADO, DN 100 MM (4"), PARA DRENAGEM	M	900,00	900,00	R\$	21,36	R\$	23,40	R\$	2,04
6.10	FORNECIMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PA1 D = 400 MM	M	600,00	471,50	R\$	101,52	R\$	111,23	R\$	9,71

OK

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVOS			VALORES			
		UNIDADE	QUANTITATIVO PREVISTO	SALDO A EXECUTAR	PREÇO UNITÁRIO CONTRATADO	PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO INCC 9,56%	DIFERENÇA ENTRE O PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO E O PREÇO UNITÁRIO INICIAL	SALDO A EXECUTAR
6 11	FORNECIMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PA1 D = 600 MM	M	600,00	600,00	R\$ 193,42	R\$ 211,91	R\$ 18,49	R\$ 11 094,00
6 12	FORNECIMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PA1 D = 800 MM	M	500,00	323,30	R\$ 322,60	R\$ 353,44	R\$ 30,84	R\$ 9 970,57
6 13	FORNECIMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PA1 D = 1000 MM	M	300,00	300,00	R\$ 458,49	R\$ 502,32	R\$ 43,83	R\$ 13 149,00
6 14	GUIA DE MEIO-FIO, EM CONCRETO COM FCK 20MPA, PRÉ-MOLDADA, MFC-01 PADRÃO DEER-MG, DIMENSÕES (12X16,7X35)CM, EXCLUSIVE SARJETA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APOLOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	M	2 000,00	1.860,60	R\$ 56,94	R\$ 62,38	R\$ 5,44	R\$ 10 121,66
6 15	GUIA DE MEIO-FIO, EM CONCRETO COM FCK 20MPA, PRÉ-MOLDADA, MFC-03 PADRÃO DEER-MG, DIMENSÕES (12X18X45)CM, EXCLUSIVE SARJETA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APOLOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	M	2 000,00	2 000,00	R\$ 71,66	R\$ 78,51	R\$ 6,85	R\$ 13 700,00
6 17	POÇO DE VISITA PARA REDE TUBULAR TIPO A DN 1000, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA	U	50,00	46,00	R\$ 2 922,72	R\$ 3 202,13	R\$ 279,41	R\$ 12 852,86
6 18	SARJETA DE CONCRETO EM CORTE TIPO DR.SCC-X/Y, LARGURA = 50 CM TIPO 40/10 (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	2 000,00	1.945,00	R\$ 45,25	R\$ 49,58	R\$ 4,33	R\$ 8 421,85
6 19	SARJETA DE CONCRETO EM CORTE TIPO DR.SCC-X/Y, LARGURA = 50 CM TIPO 40/15 (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	2 000,00	2 000,00	R\$ 48,67	R\$ 53,32	R\$ 4,65	R\$ 9 300,00
6 21	TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO PARA POÇO DE VISITA	U	50,00	46,00	R\$ 513,89	R\$ 563,02	R\$ 49,13	R\$ 2 259,98
6 22	ALA DE REDE TUBULAR, D=600MM	U	4,00	3,00	R\$ 1 227,18	R\$ 1 344,50	R\$ 117,32	R\$ 351,96
6 23	ALA DE REDE TUBULAR, D=800MM	U	4,00	4,00	R\$ 1 458,27	R\$ 1 597,68	R\$ 139,41	R\$ 557,64

945

step

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVOS			VALORES				
		UNIDADE	QUANTITATIVO PREVISTO	SALDO A EXECUTAR	PREÇO UNITÁRIO CONTRATADO	PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO INCC 9,56%	DIFERENÇA ENTRE O PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO E O PREÇO UNITÁRIO INICIAL	SALDO A EXECUTAR	
6.24	ALA DE REDE TUBULAR, D=1000MM	U	2,00	2,00	R\$ 1.710,70	R\$ 1.874,24	R\$ 163,54	R\$ 327,08	
6.28	DESCIDA D'ÁGUA TIPO DEGRAU - PADRÃO SUDECAP, D=600MM	M	75,00	75,00	R\$ 799,58	R\$ 876,02	R\$ 76,44	R\$ 5.733,00	
6.29	DESCIDA D'ÁGUA TIPO DEGRAU - PADRÃO SUDECAP, D=800MM	M	50,00	50,00	R\$ 984,24	R\$ 1.078,33	R\$ 94,09	R\$ 4.704,50	
6.32	DISSIPADOR DE ENERGIA - DEB 01 - AREIA, BRITA E PEDRA DE MÃO COMERCIAIS	UN	10,00	10,00	R\$ 407,82	R\$ 446,81	R\$ 38,99	R\$ 389,90	
SUBTOTAL ITEM 6								R\$ 157.489,17	
7	SERVIÇOS DE TRANSPORTES								
7.2	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MECÂNICA	M3	4.000,00	2.913,70	R\$ 1,80	R\$ 1,97	R\$ 0,17	R\$ 495,33	
7.3	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO 1 KM < DMT <= 2 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3	4.000,00	2.443,50	R\$ 14,53	R\$ 15,92	R\$ 1,39	R\$ 3.396,47	
7.6	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO 2 KM < DMT <= 5 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3X KM	20.000,00	17.996,76	R\$ 4,26	R\$ 4,67	R\$ 0,41	R\$ 7.378,67	
7.8	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO DMT > 5 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3X KM	32.000,00	25.283,58	R\$ 4,09	R\$ 4,48	R\$ 0,39	R\$ 9.860,60	
SUBTOTAL ITEM 7								R\$ 21.131,07	
8	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM PAVIMENTAÇÃO E FORNECIMENTO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS								
8.1	BASE ESTAB GRANUL, COMP. ENERG. PROCTOR MODIF. COM BRITA BICA CORRIDA (AGREGADO DE PEDREIRA)	M3	950,00	809,14	R\$ 185,65	R\$ 203,40	R\$ 17,75	R\$ 14.362,31	
8.6	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO - FORN. E APLICAÇÃO EXCLUSIV. TRANSPORTE	M3	950,00	229,49	R\$ 1.754,97	R\$ 1.922,75	R\$ 167,78	R\$ 38.504,11	
8.11	FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO (PROFUNDIDADE ATÉ 5,0 CM) - EXCLUSIVE TRANSPORTE AF_11/2019	M2	30.000,00	16.244,89	R\$ 8,52	R\$ 9,33	R\$ 0,81	R\$ 13.158,36	

[Handwritten signature]

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVOS			VALORES			
		UNIDADE	QUANTITATIVO PREVISTO	SALDO A EXECUTAR	PREÇO UNITÁRIO CONTRATADO	PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO INCC 9,56%	DIFERENÇA ENTRE O PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO E O PREÇO UNITÁRIO INICIAL	SALDO A EXECUTAR
8.12	IMPRIMAÇÃO (EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)	M2	19.000,00	8 559,46	R\$ 10,44	R\$ 11,44	R\$ 1,00	R\$ 8.559,46
8.13	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUBLEITO	M2	8 000,00	8 000,00	R\$ 2,67	R\$ 2,93	R\$ 0,26	R\$ 2 080,00
8.17	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C AF_11/2019	M2	19.000,00	594,88	R\$ 2,90	R\$ 3,18	R\$ 0,28	R\$ 166,57
8.38	OPERAÇÃO TAPA BURACOS - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MASSA (EXCLUSIVE PINTURA DE LIGAÇÃO E TRANSPORTE)	M3	600,00	485,55	R\$ 1.873,88	R\$ 2.053,02	R\$ 179,14	R\$ 86 981,43
8.42	TRANSPORTE DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE. DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE 25,10 A 30,00 KM (DENSIDADE DE MATERIAL SOLTO)	M3X KM	46.500,00		R\$ 1,40	R\$ 1,53	R\$ 0,13	R\$ -
8.43	TRANSPORTE DE MATERIAL DE JAZIDA PARA CONSERVAÇÃO.DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE <= 10,00 KM	M3X KM	100.000,00	100.000,00	R\$ 1,93	R\$ 2,11	R\$ 0,18	R\$ 18 000,00
8.46	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA. DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE 15,10 A 20,00 KM	TXK M	19 000,00		R\$ 0,87	R\$ 0,95	R\$ 0,08	R\$ -
SUBTOTAL ITEM 8								R\$ 181.812,24
9	SERVIÇOS DE CONTENÇÕES							
9.3	MURO DE GABIÃO, ENCHIMENTO COM PEDRA DE MÃO TIPO RACHÃO, DE GRAVIDADE, COM GAIOLAS DE COMPRIMENTO IGUAL A 2 M, PARA MUROS COM ALTURA MAIOR QUE 4 M E MENOR OU IGUAL A 6 M FORNECIMENTO E EXECUÇÃO. AF_12/2015	M3	2.000,00	654,20	R\$ 850,60	R\$ 931,92	R\$ 81,32	R\$ 53.199,54
9.4	GABIÃO TIPO COLCHAO MALHA 6X8, FIO 2MM GALV REVEST. PVC (COM CALÇADÃO CALCÁRIO)	M3	500,00	344,40	R\$ 549,87	R\$ 602,44	R\$ 52,57	R\$ 18.105,11
9.5	EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO DE CONCRETO PROJETADO COM ESPESURA DE 7 CM, ARMADO COM TELA, INCLINAÇÃO MENOR QUE 90°, APLICAÇÃO CONTÍNUA, UTILIZANDO EQUIPAMENTO DE PROJEÇÃO COM 6 M³/H DE CAPACIDADE. AF_01/2016	M2	2 000,00	2 000,00	R\$ 149,42	R\$ 163,70	R\$ 14,28	R\$ 28.560,00

946

946

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVOS			VALORES				
		UNIDADE	QUANTITATIVO PREVISTO	SALDO A EXECUTAR	PREÇO UNITÁRIO CONTRATADO	PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO INCC 9,56%	DIFFERENÇA ENTRE O PREÇO UNITÁRIO REAJUSTADO E O PREÇO UNITÁRIO INICIAL	SALDO A EXECUTAR	
9.8	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA EM PLACAS, INCLUSIVE TERRA VEGETAL E CONSERVAÇÃO POR 30 DIAS	M2	500,00	500,00	R\$ 22,70	R\$ 24,87	R\$ 2,17	R\$ 1.085,00	
9.12	CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50/60	KG	6.000,00	5.881,97	R\$ 17,76	R\$ 19,46	R\$ 1,70	R\$ 9.999,35	
9.13	FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL, USINADO, COM FCK 25 MPa, INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	100,00	61,78	R\$ 607,55	R\$ 665,63	R\$ 58,08	R\$ 3.587,98	
SUBTOTAL ITEM 9								R\$ 114.536,98	
11	SERVIÇOS DE EXPANSÃO E MANUTENÇÃO EM REDE DE ESGOTO								
11.29	COLOCAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO DE TAMPAO (TAMPAO E ARO) EM POÇO DE VISITA	UN	25,00	25,00	R\$ 202,66	R\$ 222,03	R\$ 19,37	R\$ 484,25	
SUBTOTAL ITEM 11								R\$ 484,25	
13	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO								
13.1	OBRAS ACIMA DE R\$ 3.000.000,01	%	0,20%	0,13%	R\$ 10.576.331,57	R\$ 11.587.428,87	R\$ 1.011.097,30	R\$ 1.287,13	
SUBTOTAL ITEM 13								R\$ 1.287,13	
TOTAL GERAL TOTAL GERAL PREVISTO PARA PAGAMENTO DE REAJUSTE								R\$ 657.062,29	

Roberto Francisco da Silva

Secretário Adjunto de Obras e Infraestrutura


A N E X O
AO PROCESSO
DE LICITAÇÃO

<input type="checkbox"/>	ADESÃO	
<input type="checkbox"/>	CREDENCIAMENTO	Folha Nº : <u>947</u>
<input checked="" type="checkbox"/>	CONCORRÊNCIA	
<input type="checkbox"/>	DISPENSA	PMC Nº : <u>004/2022</u>
<input type="checkbox"/>	INEXIGIBILIDADE	
<input type="checkbox"/>	PREGÃO	<input type="checkbox"/> CREDENCIAMENTO

À DPOR,

Gentileza informar dotação e realizar impacto orçamentário e financeiro para o que se pede na C.I. nº PMC/SEOB/446/2022 , da Secretaria de Obras e planilha às fls. 943 a 946 do pro

Congonhas, 03 de janeiro de 2023.


Evandra Lacerda
Área de Compras e Licitações

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



À

Área de Compras e Licitações,

Segue impacto orçamentário-financeiro e informação de dotação orçamentária para o exercício de 2023.

A despesa referente ao Reajuste à Adesão PMC/004/2022 execução dos serviços de reparos e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana, visando atender ao município de Congonhas a seguinte dotação orçamentária:

Ficha: 313

Órgão: 12

Unidade: 04

Função: 26

Sub-função: 451

Programa: 0010

Atividade: 1.004 – Construção e Pavimentação de Vias Urbanas

449051 – Obras e Instalações

Fonte: 1708

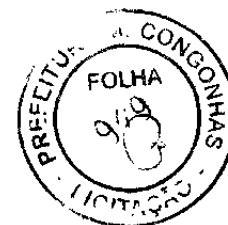
Congonhas, 03 de janeiro de 2023.


Patricia Rosemara Silva Sousa
Diretora de Área - Orçamento

RECEBIDO
10 / 01 / 2023
às 14:20
Diretoria de Contratos e Licitações
Prefeitura Municipal de Congonhas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS



ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

A despesa referente ao Reajuste à Adesão PMC/004/2022 de execução dos serviços de reparos e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana, visando atender ao município de Congonhas, cujo saldo será suficiente para garantir o empenho de tais despesas no exercício de 2023, as quais estimamos um montante de R\$ 657.062,29 (seiscentos e cinquenta e sete mil, sessenta e dois reais e vinte e nove centavos)

Estimamos também que o total de tal receita comprometerá 0,08% (zero vírgula zero oito por cento) da receita prevista no exercício financeiro atual, e 0,08% (zero vírgula zero oito por cento) da despesa prevista neste exercício.

A referida despesa é objeto de dotação suficiente, prevista no programa de trabalho, assim como atende à Lei de Diretrizes Orçamentárias e encontra-se adequada aos parâmetros financeiros da administração; não infringindo, portanto quaisquer disposições da legislação, especificamente ao que determina o artº 16 da Lei Complementar 101/2000.

Concluimos, portanto, que o município disporá de recursos orçamentários e financeiros suficientes para a realização desta despesa.

Prefeitura Municipal de Congonhas, aos três dias do mês de janeiro de 2023.


Antônio Mendes da Silva
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

DECLARAÇÃO DA COMPATIBILIDADE ENTRE OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Declaro, para fins do cumprimento do Inciso II, do art. 16 da Lei Complementar 101/2000 que a despesa referente ao Reajuste à Adesão PMC/004/2022 de execução dos serviços de reparos e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana, visando atender ao município de Congonhas, é compatível com a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) no que se refere às metas da Administração, assim como é compatível com o PPA (Plano Plurianual).

Declaro, ainda, com base na Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro que a despesa tem a devida adequação para sua realização.

Prefeitura Municipal de Congonhas, aos três dias do mês de janeiro de 2023.


Simônia Maria de Jesus Magalhães
Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura



ANEXO AO PROCESSO DE LICITAÇÃO

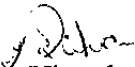
	CONCORRÊNCIA	
	TOMADA DE PREÇO	
	CONVITE	
	DISPENSA	

	INEXIGIBILIDADE	
	PREGÃO	
x	ADESÃO	004/2022

Ao Controle Interno,

Segue processo para análise.

Congonhas, 12 de janeiro de 2023


Janaina Uberaba
Área de Contratos e Licitações

SOLICITAÇÃO TERMO ADITIVO			
Processo: 117/2022	Modalidade: Adesão 04/2022	Contrato: 120/2022	
Objeto: Prestação de Serviços - Reparo e manutenção em dispositivo de infraestrutura urbana.			
Empresa: Consórcio SINAINFRA			
Prazo	Prestação de Serviço Contínuo	Prazo	Prestação de Serviço - (demais casos)
Acréscimo de serviços existentes	Supressão de serviços	Inserção de Serviços Novos	Reajuste x
Equilíbrio Econômico Financeiro	Convenção Coletiva	Realinhamento	

As solicitações foram elaboradas de forma clara e objetiva constando: (Conforme o caso)		Sím	Não	OBS.
01	Observância ao limite temporal disposto no artigo 57 (incisos / Parágrafos conforme o caso) da Lei 8.666/93.			N/A
02	O edital e/ou contrato estabelecem expressamente as condições de prorrogação.			N/A
03	Pesquisa de mercado e/ou justificativa a fim de verificar se os preços contratados permanecem vantajosos para administração. (Artigo 57, II, da lei 8.666/93).			N/A
04	Manifestação do gestor do contrato acerca da execução do contrato, justificativa da necessidade da prorrogação. (Art. 57, § 2º, da Lei 8.666/93).			N/A
05	Autorização da autoridade competente para realização do aditivo. (Artigo 57, § 2º da lei 8.666/93).	x		
06	Comprovante da manutenção das mesmas condições de habilitação exigidas na licitação. (Artigo 55, XIII, da Lei 8.666/93)		x	1
07	Informação da dotação suficiente para o custeio das respectivas despesas ou condicionamento da validade e eficácia da prorrogação à referida disponibilidade. (Artigo 7º, § 2º, III, da lei 8.666/93).			2
08	Em caso de acréscimos /ou supressões foi observado o limite previsto no artigo 65, § 1º, da lei 8.666/93.			N/A
09	Para restabelecer o equilíbrio econômico financeiro, o gestor do contrato demonstrou que a revisão dos preços foi aplicada somente ao insumo afetado pela alta dos preços.			N/A
10	Em caso de inserção de serviços novos ou acréscimo de serviços existentes, consta no processo explanação dos fatos que justifique a alteração das condições da execução do contrato.			N/A
11	Planilha demonstrando o percentual referente ao serviço novo e/ou percentual referente ao serviço existente.			N/A
12	Consta no processo cópia da CCT - convenção coletiva de Trabalho.			N/A
13	Consta no processo manifestação da SEPLAG / Economistas referente ao índice de reajuste e/ou correção	x		
14	Nos casos de reajuste observou-se o disposto no Decreto 5.832 de 06 de agosto 2013.			3
15	Foi emitido e anexado ao processo parecer jurídico referente a formalização do termo aditivo.	x		

N/A – Não se aplica

Observação:

- 1 - Recomendamos regularizar documentação.
- 2 - Falta assinatura fis.949.
- 3 - Parcialmente, considerando que o pedido trata apenas de reajuste, conforme fis.915/917 e 942.

Congonhas, 13 de janeiro de 2023

Carlos Magno de Souza
Controlador Geral

Marta de Paula Assis Vitarelli
Controladoria Geral

Recebido 13/01/23
14:15h
Janaina Uberaba
Silva Ferreira
Matr. 54621



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **CONSTRUTORA SINARCO LTDA**
CNPJ: **03.367.118/0001-40**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:11:13 do dia 21/02/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/08/2023.

Código de controle da certidão: **13D1.F772.C6F6.F4D4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONFERIDA A AUTENTICIDADE

CONGONHAS, 06 / 03 / 23.

Josandra

Matricula: 38111



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Positiva com efeito de negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
22/02/2023

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
23/05/2023

NOME/NOME EMPRESARIAL: CONSTRUTORA SINARCO LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 363067529.00-91

CNPJ/CPF: 03.367.118/0001-40

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: R CAPITAO SANCHO

NÚMERO: 209

COMPLEMENTO:

BAIRRO: CENTRO

CEP: 38770000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: JOAO PINHEIRO

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN);

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

2023000621175700



CONFERIDA A AUTENTICIDADE

CONGONHAS, 06 / 03 / 23

Gracinda

Matricula: 38111



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PINHEIRO

MINAS GERAIS

Certidão de Débitos

16930299000113, 60 - Centro CNPJ. 16930299000113 CEP 38770000 Telefone



Certidão Negativa de Débitos

INFORMAÇÕES DO CONTRIBUINTE

Nome/Razão Social:

CONSTRUTORA SINARCO LTDA

CNPJ/CPF:

03.367.118/0001-40

Endereço:

Rua Capitão Sancho, 209, , Centro, João Pinheiro, MG



INFORMAÇÕES DA CERTIDÃO

Número de Controle:

47480

Validador:

1F6A062AO

A autenticidade desta certidão deve ser verificada em:

http://webcidadao.com.br:8080/web-cidadao-web/login?codAux=9B37S9&pagina=VALIDAR_AUTENTICIDADE

Atendendo requerimento da parte interessada, declaramos para os devidos fins, que o contribuinte acima citado, est. quite com a Fazenda Municipal.

Ressalvado . PREFEITURA MUNICIPAL DE JO.O PINHEIRO o direito de cobrar d.bitos posteriormente apurados, o Departamento de D.vid a Ativa e Legisla..o da Secretaria Municipal da Fazenda no uso de suas atribui..es legais, certifica que em nome do requerente, n.o existe d.bitos em aberto referente a Tributos Municipais.

A autenticidade desta certid.o dever. ser confirmada no site da Prefeitura Municipal de Jo.o Pinheiro - MG, em www.joaopinheiro.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de João Pinheiro , Quarta-feira, 22 de Fevereiro de 2023

Qualquer rasura invalida a certidão.

Validade do documento: 90 DIAS

CONFERIDA A AUTENTICIDADE

CONGONHAS, 06 / 03 / 23

Javancha

Matrícula: 38991



**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 03.367.118/0001-40
Razão Social: CONSTRUTORA SINARCO LTDA EPP
Endereço: RUA CAPITAO SANCHO 209 / CENTRO / JOAO PINHEIRO / MG / 38770-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/02/2023 a 27/03/2023

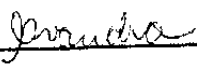
Certificação Número: 2023022600282637142251

Informação obtida em 05/03/2023 19:23:10

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

CONFERIDA A AUTENTICIDADE

CONGONHAS, 06 / 03 / 23



Matrícula: 38111



10799 JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSTRUTORA SINARCO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 03.367.118/0001-40
Certidão nº: 7879792/2023
Expedição: 22/02/2023, às 19:33:10
Validade: 21/08/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSTRUTORA SINARCO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.367.118/0001-40**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CONFERIDA A AUTENTICIDADE

CONGONHAS, 06/03/23.

[Assinatura]

Matrícula: 38111.



CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: CONSTRUTORA SINARCO LTDA
CNPJ: 03.367.118/0001-40

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 22 de Fevereiro de 2023 às 19:39

CONFERIDA A AUTENTICIDADE

CONGONHAS, 06 / 03 / 23.

João Pinheiro

Matrícula: 38311.

JOÃO PINHEIRO, 22 de Fevereiro de 2023 às 19:39

Código de Autenticação: 2302-2219-3958-0802-0291

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Empenho:1734

CENTRO DE CUSTO:665/2022 - CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE VIAS URBANA

DESPESA: 313/2023

EMPENHO GLOBAL

DOTAÇÃO:

VALOR DA AF: 657062,29

449051 - Obras e Instalações

VALOR A EMPENHAR: 657062,29

449051/01 - Obras e Instalações de Domínio Público

FONTE: Transferência da União Referente à Compensação Fin

1.4 Construção e Pavimentação de Vias

DATA A EMPENHAR: 06/03/2023

FAVORECIDO: 21966 - CONSORCIO SINAINFRA

CNPJ: 44.555.411/0001-19

ENDEREÇOR CAPITAO SANCHO, 209, SALA 05 - CENTRO

CIDADE: João Pinheiro - MG

CEP: 38770-000

TELEFONE:3835612334



PROC. DE COMPRA: 117/2022

LICITAÇÃO: 4/2022

CONTRATO:

HOMOLOGAÇÃO: 22/07/2022

JALIDADE: Pregão Eletrônico.

OBJETO:

ADESÃO DE ATA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO EM DISPOSITIVOS DE INFRAESTRUTURA URBANA. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE ADITIVO O REAJUSTE DE PREÇOS DO CONTRATO Nº PMC/120/2022, PELO ÍNDICE DO INCC/FGV NO PERCENTUAL DE 9,56% . AMPARO LEGAL NO ART. 5º, §1º DA LEI Nº 8.666/93. PRC/117/22, ADESÃO 004/22, CONTRATO PMC/120/22

Assinatura/Carimbo do Responsavel



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº PMC/120/2022

P. A. Nº. PMC/5502/2017

Adesão: nº 004/2022

PRC/117/2022

O MUNICÍPIO DE CONGONHAS, como CONTRATANTE, por sua Prefeitura Municipal, sediada à Praça Presidente Kubitschek, 135, inscrita no CNPJ sob o nº 16.752.446/0001-02, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Cláudio Antônio de Souza, que por força do Decreto nº 5.936 de 07 de fevereiro de 2014 passa a integrar o presente aditivo a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Simônia Maria de Jesus Magalhães, e do outro lado, a empresa **CONSÓRCIO SINAINFRA**, com sede à Rua Capitão Sancho, nº 209, sala 04, Bairro Centro, Município de João Pinheiro-MG, CEP 38.770-000, inscrita no CNPJ sob o nº 44.555.411/0001-19, neste ato representado pelo Sr. Cristiano Mendonça de Novaes, portador da identidade nº M-6.983.518 e CPF: 006.488.636-03, resolvem, considerando a solicitação e justificativa feita pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura em sua Comunicação Interna nº. PMC/SEOB/446/2022, documentos anexos e o parecer da Procuradoria Jurídica da Prefeitura, aditar, pela primeira vez o contrato originalmente firmado, estabelecendo o que se segue:

1- CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto

1.1- Constitui objeto do presente aditivo o reajuste de preços do Contrato nº PMC/120/2022, pelo índice do INCC/FGV no percentual de 9,56% (nove vírgula cinquenta e seis por cento), conforme cálculo da folha 938 a 940 do processo e planilha anexa.

1.2- O presente aditivo tem amparo legal no art. 5º, §1º da Lei nº 8.666/93.

2- CLÁUSULA SEGUNDA – Valor

2.1- O valor do presente aditivo é de R\$ 657.062,29 (seiscentos e cinquenta e sete mil sessenta e dois reais e vinte e nove centavos).

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - Recursos Financeiros

3.1- A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária vigente:

Órgão: 12 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Unidade: 04 – Gestão de Obras Públicas

Atividade: 1.004 – Construção e Pavimentação de Vias Urbanas

449051 – Obras e Instalações

4- CLÁUSULA QUARTA

4.1- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original que não colidirem ou conflitarem com o presente termo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

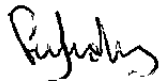
E estando justas e acertadas firmam as partes, o presente termo, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Congonhas, 06 de março de 2023.

SIMONIA MARIA DE JESUS MAGALHAES
Assinado de forma digital por SIMONIA MARIA DE JESUS MAGALHAES
Dados: 2023.03.06 15:45:36 -03'00'
Simônia Maria de Jesus Magalhães
Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura

CRISTIANO MENDONÇA DE NOVAES:00648863603
Assinado de forma digital por CRISTIANO MENDONÇA DE NOVAES:00648863603
Dados: 2023.03.06 17:34:47 -03'00'
Cristiano Mendonça de Novaes
CONSÓRCIO SINAINFRA.

TESTEMUNHAS:

1. 

2. 

Diário Oficial Eletrônico

Congonhas - MG



Congonhas, 10 de Março de 2023 – Diário Oficial Eletrônico, criado pela Lei municipal Nº 2.900/2009 – ANO 13 | Nº 3144

§3º Excepcionalmente, o crédito poderá ser realizado na conta salário do servidor, enquanto verba indenizatória. (NR)
Art. 2º O valor do benefício será fixado por meio de decreto, podendo ser reajustado anualmente de acordo com o INPC. (NR)
Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 9 de março de 2023

CLÁUDIO ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito de Congonhas



ESTADO DE MINAS GERAIS MUNICÍPIO DE CONGONHAS

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº PMC/110/2020

Partes: Município de Congonhas X Pimenta Máquinas e Suprimentos Ltda. Objeto: prorrogação do prazo pelo período de 12 meses, com início em 15/04/2023 e término em 15/04/2024, e o reajuste de valor pelo índice do IGP-M no percentual de 3,79%. Valor: R\$ 534.441,00. Data: 06/03/2023.

ESTADO DE MINAS GERAIS MUNICÍPIO DE CONGONHAS

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº PMC/111/2020

Partes: Município de Congonhas X Renato Maciel Buchemi ME. Objeto: prorrogação do prazo pelo período de 12 meses, com início em 15/04/2023 e término em 15/04/2024, e o reajuste de valor pelo índice do IGP-M no percentual de 3,79%. Valor: R\$ 83.844,00. Data: 06/03/2023.

ESTADO DE MINAS GERAIS MUNICÍPIO DE CONGONHAS

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC/017/2019

Partes: Município de Congonhas X Itaú Unibanco S/A. Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência do contrato, pelo prazo de 12 meses, com início em 12/02/2023 e término em 12/02/2024 e o reajuste de valor pelo índice IGPM, no percentual de 3,79%. Valor: R\$34.320,00. Data: 10/02/2023.

ESTADO DE MINAS GERAIS MUNICÍPIO DE CONGONHAS

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC/016/2019

Partes: Município de Congonhas X Caixa Econômica Federal. Constitui objeto do presente aditivo a prorrogação da vigência do contrato, pelo prazo de 12 meses, com início em 12/02/2023 e término em 12/02/2024, e o reajuste de 15,23% no recebimento dos tributos em Guichês e Correspondentes Bancários, e 2,88% para Autoatendimento e Internet Banking. Valor: R\$40.902,10. Data: 10/02/2023.

ESTADO DE MINAS GERAIS MUNICÍPIO DE CONGONHAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC/120/2022

Partes: Município de Congonhas X Consórcio SINAINFRA. Constitui objeto do presente aditivo o reajuste de preços do Contrato nº PMC/120/2022, pelo índice do INCC/FGV no percentual de 9,56%. Valor: R\$657.062,29. Data: 06/03/2023.

ESTADO DE MINAS GERAIS MUNICÍPIO DE CONGONHAS

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



À

Área de Compras e Licitações,

Segue informação de dotação orçamentária para o exercício de 2023.

A despesa referente à execução dos serviços de reparos e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana, visando atender ao município de Congonhas a seguinte dotação orçamentária:

Ficha: 313

Órgão: 12

Unidade: 04

Função: 26

Sub-função: 451


Programa: 0010

Atividade: 1.004 – Construção e Pavimentação de Vias Urbanas

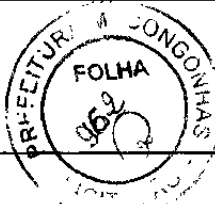
449051 – Obras e Instalações

Fonte: 1708

Congonhas, 02 de janeiro de 2023.


Patrícia Rosemara Silva Sousa
Diretora de Área - Orçamento

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
Requisição para empenhamento da despesa



Páginas: 1/1
Data Emissão: 02/01/2023
Autoriz. Fornecimento: 253/2023
Adjudicação:
Empenho: 520

CENTRO DE CUSTO:665/2022 - CONSTRUCAO E PAVIMENTACAO DE VIAS URBANA DESPESA: 313/2023
EMPENHO GLOBAL DOTAÇÃO:
VALOR DA AF: 3597484,23 449051 - Obras e Instalações
VALOR A EMPENHAR: 3597484,23 449051/01 - Obras e Instalações de Domínio Público
FONTE: Transferência da União Referente à Compensação Fin 1.4 Construção e Pavimentação de Vias
DATA A EMPENHAR: 02/01/2023

FAVORECIDO: 21966 - CONSORCIO SINAINFRA
CNPJ: 44.555.411/0001-19
ENDEREÇO: R. CAPITAO SANCHO, 209, SALA 05 - CENTRO
CIDADE: João Pinheiro - MG
CEP: 38770-000
TELEFONE: 3835612334

PROC. DE COMPRA: 117/2022 LICITAÇÃO: 4/2022
CONTRATO: 120/2022 HOMOLOGAÇÃO: 22/07/2022
MODALIDADE: Pregão Eletrônico.
OBJETO:
ADESÃO DE ATA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO EM DISPOSITIVOS DE INFRAESTRUTURA URBANA. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. PRC/117/22, ADESÃO 004/22, CONTRATO PMC/120/22

Assinatura/Carimbo do Responsavel



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

Folha 1




Anexo ao Processo Nº _____, de _____

À SEMOBI;

Segue processo a pedido.

Em 13/03/2023.


Evandra M. Lacerda
M. Silva
Mat. 3811-1

Diretoria de Contratos e Licitações
Município de Congonhas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS



Folha Nº _____

Anexo ao Processo Nº _____ / _____, de _____ / _____ / _____

Prezada Evandra,

Fineza elaborar a minuta de aditivo ao Contrato Prestação de Serviço nº PMC/120/2022, conforme solicitação contida na Comunicação Interna nº PMC/SEOB/110/2023 da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Atenciosamente.

Congonhas, 22 de março de 2023.

Carlos Felipe Soares Ribeiro
Diretoria de Contratos e Licitações

RECEBIDO

22/03/2023
Jovandra às 15h

Roberto Francisco da Silva
Secretário Adjunto de Obras e Infraestrutura

RECEBIDO
21 / 01 / 2023
17:27
Diretoria de Contratos e Licitações
Município de Congonhas

Vitória Vilça
Assessor III
Matrícula 20144428
SEPLAG - Prefeitura de Congonhas

01 03 23

103/23



COMUNICAÇÃO INTERNA

Nº. PMC/SEOB/110/2023

De : Roberto Francisco da Silva

Para : Antônio Mendes da Silva

Data : 17/03/2023

SEMOBI

SEPLAG

Referência: Contrato nº PMC/120/2022 de 22/07/2022, Adesão Nº PMC/004/2022, Processo Licitatório 117/2022, Processo Administrativo Nº PMC/6148/2022.

Objeto: Execução dos serviços de reparos e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana, visando atender o Município de Congonhas.

Contratada: Consórcio Sinainfra

Prazos: 12 meses para prestação dos serviços – 14 meses para vigência contratual

Início dos serviços: 29/07/2022

Previsão de término dos serviços: 29/07/2023

Previsão de término do contrato: 22/09/2023

17/03/2023
Antônio Mendes da Silva
Secretário de Planejamento
e Gestão

Prezado Senhor;

Solicito providências para a formalização de termo aditivo ao contrato em referência, sendo o acréscimo de serviços existentes e a inserção de serviços novos, conforme documentos apresentados pela fiscalização da obra em anexo.

A solicitação quanto ao acréscimo de serviços, está baseada no seguinte artigo da Lei 8.666/93:

“ Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

§ 1º. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. ”

Atenciosamente;


Roberto Francisco da Silva

Secretário Municipal Adjunto de Obras e Infraestrutura

COMUNICAÇÃO INTERNA

Nº: PMC/SEMOBI/Desenvolvimento Urbano/005/2023

De: Rosângela Apolinário Costa

Órgão: SEMOBI/ Desenvolvimento Urbano

Para: Roberto Francisco da Silva

Órgão: SEMOBI

Data: 16/03/2023

Referência: Contrato nº PMC/120/2022 de 27/07/2022, Processo Administrativo Nº PMC/6148/2022. Adesão 002/2022 e PRC/117/2022.

Contratada: Consorcio SINAINFRA

Objeto: Execução dos serviços de reparos e manutenção em dispositivo de infraestrutura urbana no Município de Congonhas, conforme planilhas e lista contendo os serviços e locais nos quais serão executados.

Ordem de serviço: 29/07/2022

Prezado (a) Senhor(a);

Em atendimento ao Ofício nº 1829, anexo I, no qual a contratada: **Consórcio SINAINFRA** solicita o Aditivo Qualitativo para **serviços novos** no valor de **RS 220.486,76** (duzentos e vinte mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos) e quantitativo para **serviços existentes** no valor de **RS 2.426.798,01** (dois milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e noventa e oito reais e um centavo), a fiscalização atesta as justificativas apresentadas pela contratada.

Conforme bem explanado pela contratada, os serviços são executados conforme demanda. Sendo assim, não é possível prever 100% (cem por cento) do que será executado ao longo da prestação dos serviços, como foi o caso do enrocamento de pedra de mão jogada.

Diante dos princípios que norteiam a Administração, principalmente da economicidade e eficiência, sobre os quais Marçal Justen Filho discorre:

“A economicidade impõe adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos. Toda atividade administrativa envolve uma relação sujeitável a enfoque de custo benefício.

Não se pode conceituar economicamente sem citar o outro princípio, que é o da eficiência. A eficiência pode ser medida sob três aspectos básicos velocidade, qualidade e resultado. Qualquer ação só poderá ser considerada eficiente se for rápida, perfeita e eficaz.”

Podemos concluir que a qualidade daquilo que é entregue à população é um fator indispensável. Sendo assim, no caso do item que se pretende aditar, de nada adiantaria a execução de muro de contenção em

RT

1

deleg

gabião, que se dá para garantir a segurança do local, sem o devido atrito dele com o solo, o que coloca em risco a estrutura, reduzindo sua eficiência e não gerando o resultado de fato pretendido.

Pelo exposto, tendo em vista que apenas nesse momento o item de enrocamento de pedra de mão jogada mostrou-se necessário, além de haver fiscalização diária para acompanhamento da prestação dos serviços, com ateste da necessidade pelo fiscal do contrato e diretora de Desenvolvimento Urbano, conforme subscrevem, somos de acordo com o adicional de qualitativo solicitado pela contratada.

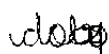
No que tange ao adicional de quantitativos (sobre itens já existentes no contrato), repisamos que o contrato é executado conforme demanda, não sendo possível quantificar de maneira exata todos os itens que serão utilizados para devido atendimento à demanda. Ademais, são muitos os fatores externos que interferem na estrutura dos taludes e das vias, sendo alguns deles: a quantidade e peso dos veículos que por ela passam, o índice pluviométrico, o sistema de drenagem (que em alguns casos sequer existe) e o material que foi utilizado na pavimentação.

Frisamos que visamos garantir os princípios da eficiência e da economia. Sendo assim, considerando a demanda apresentada pelos locais, conforme relatório fotográfico que segue em anexo, bem como o alto índice pluviométrico apresentado nos últimos meses, nos é exigida uma resposta rápida, evitando assim maiores danos ao erário, bem como à saúde e segurança dos munícipes.


Com isso, temos que o melhor caminho seja nos valer dos contratos que já se encontram formalizados, nos quais as empresas já prestam os serviços de maneira eficiente e satisfatória.

Pelo exposto, concordamos com o pedido de aditivo de quantitativos elaborado pela empresa. Sendo assim, solicitamos que se proceda com os trâmites para a formalização do aditivo pretendido.

Atenciosamente,


Amanda Fabiane Lobo Santos

Assessor II


Rosângela Apolinário Costa
Diretora de Área – Desenvolvimento Urbano

João Pinheiro – MG, 17 de março de 2023

OFÍCIO Nº 1829/2023

À Prefeitura Municipal de Congonhas
A/C
Secretaria Municipal de Obras

REF: SOLICITAÇÃO DE ADITIVO QUALITATIVO E QUANTITATIVO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº PMC 120/2022

Prezados,

A **CONSTRUTORA SINARCO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.367.118/0001-40, com sede na Rua Capitão Sancho, nº 209 – Centro, João Pinheiro/MG, vem, respeitosamente, perante Vossas Senhorias, requerer ADITIVO QUALITATIVO E QUANTITATIVO no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços nº 120/2022, pelos fatos e fundamentos a seguir:

1. Justificativa serviços novos – acréscimo qualitativo:

Tendo em vista as demandas recebidas pela Diretoria de Desenvolvimento Urbano bem como a necessidade de conclusão de serviços iniciados, viemos pelo presente solicitar que seja realizado aditivo de serviços.

Considerando que o contrato se refere a serviços de reparo e manutenção em dispositivos de infraestrutura, cuja demanda é continuada e de forma consideravelmente imprevisível, se faz necessária a inclusão de serviços novos, uma vez que estes não estão contemplados na planilha e são de extrema necessidade para a conclusão de alguns serviços aderidos no contrato.

Com base no exposto, traz-se como exemplo o serviço de enrocamento com pedra de mão jogada, cuja sua especificação técnica prevê que “*o enrocamento de pedra de mão jogada destina-se à melhoria das condições do solo em presença de água e solo mole para execução*”. Dessa forma, torna-se um serviço essencial para a execução de muro de contenção em gabião, uma vez que aumenta o atrito com a estrutura deixando-a mais segura. Tem-se como razoável e esperada a necessidade de celebração do termo de aditivo para resolver as situações.

Em resumo, o acréscimo qualitativo (acrécimo de serviços novos) será de **R\$ 220.486,76** (duzentos e vinte mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos), correspondente ao percentual de 2,08% do valor inicial do contrato. Apresentamos em anexo, planilha dos serviços novos com quantitativos e lista dos locais a serem acrescidos.

2. Justificativa aditamento de serviços existente – acréscimo quantitativo:

Em reunião realizada com a diretoria da Secretaria Municipal de Obras, foi apresentado à contratada uma demanda de serviços além da previsão contratual, sendo eles: (I) acréscimo de ruas a serem contempladas com a operação tapa buraco e recapeamento asfáltico, (II) aumento de contenções do tipo gabião devido aos desmoronamentos causados pelas grandes precipitações, e (III) implantação de redes de drenagem pluvial em vários pontos da cidade.

Conforme planilha anexa, o acréscimo quantitativo, referente a serviços já contratados, será de **R\$ 2.426.798,01 (dois milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, setecentos e noventa e oito reais e um centavo), correspondente ao percentual de 22,90% do valor inicial do contrato .**

3. Conclusão

Diante do exposto e nos termos da planilha anexa, se faz necessária a realização de aditivo qualitativo e quantitativo, com o correspondente reflexo no valor contratual, em decorrência do aumento de quantidade e dos novos serviços demandados.

Conforme valores apontados, o aditivo, considerando o acréscimo qualitativo e quantitativo, deverá ser no valor de R\$ 2.647.284,77 (dois milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, duzentos e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos), correspondente ao percentual de 24,98% do valor inicial do contrato.

Certos do correto entendimento e do atendimento às solicitações apresentadas, colocamo-nos à disposição para demais elucidações necessárias.

Cordialmente,

FILIPÉ HENRIQUE Assinado de forma digital
ALVES MODESTO DA por FILIPÉ HENRIQUE
SILVA:09894037690 ALVES MODESTO DA
SILVA:09894037690 SILVA:09894037690

CONSTRUTORA SINARCO LTDA

CNPJ 03.367.118/0001-40

Filipe H. Alves Modesto da Silva
Eng. Civil – Diretor de Obras



Congonhas

PREFEITURA DE CONGONHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

OBJETO: Execução dos serviços de reparos e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana visando atender o Município de Congonhas
CONTRATADA: CONSORCIO S NAIN-FRA
CONTRATO: PMCM20/2022 DE 22/07/2022
PRC Nº 117/2022
ADESAO Nº PMCM20/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMCM20/2022

PLANILHA DE ADITIVO DE SERVIÇOS EXISTENTES

BDI 29,47%

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTITATIVOS				VALORES			
			QUANTITATIVO PREVISTO	QUANT. A ADITAR	QUANT. TOTAL	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL PREVISTO	PREÇO TOTAL DO ADITIVO	%	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES									
1.1	RAPIHEIRO QUIMICO 110X130X230CM COM MANUTENÇÃO	MES	12,00	10,00	22,00	R\$ 870,79	R\$ 19.148,48	R\$ 8.707,90	63,33%	
1.2	COQUE EM PVC Nº 15 CM	UN	75,00	40,00	115,00	R\$ 46,85	R\$ 5.387,75	R\$ 1.866,00	33,33%	
1.3	FAIXA 6,3X0,80M TECIDO MOFIM SUPORTE EM FOLHA PLANO	UN	40,00		40,00	R\$ 153,56	R\$ 6.142,40	R\$ -	0,00%	
1.4	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITÓRIO, COMPLETO SEM DIVISÓRIAS INTERNAS	MES	12,00		12,00	R\$ 749,14	R\$ 8.989,68	R\$ -	0,00%	
1.5	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M PARA FERRAMENTARIA SEM DIVISÓRIAS INTERNAS E SEM SANITÁRIO	MES	12,00		12,00	R\$ 596,28	R\$ 7.155,36	R\$ -	0,00%	
1.6	LOCAÇÃO DE CONT. Nº 1 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M PARA SANITÁRIO, COM 4 BAC. AS, 6 CHUVEIROS, 1 LAVATÓRIO E 1 MISTURADOR	MES	12,00		12,00	R\$ 936,42	R\$ 11.237,04	R\$ -	0,00%	
1.14	TELA PLÁSTICA LARANJA TIPO TAPUME PARA SINALIZAÇÃO MALHA RETANGULAR ROLO 1,20 X 50 M IL 2,0	M	1.030,00	530,00	1.560,00	R\$ 3,07	R\$ 3.970,20	R\$ 1.535,00	50,00%	
SUBTOTAL ITEM 1							R\$ 50.410,07	R\$ 12.108,90	24,02%	
2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRAS									
2.1	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.920,00	540,00	2.460,00	R\$ 21,32	R\$ 40.934,40	R\$ 11.572,80	28,13%	
2.2	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.920,00	540,00	2.460,00	R\$ 81,05	R\$ 155.616,00	R\$ 43.767,00	28,13%	
2.3	ENCARGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.920,00	540,00	2.460,00	R\$ 54,11	R\$ 105.991,20	R\$ 29.719,40	28,13%	
2.4	ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.920,00	540,00	2.460,00	R\$ 120,91	R\$ 232.147,20	R\$ 65.291,40	28,13%	
2.5	TECNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.920,00	540,00	2.460,00	R\$ 35,34	R\$ 69.196,80	R\$ 19.461,60	28,13%	
SUBTOTAL ITEM 2							R\$ 601.785,60	R\$ 169.252,20	28,13%	
3	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES									
3.1	DEMOLICÃO DE PASSOIO LAJE DE CONCRETO MANUSEI	M2	800,00	350,00	1.150,00	R\$ 25,06	R\$ 20.064,00	R\$ 8.778,00	44,00%	
3.2	DEMOLICÃO DE PASSOIO LAJE DE CONCRETO COM EQUIP. MECANIZADO	M2	300,00	900,00	1.200,00	R\$ 15,08	R\$ 4.524,00	R\$ 13.572,00	300,00%	
3.5	DEMOLICÃO DE CONCRETO SIMPLES INCLUSIVE AFASTAMENTO - MANUA	M3	350,00		350,00	R\$ 258,64	R\$ 90.524,00	R\$ -	0,00%	
3.6	DEMOLICÃO DE CONCRETO ARMADO INCLUSIVE AFASTAMENTO - MANUA	M3	250,00		250,00	R\$ 355,34	R\$ 88.835,00	R\$ -	0,00%	
3.13	REMOÇÃO DE MISTURADO DE CONCRETO	M	1.000,00		1.000,00	R\$ 9,15	R\$ 9.150,00	R\$ -	0,00%	
3.8	REMOÇÃO DE CERCA DE ARAME	M	800,00		800,00	R\$ 10,80	R\$ 8.640,00	R\$ -	0,00%	
3.26	CARGA DE MATERIAL DEMOLIDO SOBRE CAMINHADA MECANICA	M3	3.500,00		3.500,00	R\$ 2,78	R\$ 9.730,00	R\$ -	0,00%	
3.29	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CAMINHÃO 2 KM < DIST < 5 KM	M3KM	17.500,00		17.500,00	R\$ 3,34	R\$ 58.450,00	R\$ -	0,00%	
3.30	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CAMINHÃO DMT > 5 KM	M3KM	42.000,00		42.000,00	R\$ 1,59	R\$ 66.780,00	R\$ -	0,00%	
SUBTOTAL ITEM 3							R\$ 373.487,00	R\$ 13.572,00	3,63%	
4	SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO									
4.2	CAPINA MANUA	M2	15.000,00		15.000,00	R\$ 0,71	R\$ 10.650,00	R\$ -	0,00%	
4.3	ROÇADA MANUA	M2	15.000,00		15.000,00	R\$ 0,17	R\$ 2.550,00	R\$ -	0,00%	
SUBTOTAL ITEM 4							R\$ 13.200,00	R\$ -	0,00%	
5	SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO EM TERRABOTA FORA									
5.1	AFRONTAMENTO DO FUNDO DE VALAS COM SOQUEITE	M2	1.000,00		1.000,00	R\$ 23,12	R\$ 23.120,00	R\$ -	0,00%	
5.2	AFRONT. COMPACTADO COM PLACA VIBRATORIA	M3	10.000,00		10.000,00	R\$ 42,78	R\$ 427.800,00	R\$ -	0,00%	
5.4	ESCOVAÇÃO MANUA DE TERRA DESATERRO MANUA	M3	1.000,00		1.000,00	R\$ 40,23	R\$ 40.230,00	R\$ -	0,00%	
5.5	ESCOVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M3	20.000,00		20.000,00	R\$ 4,22	R\$ 84.400,00	R\$ -	0,00%	
5.11	ESCOVAÇÃO MANUA DE VALAS 1,50 M < H < 3,00 M	M3	400,00		400,00	R\$ 90,51	R\$ 36.204,00	R\$ -	0,00%	
5.12	ESCOVAÇÃO MANUA DE VALAS 3,00 M < H < 6,00 M	M3	400,00		400,00	R\$ 20,70	R\$ 8.280,00	R\$ -	0,00%	
5.13	ESCOVAÇÃO MANUA DE VALAS H < 1,50 M	M3	400,00		400,00	R\$ 68,39	R\$ 27.356,00	R\$ -	0,00%	
5.14	ESCOV. MECANICA DE VALAS COM DESC. LATERAL H < 1,50 M	M3	2.000,00		2.000,00	R\$ 5,00	R\$ 10.000,00	R\$ -	0,00%	
5.15	ESCOV. MECANICA DE VALAS COM DESC. LATERAL 1,50 M < H < 3,00 M	M3	4.000,00		4.000,00	R\$ 6,38	R\$ 25.520,00	R\$ -	0,00%	
5.16	ESCOV. MECANICA DE VALAS COM DESC. LATERAL 3,00 M < H < 6,00 M	M3	4.000,00		4.000,00	R\$ 7,41	R\$ 29.640,00	R\$ -	0,00%	
5.17	ESCOV. MECANICA DE VALAS COM DESC. LATERAL H < 5,00 M	M3	3.000,00		3.000,00	R\$ 7,92	R\$ 23.760,00	R\$ -	0,00%	
5.23	REFORÇAMENTO DE VALA TIPO CONTINÚO EMPREGANDO PRANCHAS E LONGARINAS DE PERoba	M2	800,00		800,00	R\$ 103,43	R\$ 82.744,00	R\$ -	0,00%	
5.24	REFORÇAMENTO DE VALA TIPO DESCONTINÚO EMPREGANDO PRANCHAS E LONGARINAS DE PERoba	M2	1.500,00		1.500,00	R\$ 67,43	R\$ 69.645,00	R\$ -	0,00%	
5.26	REATERRO COMPACTADO DE VALA COM EQUIPAMENTO E PLACA VIBRATORIA	M3	2.500,00		2.500,00	R\$ 42,78	R\$ 106.950,00	R\$ -	0,00%	
5.27	REATERRO MANUA DE VALA	M3	1.000,00		1.000,00	R\$ 68,39	R\$ 68.390,00	R\$ -	0,00%	
5.28	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES EM TERRA COM MOTONVELADORA	M2	25.000,00		25.000,00	R\$ 0,06	R\$ 2.250,00	R\$ -	0,00%	
5.29	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE TERRENO COM ROLO VIBRATORIO	M2	20.000,00		20.000,00	R\$ 1,57	R\$ 31.400,00	R\$ -	0,00%	
5.30	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE TERRENO COM PLACA VIBRATORIA	M2	10.000,00		10.000,00	R\$ 3,46	R\$ 34.600,00	R\$ -	0,00%	
SUBTOTAL ITEM 5							R\$ 1.196.289,00	R\$ -	0,00%	
6	SERVIÇOS DE DRENAGEM									
6.1	CAIXA DE CAPTAÇÃO - DRENAGEM TIPO F (120 X 120 X 100 CM; Ø = 600 MM A 150MM, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA	U	20,00		20,00	R\$ 2.950,85	R\$ 59.017,00	R\$ -	0,00%	
6.2	BOCA DE LIXO SIMPLES (TIPO B) CONCRETO, QUADRO, CRIEVA E CANTONEIRA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA	U	25,00		25,00	R\$ 1.336,96	R\$ 33.399,00	R\$ -	0,00%	
6.4	CAIXA-ETA PARA DRENAGEM PADRÃO SUDECAP TIPO 2 - Ø= 300 MM - PREMOLADA DE CONCRETO	M	200,00		200,00	R\$ 91,84	R\$ 18.368,00	R\$ -	0,00%	
6.5	CAIXA-ETA PARA DRENAGEM PADRÃO SUDECAP TIPO 2 - Ø= 300 MM - PREMOLADA DE CONCRETO	M	200,00		200,00	R\$ 163,66	R\$ 32.732,00	R\$ -	0,00%	
6	CONCRETO PARA BORDO DE REDE TUBULAR TRAÇO 1:3:6 INCLUSIVE LANÇAMENTO	M3	700,00		700,00	R\$ 459,60	R\$ 321.720,00	R\$ -	0,00%	

Paulo Roberto
Eng.º Civil - CREA-MG 212414/O
SINARCO ENGENHARIA LTDA.

20/04/2021

Sônia Maria de Jesus Macalães
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

20/04/2021







6.8	FORMA PARA BERÇO EM ALGUA INCLUSIVE DESFORMA	M2	1500,00	1500,00	R\$	31,86	R\$	47.775,00		0,00%	
6.9	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBO PVC FLEXÍVEL CORRUGADO PERFORADO DN 100 MM (4") PARA DRENAGEM	M	900,00	900,00	R\$	21,36	R\$	19.224,00		0,00%	
6.10	FORNECIMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PAD D=400 MM	M	600,00	600,00	R\$	191,52	R\$	90.912,00		0,00%	
6.11	FORNECIMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PAD D=600 MM	M	600,00	600,00	R\$	193,42	R\$	116.052,00		0,00%	
6.12	FORNECIMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PAD D=800 MM	M	500,00	500,00	R\$	322,63	R\$	161.300,00		0,00%	
6.13	FORNECIMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PAD D=1000 MM	M	300,00	300,00	R\$	458,48	R\$	137.544,00		0,00%	
6.14	FORMA DE BLOCO DE CONCRETO COM REFORÇO DE AÇO PRE-MOLDADA MFC-01 PADRÃO DEER-MG DIMENSÕES 12X18X35CM EXCLUSIVELY SARJETA INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APOIAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL	M	2.000,00	2.000,00	R\$	56,34	R\$	112.680,00		0,00%	
6.15	FORMA DE BLOCO DE CONCRETO COM REFORÇO DE AÇO PRE-MOLDADA MFC-03 PADRÃO DEER-MG DIMENSÕES 12X18X45CM EXCLUSIVELY SARJETA INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APOIAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL	M	2.000,00	2.000,00	R\$	71,86	R\$	143.720,00		0,00%	
6.17	POÇO DE VISITA TIPO DEGRAL - PADRÃO SUDECAP D=600MM	U	50,00	50,00	R\$	2.922,72	R\$	146.136,00		0,00%	
6.18	SARJETA DE CONCRETO EM CORTE TIPO DEGRAL - LARGURA = 50 CM TIPO 4015, EXECUÇÃO INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, FORN-ECIMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAIS	M	2.000,00	2.000,00	R\$	45,25	R\$	90.500,00		0,00%	
6.19	SARJETA DE CONCRETO EM CORTE TIPO DEGRAL - LARGURA = 50 CM TIPO 4015, EXECUÇÃO INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, FORN-ECIMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAIS	M	2.000,00	2.000,00	R\$	48,67	R\$	97.340,00		0,00%	
6.21	TAMPAO DE PEDRO FINIÇÃO PARA POÇO DE VISITA	L	50,00	50,00	R\$	513,89	R\$	25.694,50		0,00%	
6.22	ALA DE REDE TUBULAR D=200MM	L	4,00	4,00	R\$	1.227,16	R\$	4.908,72		0,00%	
6.23	ALA DE REDE TUBULAR D=200MM	L	4,00	4,00	R\$	1.458,27	R\$	5.833,08		0,00%	
6.24	ALA DE REDE TUBULAR D=100MM	L	2,00	2,00	R\$	1.710,70	R\$	3.421,40		0,00%	
6.28	DESCIDA D'ÁGUA TIPO DEGRAL - PADRÃO SUDECAP D=600MM	M	75,00	75,00	R\$	799,58	R\$	59.968,50		0,00%	
6.29	DESCIDA D'ÁGUA TIPO DEGRAL - PADRÃO SUDECAP D=800MM	M	50,00	50,00	R\$	984,24	R\$	49.212,00		0,00%	
6.32	DISSIPADOR DE ENERGIA - DCS-01 - AREIA, BRITA E PEDRA DE MÃO COMERCIAIS	UN	10,00	10,00	R\$	407,82	R\$	4.078,20		0,00%	
SUBTOTAL ITEM 6							R\$	1.628.975,40		0,00%	
7	SERVIÇOS DE TRANSPORTES										
7.2	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO MECÂNICO	M3	4.000,00	4.000,00	R\$	1,80	R\$	7.200,00		0,00%	
7.3	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO 1 KM < DM <= 2 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3	4.000,00	4.000,00	R\$	14,53	R\$	58.120,00		0,00%	
7.6	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO 2 KM < DM <= 5 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3	20.000,00	20.000,00	R\$	4,26	R\$	85.200,00		0,00%	
7.8	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO DM > 5 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3	32.000,00	32.000,00	R\$	4,09	R\$	130.880,00		0,00%	
SUBTOTAL ITEM 7							R\$	281.400,00		0,00%	
8	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM PAVIMENTAÇÃO E FORNECIMENTO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS										
8.1	BASE ESTAB. GRANUL. COMP. ENERG. PROCTOR MODIF. COM BRITA BOM CORRIJA (AGREGADO DE PEDREIRA)	M3	950,00	950,00	R\$	185,65	R\$	175.367,50		0,00%	
8.6	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CHUG) CAMADA DE SOLAPAMENTO - FORN-EC E APLICACÃO EXCLUSIVELY TRANSPORTE	M3	950,00	300,00	1.250,00	R\$	1.754,97	R\$	1.967.221,50	31,58%	
8.11	PROFUNDIDADE DE 15 CM - EXCLUSIVELY TRANSPORTE	M2	30.000,00	30.000,00	R\$	8,57	R\$	256.600,00		0,00%	
8.12	PREPARAÇÃO, EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO MATERIAL BETUMINOSO EXCLUSIVELY TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO	M2	19.000,00	19.000,00	R\$	10,44	R\$	198.360,00		0,00%	
8.13	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUBLEITO	M2	3.000,00	3.000,00	R\$	2,67	R\$	21.330,00		0,00%	
8.14	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGACÃO COM EMULSÃO	M2	19.000,00	15.000,00	34.000,00	R\$	2,80	R\$	55.100,00	78,95%	
8.38	ASPHALT CAR-20 AC-11/2015	M3	600,00	600,00	R\$	1.873,88	R\$	1.124.328,00		0,00%	
8.42	TRANSPORTE DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE 25 TO A 30 KM DENSIDADE DO MATERIAL SOLIDO	M3	46.500,00	130.000,00	176.500,00	R\$	1,40	R\$	65.100,00	182.000,00	274,57%
8.43	TRANSPORTE DE MATERIAL DE LÁZIO PARA CONSERVAÇÃO DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE <= 10 KM	M3	100.000,00	100.000,00	R\$	1,93	R\$	193.000,00		0,00%	
8.46	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE 15 TO A 20 KM	TXM	19.000,00	183.000,00	199.000,00	R\$	0,87	R\$	16.530,00	156.500,00	947,37%
SUBTOTAL ITEM 8							R\$	3.772.967,00	R\$	998.591,00	24,38%
9	SERVIÇOS DE CONTENÇÕES										
9.3	MURO DE GABIÃO - ENCHIMENTO COM PEDRA DE MÃO TIPO RACHÃO DE GRAVIDADE, COM GAIOLAS DE COMPRIMENTO IGUAL A 2 M PARA MUROS COM ALTURA MAIOR QUE 4 M E MENOR OU IGUAL A 6 M FORNECIMENTO E EXECUÇÃO AT 12/2015	M3	2.000,00	1.550,00	3.550,00	R\$	853,80	R\$	1.701.200,00	13.8430,00	77,50%
9.4	GABIÃO TIPO COLCHÃO M. HA 6X3 - FIO 2VM GALV. REVEST. PVC COM CALCADAÇÃO CALÇARÃO EXECUÇÃO DE REVEST. DE CONCRETO PROJ. LADO COM ESPESSURA DE 7 CM ARMADO COM TELA INCLINADA MENOR QUE 90° APLICACÃO CONTÍNUA UTILIZANDO EQUIPAMENTO DE PROJEÇÃO COM 5 M3H DE CAPACIDADE AT 07/2015	M3	500,00	500,00	R\$	549,87	R\$	274.935,00		0,00%	
9.5	PROJ. LADO COM ESPESSURA DE 7 CM ARMADO COM TELA INCLINADA MENOR QUE 90° APLICACÃO CONTÍNUA UTILIZANDO EQUIPAMENTO DE PROJEÇÃO COM 5 M3H DE CAPACIDADE AT 07/2015	M2	2.000,00	2.000,00	R\$	149,42	R\$	298.840,00		0,00%	
9.8	PLANTIO DE GRAMA ESMEALDA EM PLACAS INCLUSIVE TERRA VEGETAL E CONSERVAÇÃO POR 30 DIAS	M2	500,00	500,00	R\$	22,70	R\$	11.350,00		0,00%	
9.12	CORTE, COBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50/60	KG	8.000,00	8.000,00	R\$	17,75	R\$	106.560,00		0,00%	
9.13	FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL USINADO COM FOR 25 MPa, INCLUSIVE LANCAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	100,00	100,00	R\$	607,55	R\$	60.755,00		0,00%	
SUBTOTAL ITEM 9							R\$	2.453.640,00	R\$	1.318.430,00	53,73%
11	SERVIÇOS DE EXPANSÃO E MANUTENÇÃO EM REDE DE ESGOTO										
11.29	COLOCAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO DE TAMPAO/TAMPAO E LARJO EM POÇO DE VISITA	LN	25,00	25,00	R\$	202,86	R\$	5.066,50		0,00%	
SUBTOTAL ITEM 11							R\$	5.066,50		0,00%	
14	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO										

Paulo Roberto de Jesus
Engenheiro Civil - CREA-MG 212414/D
SINARCO ENGENHARIA LTDA

data
20/04/2016

Simônia Maria de Jesus Marçal
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
Assinatura: [assinatura]
Data: 20/04/2016

14.1	OBRAS ACIMA DE R\$ 3.000.000,01	%	0,20%	0,06	0,00	R\$ 10.976.331,57	R\$ 21.152,66	R\$ 4.843,61	
SUBTOTAL ITEM 13						R\$	21.152,66	R\$ 2.421.954,10	-1449,83%
TOTAL GERAL						R\$	10.987.484,23	R\$ 2.426.798,01	22,90%
 Amanda Talante-Yoon-Schifon Assessoria		 Ruyunga A. Andreino Costa Diretoria de Desenvolvimento Urbano		 Simônia Maria de Jesus Magalhães Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura		 Paulo Henrique Vieira Uchoa Eng. Civil CREA-MG 212414/O CONSORCIO SINARCO			

CONSORCIO SINARCO
SINARCO ENGENHARIA LTDA

Simônia Maria de Jesus Magalhães
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Paulo Henrique Vieira Uchoa
Engº Civil - CREA-MG 212414/O
SINARCO ENGENHARIA LTDA





PREFEITURA DE CONGONHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

OBJETO: Execução de serviços de reparo e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana no Município de Congonhas, conforme planilha e lista contendo os serviços e os locais nos quais serão executados.

CONTRATADA: CONSÓRCIO SINAINFRA

CONTRATO Nº PMC/120/2022 de 22/07/2022

PRC Nº 117/2022

ADESAO Nº PMC/002/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC/6148/2022

BDI 29,47%

PLANILHA DE INSERÇÃO DE SERVIÇOS NOVOS

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT. A ADITAR	PREÇO		PREÇO TOTAL DO ADITIVO
						PREÇO DE CUSTO P. UNIT	PREÇO C/ BDI P. UNIT	
3.4	SUDECAP	02.11.07	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO ASFALTICO COM EQUIP. PNEUMATICO	M2	200,00	R\$ 13,42	R\$ 17,37	R\$ 3.474,97
3.31	SUDECAP	21.05.01	PASSEIOS DE CONCRETO 15 MPA E=6CM JUNTA SECA 3M MANUAL	M2	400,00	R\$ 37,63	R\$ 48,72	R\$ 19.487,82
6.33	SUDECAP	19.22.04	ALTEAMENTO DE TAMPAO DE PV EM ATE 20 CM	UND	40,00	R\$ 253,37	R\$ 328,04	R\$ 13.121,53
9.16	SUDECAP	05.01.01	ENROCAMENTO COM PEDRA DE MÃO JOGADA, INCLUSIVE FORNECIMENTO	T	50,00	R\$ 120,71	R\$ 156,28	R\$ 7.814,16
2.6	SINAPI	88326	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	6570,00	R\$ 20,76	R\$ 26,88	R\$ 176.588,28
TOTAL SERVIÇOS NOVOS								R\$ 220.486,76

Amanda Fabiane Lobo Santos
Assessora II

Rosângela Apolinário Costa
Diretora de Desenvolvimento Urbano

Simonia Maia de Jesus Magalhães
Secretário de Obras e Infraestrutura

Paulo Henrique Vieira Uchoa
Eng. Civil Crea-MG 212.414/D
CONSÓRCIO SINAINFRA

FONTE: PREÇOS RETIRADOS DA PLANILHA SUDECAP 06/2022 E SINAPI 07/2022

OBJETO: Execução de serviços de reparo e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana no Município de Congonhas, conforme planilha e lista contendo os serviços e os locais nos quais serão executados.

CONTRATADA: CONSÓRCIO SINAINFRA

CONTRATO Nº PMC/120/2022 de 22/07/2022

PRC Nº 117/2022

BDI


29,47%

ADESÃO Nº PMC/002/2022

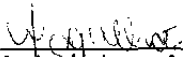
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC/6148/2022


PLANILHA DE RESUMO 1º ADITIVO

VALOR INICIAL DO CONTRATO	SERVIÇOS NOVOS	SERVIÇOS EXISTENTES	TOTAL DO ADITIVO
R\$ 10.597.484,23	R\$ 220.486,76	R\$ 2.426.798,01	R\$ 2.647.284,77
PERCENTUAL DO ADITIVO	2,08%	22,90%	24,98%


Amanda Fabiane Lobo Santos
Assessora II


Rosângela Apolinario Costa
Diretora de Desenvolvimento Urbano


Simonia Maria de Jesus Magalhães
Secretário de Obras e Infraestrutura


Paulo Henrique Vieira Uchoa
Eng. Civil Crea-MG 212.414/D
CONSÓRCIO SINAINFRA

02.10	SUDECAP	DEMOLIÇÃO DE PISO INCLUSIVE AFASTAMENTO		
02.10.01	SUDECAP	CIMENTADO OU CONTRAPISO DE ARGAMASSA	M2	2,18
02.10.03	SUDECAP	CERAMICO OU LADRILHO HIDRAULICO	M2	11,00
02.10.05	SUDECAP	DE PEDRA (MARMORE, GRANITO, ARDOSIA, SAO TOME, ETC.)	M2	20,41
02.10.07	SUDECAP	VINILICO	M2	5,51
02.10.08	SUDECAP	DE MARMORITE	M2	12,96
02.10.09	SUDECAP	DE TACO DE MADEIRA	M2	21,54
02.11	SUDECAP	DEMOLIÇÃO DE PASSEIO E PAVIMENTO		
02.11.01	SUDECAP	PASSEIO OU LAJE DE CONCRETO MANUALMENTE	M2	18,85
02.11.02	SUDECAP	PASSEIO OU LAJE DE CONCRETO C/ EQUIP. PNEUMATICO	M2	13,42
02.11.03	SUDECAP	CALÇADA PORTUGUESA	M2	4,41
02.11.04	SUDECAP	PASSEIO OU LAJE DE CONCRETO C/EQUIPAMENTO ELETRICO	M2	5,30
02.11.05	SUDECAP	MANUAL DE ALVENARIA POLIEDRICA	M2	5,51
02.11.07	SUDECAP	DE REVESTIMENTO ASFALTICO COM EQUIP. PNEUMATICO	M2	13,42
02.12	SUDECAP	CORTE MECANICO EM CONCRETO/ASFALTO		
02.12.01	SUDECAP	CORTE MECAN. C/ SERRA CIRCULAR EM CONCRETO/ASFALTO	M	1,88
02.13	SUDECAP	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO INCLUSIVE AFASTAMENTO		
02.13.01	SUDECAP	SIMPLES - MANUAL	M3	194,39
02.13.02	SUDECAP	ARMADO - MANUAL	M3	267,12
02.13.03	SUDECAP	SIMPLES - COM EQUIPAMENTO ELETRICO	M3	69,45
02.13.04	SUDECAP	ARMADO - COM EQUIPAMENTO ELETRICO	M3	109,41
02.14	SUDECAP	DEMOLIÇÃO MANUAL, DE ALVENARIA INCL. AFASTAMENTO		
02.14.01	SUDECAP	DE ALVENARIA DE TIJOLOS E BLOCOS	M3	88,28
02.15	SUDECAP	REMOÇÃO DE MEIO-FIO		
02.15.01	SUDECAP	PREMOLDADO DE CONCRETO	M	6,89
02.15.02	SUDECAP	DE PEDRA (GNAISSE, BASALTO, ETC.)	M	20,66
02.16	SUDECAP	DEMOLIÇÃO, REMOÇÃO E CARGA MECANICA		
02.16.01	SUDECAP	DE CONSTRUÇÕES DE ALVENARIA	M2	6,86
02.16.04	SUDECAP	DE GABIAO	M3	15,20
02.19	SUDECAP	DEMOLIÇÃO DE DIVISORIA INCLUSIVE AFASTAMENTO		
02.19.01	SUDECAP	DE PEDRA (MARMORE, ARDOSIA OU MARMORITE)	M2	33,20
02.19.03	SUDECAP	DE MADEIRA	M2	12,15
02.19.05	SUDECAP	DE ELEMENTOS VAZADOS (COBOGO, ETC.)	M2	6,18
02.19.06	SUDECAP	DE LAMINADO	M2	0,83
02.20	SUDECAP	REMOÇÃO DE QUADROS		
02.20.01	SUDECAP	NEGRO	M2	15,71
02.21	SUDECAP	REMOÇÃO DE PEÇAS DIVERSAS		
02.21.01	SUDECAP	LOUÇAS	UN	49,81
02.21.02	SUDECAP	FERRAGENS (DOBRADIÇAS, FECHADURAS, MAÇANETAS)	UN	10,09
02.21.03	SUDECAP	METAIS COMUNS (CONDUITE, SIFAO, REGISTRO, TORNEIRA)	UN	10,78
02.21.04	SUDECAP	METAIS ESPECIAIS (VALVULA DE DESCARGA, CAIXA SILEN)	UN	10,77
02.21.05	SUDECAP	REMOÇÃO DE LUMINARIA FLUORESCENTE	UN	2,63
02.21.06	SUDECAP	REMOÇÃO DE LUMINARIA INCANDESCENTE	UN	0,69
02.21.20	SUDECAP	REMOÇÃO DE PADRAO CEMIG	UN	66,40
02.21.21	SUDECAP	REMOÇÃO DE PADRAO COPASA	UN	49,81
02.21.22	SUDECAP	REMOÇÃO DE INTERFONE	UN	5,66
02.22	SUDECAP	REMOÇÃO DE BANCADA		
02.22.01	SUDECAP	DE PEDRA (MARMORE, GRANITO, ARDOSIA, MARMORITE, ETC.)	M2	33,20
02.23	SUDECAP	REMOÇÃO DE CERCA E ALAMBRADO		
02.23.01	SUDECAP	CERCA DE ARAME	M	8,41
02.23.03	SUDECAP	ALAMBRADO	M2	11,75
02.26	SUDECAP	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CARRINHO DE MAO		
02.26.01	SUDECAP	DMT <= 50,0 M	M3	20,66
02.26.02	SUDECAP	50,0 M < DMT <= 100,0 M	M3	27,54
02.27	SUDECAP	CARGA DE MATERIAL DEMOLIDO SOBRE CAMINHAO		
02.27.01	SUDECAP	MANUAL	M3	16,96
02.27.02	SUDECAP	MECANICA	M3	2,59



20 19 10	SUDECAP	PISO INTERTRAVADO E= 6,0CM 35MPA C/ COLCHAO AREIA	M2	65,52
20 19 11	SUDECAP	PISO INTERTRAVADO 10X20CM E= 6 0CM 35MPA C/ COLCHAO AREIA	M2	95,52
20 19 14	SUDECAP	PISO INTERTRAVADO E= 8,0CM 35MPA C/ COLCHAO AREIA	M2	89,72
20 20	SUDECAP	FRESAGEM		
20 20 01	SUDECAP	FRESAGEM ATÉ 5 0 CM	M2	12,23
20 20 02	SUDECAP	FRESAGEM DE 5 A 10 CM	M2	15,68
21		MANEJO DE VEGETAÇÃO		
21 03	SUDECAP	MEIO FIO E CORDAO - PADRAO SUDECAP		
21 03 03	SUDECAP	MEIO FIO EM CONCRETO PRE-MOLDADO FCK>=20MPA, PADRÃO SUDECAP TIPO A, 30 X 14 2/12 (H X L1/L2), COMPRIMENTO 80 CM	M	32,07
21 03 04	SUDECAP	MEIO FIO EM CONCRETO PRE-MOLDADO FCK>=20MPA, PADRÃO SUDECAP TIPO B, 40 X 15/12 (H X L1/L2) COMPRIMENTO 80CM	M	38,35
21 03 15	SUDECAP	CORDAO DE TUIJOS MACIÇOS - CUTELO - CHAPISCADOS	M	29,88
21 03 16	SUDECAP	CORDAO DE CONC. PREMOLDADO BOLEADO 10X10 COM BASE	M	35,14
21 04	SUDECAP	REMOÇÃO E REASSENTAMENTO DE MEIO-FIO		
21 04 01	SUDECAP	PREMOLDADO DE CONCRETO	M	27,15
21 04 02	SUDECAP	DE PEDRA	M	40,47
21 05	SUDECAP	PASSEIOS		
21 05 01	SUDECAP	DE CONCRETO 15 MPA E=6CM, JUNTA SECA 3M MANUAL	M2	37,63
21 05 03	SUDECAP	CONCRETO >=20MPA USINADO E=8CM MECANIZ (INCL TELA)	M2	54,69
21 06	SUDECAP	FORNEC. E LANÇAM. DE MATERIAL EM DRENO E PATIO		
21 06 01	SUDECAP	BRITA	M3	148,65
21 06 02	SUDECAP	AREIA	M3	125,06
21 06 03	SUDECAP	CASCALHO	M3	125,06
21 07	SUDECAP	LANÇAMENTO E ESPALHAMENTO DE MATERIAIS EM PASSEIO		
21 07 01	SUDECAP	SOLO EM AREA DE PASSEIO	M3	13,77
21 08	SUDECAP	MURO DE VEDAÇÃO DE CONCRETO PREMOLD. TIPO CALHA"V"		
21 08 08	SUDECAP	ALTURA LIVRE= 2,5M, SAPATA CONCRETO 1 3 6, 30X50CM	M	378,90
21 09	SUDECAP	QUADRA		
21 09 02	SUDECAP	CONCRETO >=20MPA USINADO E=8CM MECANIZ (INCL TELA)	M2	54,69
21 09 03	SUDECAP	BASE EM COLCHAO DE BRITA ESP 5CM P/ PISO DE QUADRA	M2	7,44
21 11	SUDECAP	MURO DIVISA ALV INCL SAPATA 1.3 6 30X40CM E CHAPEU		
21 11 03	SUDECAP	BLOCO DE CONCRETO APARENTE ESP= 15 CM, H= 1,80 M	M	213,65
21 11 08	SUDECAP	BLOCO DE CONCRETO APARENTE ESP= 15 CM, H= 2,50 M	M	269,65
21 11 13	SUDECAP	TUJOLO FURADO ESP=10CM, REBOCADO E PINTADO H=1,80M	M	432,00
21 11 18	SUDECAP	TUJOLO FURADO ESP=10CM, REBOCADO E PINTADO H=2,50M	M	509,13
21 12	SUDECAP	CHAPEU DE MURO		
21 12 01	SUDECAP	CHAPEU DE MURO PADRAO SUDECAP	M	18,79
21 15	SUDECAP	CERCA DE MOURAO A CADA 2,5 M		
21 15 02	SUDECAP	TIPO 2-MOURAO DE CONCRETO E 8 FIOS DE ARAME	M	38,45
21 15 04	SUDECAP	TIPO 4-MOURAO CONCRETO PV E 8 FIOS DE ARAME FARPADO	M	114,34
21 15 05	SUDECAP	TIPO 5-MOURAO PV E TELA GALV #2" FIO 12,4 FIOS ARAME	M	188,16
21 15 07	SUDECAP	C/6 FIOS DE ARAME LISO 2 DE ARAME FARP. MOURAO PV	M	113,34
21 20	SUDECAP	ALAMBRADO		
21 20 01	SUDECAP	EM TUBO GALVANIZ. DIN-2440 D=2", TELA #2" E FIO 12	M2	168,81
21 25	SUDECAP	ESTRUTURA SUPORTE PARA FIXAÇÃO DE ARAME FARPADO		
21 25 01	SUDECAP	CANTONEIRA FERRO 1 1/2x3/16" COMP=1 1M C/CHUMBADOR	UN	70,17
21 25 02	SUDECAP	ARAME FARPADO ESTICADO E AMARRADO A CANTONEIRA	M	2,71
21 30	SUDECAP	GRAMACAO, INCLUSIVE PLANTIO		
21 30 06	SUDECAP	GRAMA SAO CARLOS - AXONOPUS COMPRESSUS	M2	16,11
21 30 07	SUDECAP	GRAMA ESMERALDA - WILD ZOYSIA	M2	14,61
21 30 08	SUDECAP	GRAMA AMENDOIM - ARACHIS REPENS	M2	24,11
21 31	SUDECAP	PREPARO DE COVAS, EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DA MUDA		
21 31 01	SUDECAP	DE ARVORES HMIN= 1,80M COVA 60X60X60 CM	UN	16,76
21 31 02	SUDECAP	DE ARVORES HMIN=> 2,50M COVA 60X120X60 CM	UN	33,52
21 31 07	SUDECAP	DE ARBUSTOS ORNAMENTAIS EM GERAL	UN	7,24
21 31 08	SUDECAP	DE FORRAÇÃO	M2	20,79
21 32	SUDECAP	FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAISAGISMO:		
21 32 01	SUDECAP	TERRA VEGETAL	M3	60,00
21 32 02	SUDECAP	ADUBO ORGANICO	M3	116,00
21 32 03	SUDECAP	ADUBO MINERAL 10-10-10	KG	7,43
21 32 04	SUDECAP	ADUBO MINERAL 4-14-8	KG	8,35
21 32 05	SUDECAP	CALCAREO DOLOMITICO (ACIMA DE 1T)	KG	0,11



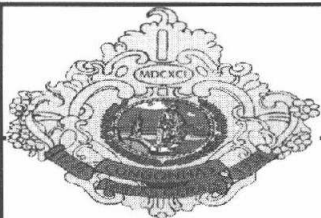
19 19 09	SUDECAP	D= 1200 MM
19 19 10	SUDECAP	D= 1300 MM
19 19 11	SUDECAP	D= 1500 MM
19 20	SUDECAP	POÇO DE VISITA TIPO C - PADRAO SUDECAP
19 20 02	SUDECAP	D= 500 MM
19 20 03	SUDECAP	D= 600 MM
19 20 04	SUDECAP	D= 700 MM
19 20 05	SUDECAP	D= 800 MM
19 20 06	SUDECAP	D= 900 MM
19 20 07	SUDECAP	D= 1000 MM
19 20 08	SUDECAP	D= 1100 MM
19 20 09	SUDECAP	D= 1200 MM
19 20 10	SUDECAP	D= 1300 MM
19 20 11	SUDECAP	D= 1500 MM
19 21	SUDECAP	CHAMINE DE POÇO DE VISITA - PADRAO SUDECAP
19 21 01	SUDECAP	TIPO A-ALVEN E=20CM REVESTIDA C/DEGRAUS AÇO CA25
19 21 02	SUDECAP	TIPO B ANEL CONCRETO CA-1 C/ DEGRAUS EM AÇO CA 25
19 22	SUDECAP	TAMPAO DE POÇO DE VISITA
19 22 02	SUDECAP	FERRO FUNDIDO MODULAR
19 22 03	SUDECAP	REBAIXAMENTO DE TAMPAO DE PV EM ATÉ 20 CM
19 22 04	SUDECAP	ALTEAMENTO DE TAMPAO DE PV EM ATÉ 20 CM
19 23	SUDECAP	DESCIDA D'ÁGUA TIPO DEGRAU - PADRAO SUDECAP
19 23 02	SUDECAP	D= 500 MM
19 23 03	SUDECAP	D= 600 MM
19 23 04	SUDECAP	D= 700 MM
19 23 05	SUDECAP	D= 800 MM
19 23 06	SUDECAP	D= 900 MM
19 23 07	SUDECAP	D= 1000 MM
19 23 08	SUDECAP	D= 1100 MM
19 23 09	SUDECAP	D= 1200 MM
19 23 10	SUDECAP	D= 1300 MM
19 23 11	SUDECAP	D= 1500 MM
19 24	SUDECAP	DESCIDA D'ÁGUA TIPO CALHA - PADRAO SUDECAP
19 24 02	SUDECAP	D= 500 MM
19 24 03	SUDECAP	D= 600 MM
19 24 04	SUDECAP	D= 700 MM
19 24 05	SUDECAP	D= 800 MM
19 24 06	SUDECAP	D= 900 MM
19 24 07	SUDECAP	D= 1000 MM
19 24 08	SUDECAP	D= 1100 MM
19 24 09	SUDECAP	D= 1200 MM
19 24 10	SUDECAP	D= 1300 MM
19 24 11	SUDECAP	D= 1500 MM
19 25	SUDECAP	DRENO - PADRAO SUDECAP
19 25 01	SUDECAP	DRENO PADRAO SUDECAP TIPO A - AREIA GROSSA BRITA 2 E TUBO PERFURADO EM PVC DN 200MM, L=50CM
19 25 02	SUDECAP	DRENO - PADRAO SUDECAP TIPO B - MANTA DRENANTE BRITA 3, TUBO PERFURADO EM PVC DN 160MM, L=50CM
19 25 03	SUDECAP	DRENO DE TALVEGUE TIPO A (BRITA E MANTA DRENANTE)
19 27	SUDECAP	BARRAGEM - PADRAO SUDECAP
19 27 01	SUDECAP	TIPO A - SACO DE RAPIA
19 27 02	SUDECAP	TIPO B - SACO RAPIA 50KG (SOLO/CIMENTO-50KG/M3)
19 28	SUDECAP	CALHA DE BICA - PADRAO SUDECAP
19 28 01	SUDECAP	TIPO A L= 55 CM, H= 40 CM
19 28 02	SUDECAP	TIPO B L= 115 CM, H= 92,5 CM
19 29	SUDECAP	TORRE DE BICA - PADRAO SUDECAP
19 29 01	SUDECAP	TIPO A
19 29 02	SUDECAP	TIPO B
19 30	SUDECAP	SARJETA - PADRAO SUDECAP
19 30 04	SUDECAP	TIPO A - (50X10)CM DES-R01
19 30 05	SUDECAP	TIPO B - (50X10)CM DES-R01
19 30 06	SUDECAP	TIPO C - (50X10)CM DES-R01
19 31	SUDECAP	CANALETA - PADRAO SUDECAP
19 31 01	SUDECAP	TIPO 2 - D= 200 MM - PREMOLDADA DE CONCRETO E GRELHA
19 31 02	SUDECAP	TIPO 2 - D= 300 MM - PREMOLDADA DE CONCRETO
19 31 03	SUDECAP	TIPO 2 - D= 400 MM - PREMOLDADA DE CONCRETO
19 31 04	SUDECAP	TIPO 2 - D= 500 MM - PREMOLDADA DE CONCRETO
19 31 05	SUDECAP	TIPO 2 - D= 600 MM, PREMOLDADA DE CONCRETO
19 31 07	SUDECAP	TIPO 3-30X20CM CONCRETO 20MPA C/ GRELHA AÇO CA-25
19 31 08	SUDECAP	TIPO 3-30X20CM CONCRETO 20MPA C/ TAMPA DE CONCRETO
19 31 09	SUDECAP	30X20CM CONCRETO 20MPA C/ TAMPA CONCRETO PERFURADA
19 31 10	SUDECAP	TIPO 5 - 30X20 CM CONCRETO 20MPA A C/CEU ABERTO
19 31 15	SUDECAP	TIPO 1 60X40X60CM TRAPEZOIDAL DE CONCRETO 20,0MPA
19 32	SUDECAP	ESCORAMENTO DESCONTINUO DE VALAS - PADRAO SUDECAP
19 32 01	SUDECAP	TIPO A - MADEIRA ROLICA D= 8 A 10 CM
19 32 02	SUDECAP	TIPO B - MADEIRA ROLICA D= 11 A 15 CM

UN	3 781,70
UN	4 075,81
UN	4 677,24
UN	2 702,27
UN	2 806,66
UN	2 901,42
UN	3 092,28
UN	3 310,48
UN	3 633,07
UN	3 930,00
UN	4 209,50
UN	4 515,55
UN	5 156,28
M	901,37
M	428,63
UN	847,88
UN	101,87
UN	253,37
M	581,32
M	658,99
M	732,45
M	812,16
M	887,72
M	969,49
M	1 199,31
M	1 288,45
M	1 379,04
M	2 023,46
M	385,07
M	457,90
M	526,41
M	601,71
M	672,30
M	744,52
M	951,59
M	1 042,57
M	1 128,81
M	1 738,24
M	80,37
M	73,02
M	102,33
M3	174,68
M3	255,96
M	87,66
M	207,49
M	82,40
M	97,36
M	24,43
M	24,43
M	25,05
M	207,61
M	64,60
M	85,72
M	118,64
M	129,90
M	357,07
M	167,44
M	174,06
M	117,55
M	169,57
M2	12,05
M2	26,49



04.12.21	SUDECAP	FCK>=20 MPA - BOMBEAVEL - SLUMP 13+-1 CONSUMO MINIMO 300KG, APLICADO EM ESTACA STRAUSS ARMADA - FORNECIMENTO	M3	415,07
04.12.32	SUDECAP	FCK>=25 MPA - BOMBEAVEL - SLUMP 13+-3 CONSUMO MINIMO 280KG, APLICADO EM ESTACA ESCAVA SEM FLUIDO - FORNECIMENTO	M3	404,46
04.12.35	SUDECAP	FCK>=40 MPA - BOMBEAVEL - SLUMP 13+-3 CONSUMO MINIMO 360KG, APLICADO EM ESTACA ESCAVA SEM FLUIDO - FORNECIMENTO	M3	432,55
04.12.43	SUDECAP	FCK>=25 MPA - BOMBEAVEL - SLUMP 13+-3 CONSUMO MINIMO 280KG, APLICADO EM TUBULÕES NÃO ENCAMISADOS - FORNECIMENTO	M3	427,14
04.12.45	SUDECAP	FCK>=40 MPA - BOMBEAVEL - SLUMP 13+-3 CONSUMO MINIMO 360KG, APLICADO EM TUBULÕES NÃO ENCAMISADOS - FORNECIMENTO	M3	456,80
04.12.53	SUDECAP	FCK>=30 MPA - BOMBEAVEL - SLUMP 24+-2 CONSUMO MINIMO 400KG, APLICADO EM ESTACA HELICE CONTINUA - FORNECIMENTO	M3	484,31
04.12.55	SUDECAP	FCK>=40 MPA - BOMBEAVEL - SLUMP 24+-2 CONSUMO MINIMO 400KG, APLICADO EM ESTACA HELICE CONTINUA - FORNECIMENTO	M3	497,23
04.12.63	SUDECAP	FCK>=30 MPA - BOMBEAVEL - SLUMP 24+-2 CONSUMO MINIMO 400KG, APLICADO EM ESTACA ESCAVADA COM FLUIDO - FORNECIMENTO	M3	417,38
04.12.65	SUDECAP	FCK>=40 MPA - BOMBEAVEL - SLUMP 24+-2 CONSUMO MINIMO 400KG, APLICADO EM ESTACA ESCAVADA COM FLUIDO - FORNECIMENTO	M3	428,51
04.12.81	SUDECAP	SERVIÇO DE BOMBAMENTO DE CONCRETO EM FUNDAÇÕES PROFUNDAS	M3	40,00
04.13	SUDECAP	FORMA, ESCORAMENTO, DESFORMA E LIMPEZA EM FUNDAÇÃO		
04.13.04	SUDECAP	DE TABUA DE MADEIRA DE LEI	M2	58,11
04.13.14	SUDECAP	DE COMPENSADO RESINADO ESPESURA MINIMA >= 12MM	M2	71,61
04.15	SUDECAP	ARMAÇÃO INCL. CORTE, DOBRA E COLOCAÇÃO EM FUNDAÇÃO		
04.15.04	SUDECAP	AÇO CA-60 D = 4,2 MM	KG	18,80
04.15.05	SUDECAP	AÇO CA-60 D = 5 MM	KG	15,88
04.15.06	SUDECAP	AÇO CA-60 D = 6,4 MM	KG	18,69
04.15.21	SUDECAP	AÇO CA-50 D = 6,3 MM	KG	15,30
04.15.22	SUDECAP	AÇO CA-50 D = 8 MM	KG	14,10
04.15.23	SUDECAP	AÇO CA-50 D = 10 MM	KG	12,31
04.15.24	SUDECAP	AÇO CA-50 D = 12,5 MM	KG	11,44
04.15.25	SUDECAP	AÇO CA-50 D = 16 MM	KG	10,84
04.15.26	SUDECAP	AÇO CA-50 D = 20 MM	KG	10,71
04.15.27	SUDECAP	AÇO CA-50 D = 25 MM	KG	10,51
04.15.28	SUDECAP	AÇO CA-50 D = 32 MM	KG	11,39
04.19	SUDECAP	CONCRETO CICLOPICO LANÇADO EM FUNDAÇÃO E ARRIMO		
04.19.13	SUDECAP	1:3:6 COM 30% DE PEDRA DE MÃO	M3	378,38
04.21	SUDECAP	CONCRETO CONVENCIONAL B1,82 LANÇADO EM FUNDAÇÃO		
04.21.01	SUDECAP	CONCRETO 1:4:8 BRITA CALCARIA, PREPARADO EM OBRA E LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	417,48
04.21.03	SUDECAP	CONCRETO 1:3:6, BRITA CALCARIA, PREPARADO EM OBRA E LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	426,21
04.21.15	SUDECAP	FCK >= 15 MPA, BRITA CALCARIA, PREPARADO EM OBRA E LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	509,44
04.21.20	SUDECAP	FCK >= 20 MPA, BRITA CALCARIA, PREPARADO EM OBRA E LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	509,44
04.21.25	SUDECAP	FCK >= 25 MPA, BRITA CALCARIA, PREPARADO EM OBRA E LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	542,91
04.21.30	SUDECAP	FCK >= 30 MPA, BRITA CALCARIA, PREPARADO EM OBRA E LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	560,23
04.21.40	SUDECAP	FCK >= 40 MPA, BRITA CALCARIA, PREPARADO EM OBRA E LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	606,70
04.23	SUDECAP	CONCRETO USINADO B1,82 LANÇADO EM FUNDAÇÃO		
04.23.15	SUDECAP	FCK >= 15 MPA, BRITA CALCARIA, USINADO CONVENCIONAL, LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	403,89
04.23.20	SUDECAP	FCK >= 20 MPA, BRITA CALCARIA, USINADO CONVENCIONAL, LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	415,39
04.23.25	SUDECAP	FCK >= 25 MPA, BRITA CALCARIA, USINADO CONVENCIONAL, LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	426,89
04.23.30	SUDECAP	FCK >= 30 MPA, BRITA CALCARIA, USINADO CONVENCIONAL, LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	444,14
04.23.40	SUDECAP	FCK >= 40 MPA, BRITA CALCARIA, USINADO CONVENCIONAL, LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	455,64
04.27	SUDECAP	CONCRETO USINADO BOMBEADO LANÇADO EM FUNDAÇÃO		
04.27.20	SUDECAP	FCK >= 20 MPA, BRITA CALCARIA, USINADO BOMBEAVEL, LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	472,68
04.27.25	SUDECAP	FCK >= 25 MPA, BRITA CALCARIA, USINADO BOMBEAVEL, LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	484,18
04.27.30	SUDECAP	FCK >= 30 MPA, BRITA CALCARIA, USINADO BOMBEAVEL, LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	501,43
04.27.40	SUDECAP	FCK >= 40 MPA, BRITA CALCARIA, USINADO BOMBEAVEL, LANÇADO EM FUNDAÇÃO	M3	512,93
04.30	SUDECAP	BALDRAME DE ALVENARIA DE BLOCO DE CONCRETO(SAPATA)		
04.30.11	SUDECAP	E= 20 CM PREENCHIDO COM CONCRETO 1:4:8 (5MPA)	M3	604,06
04.30.13	SUDECAP	E= 20 CM PREENCHIDO COM CONCRETO 1:3:6 (10MPA)	M3	609,87
05		GALERIA CELULAR E/OU CONTENÇÕES		
05.01	SUDECAP	ENROCAMENTO COM PEDRA DE MÃO		
05.01.01	SUDECAP	JOGADA	T	120,71
05.01.02	SUDECAP	ARRUMADA	M3	250,87
05.03	SUDECAP	CONCRETO DE REGULARIZAÇÃO		
05.03.01	SUDECAP	TRAÇO 1:3:6 FORNEC. E LANÇAMENTO SOBRE ENROCAMENTO	M3	505,23
05.04	SUDECAP	FORMA INCLUSIVE DESFORMA E LIMPEZA		
05.04.01	SUDECAP	FORMA DE COMPENSADO RESINADO	M2	72,84
05.05	SUDECAP	ARMAÇÃO INCLUSIVE CORTE, DOBRA E COLOCAÇÃO		
05.05.31	SUDECAP	AÇO CA-50 OU CA-60	KG	13,16
05.06	SUDECAP	JUNTA ELASTICA		
05.06.01	SUDECAP	JUNTA ELASTICA 0,22 FUNGEBAND OU EQUIVALENTE	M	69,90





PREFEITURA DE MUNICIPAL DE CONGONHAS

SEMOBI

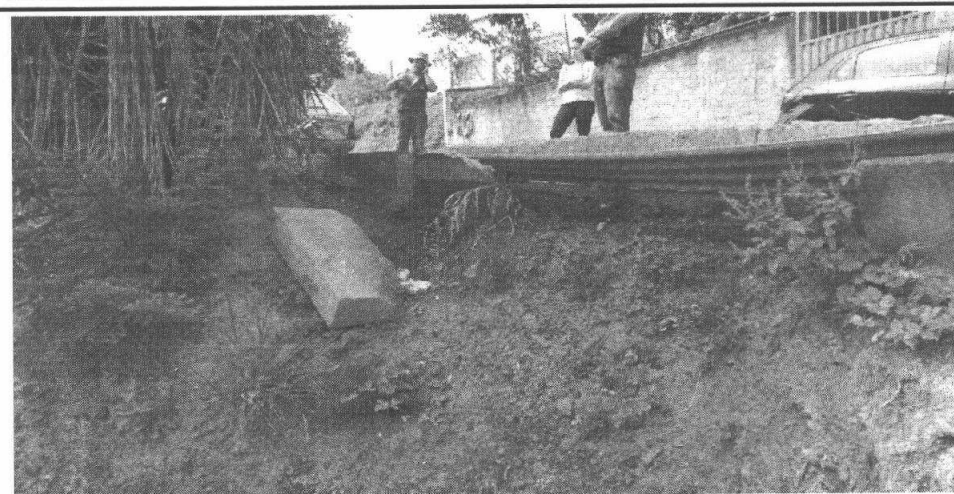
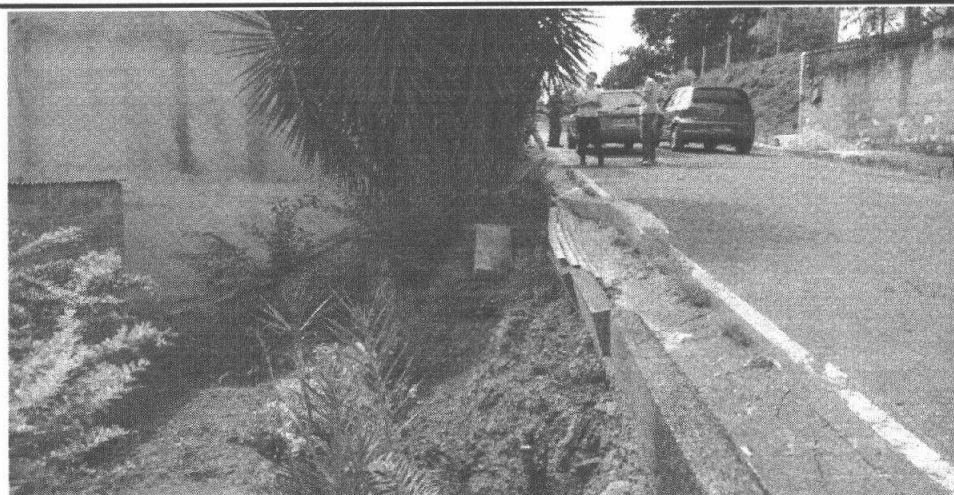


RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

FOTOGRAFIAS

SERVIÇOS DE CONTENÇÃO EM MURO DE GABIÃO

RUA EFIGÊNIA ISIDORO DE DEUS - BAIRRO ELDORADO



RUA MARIA ANTÔNIA FERREIRA - BAIRRO ROSA EULALIA

20144361

Rosângela Aparecida
Diretora de Área
Desenvolvimento Urbano



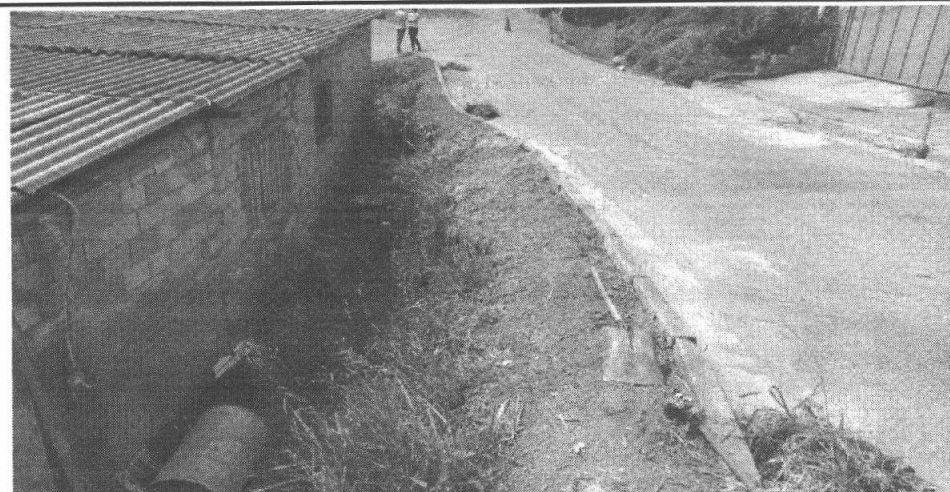
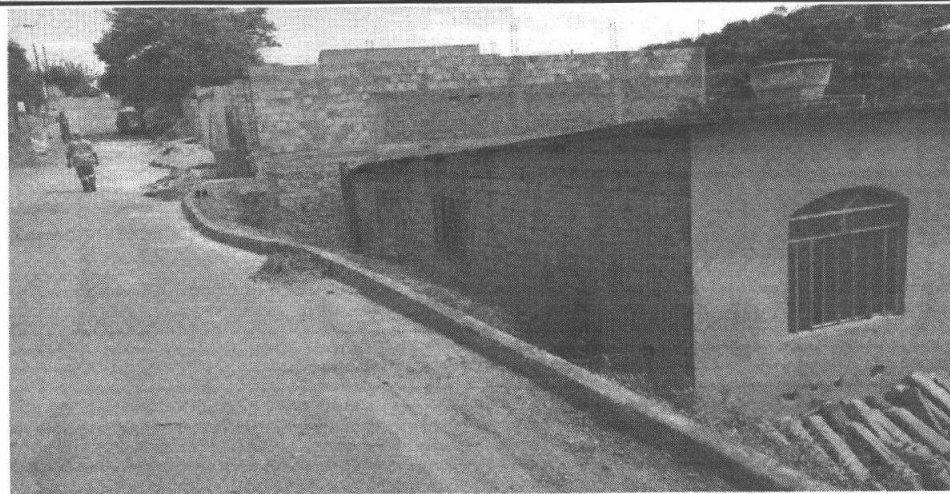
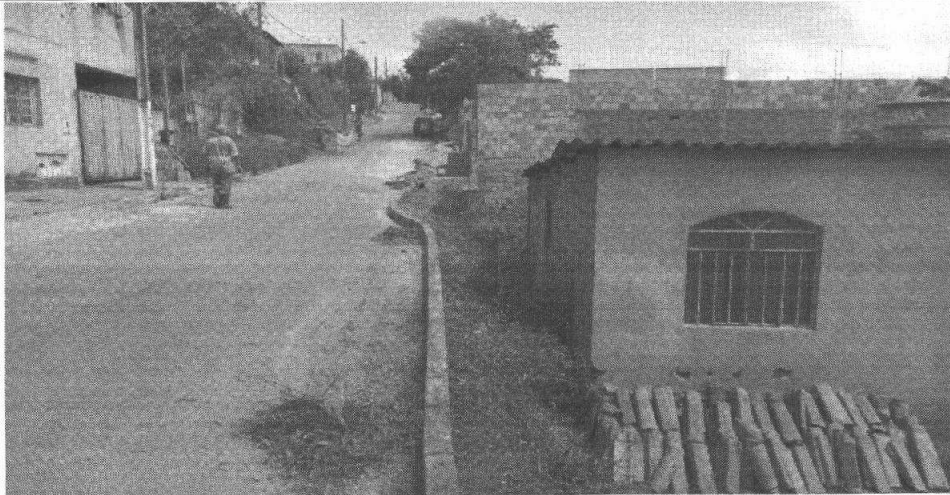
PREFEITURA DE MUNICIPAL DE CONGONHAS

SEMOBI



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

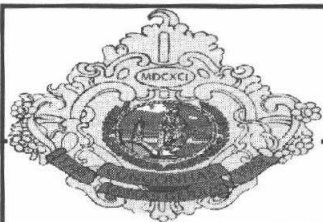
FOTOGRAFIAS



RUASÃO JUDAS TADEU - BAIRRO GRAND PARCK

WAP
20144361

Rosângela Apolinário Costa
Rosângela Apolinário Costa
Diretora de Área
Desenvolvimento Urbano



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

SEMOBI

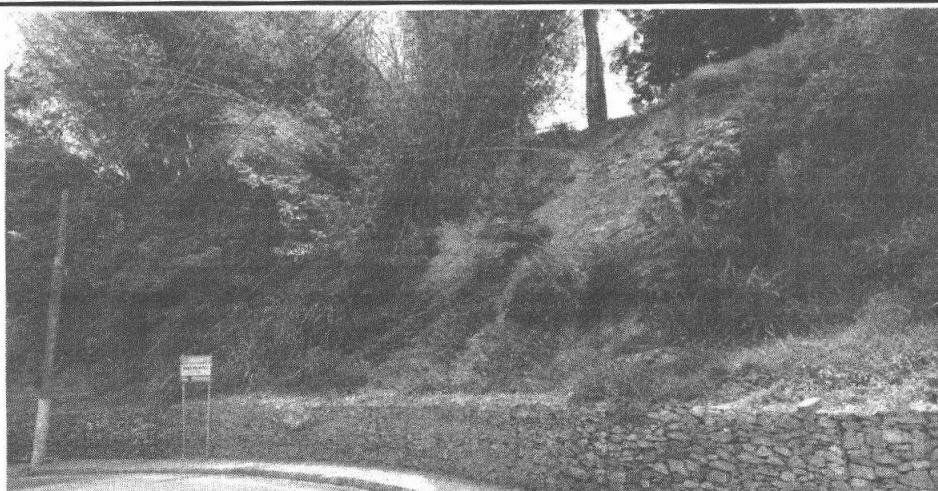


RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

FOTOGRAFIAS

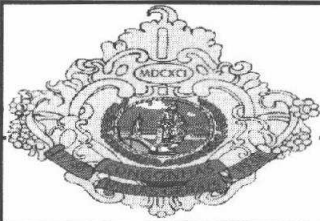


RUA DO OURO - BAIRRO PRAIA



19/04/2006
delp

Desenvolvimento Urbano
Diretora de Área
Rosaide Siqueira
19/04/2006



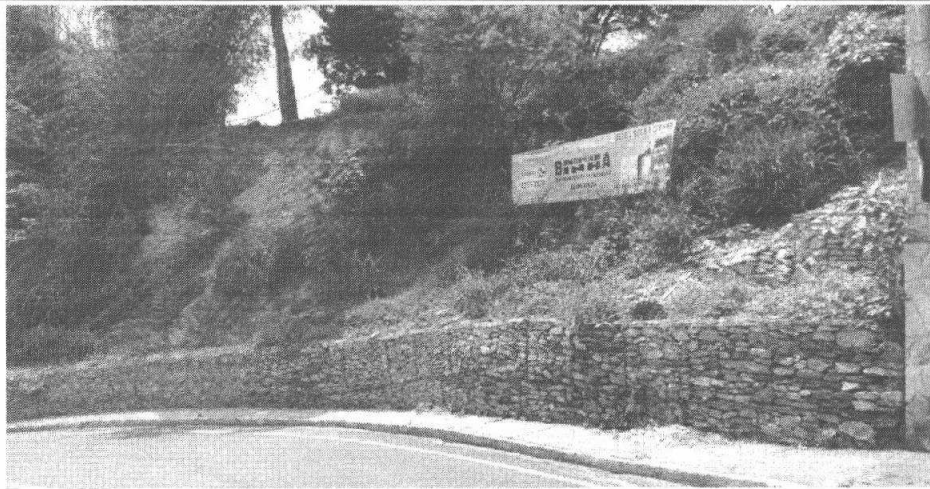
PREFEITURA DE MUNICIPAL DE CONGONHAS

SEMOBI



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

FOTOGRAFIAS

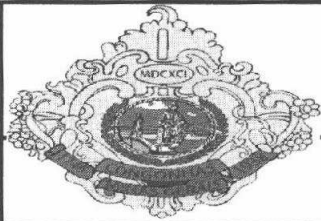


AV. MILÃO - BAIRRO VILA ANDREZA



20144361

Rosângela Apolinário Costa
Diretora de Área
Desenvolvimento Urbano



PREFEITURA DE MUNICIPAL DE CONGONHAS

SEMOBI



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

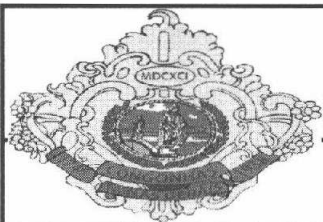
FOTOGRAFIAS



RUA MÁRIO MOREIRA - BAIRRO PROFETA

20144361

Rosângela Apolinário Costa
Diretora de Área
Desenvolvimento Urbano



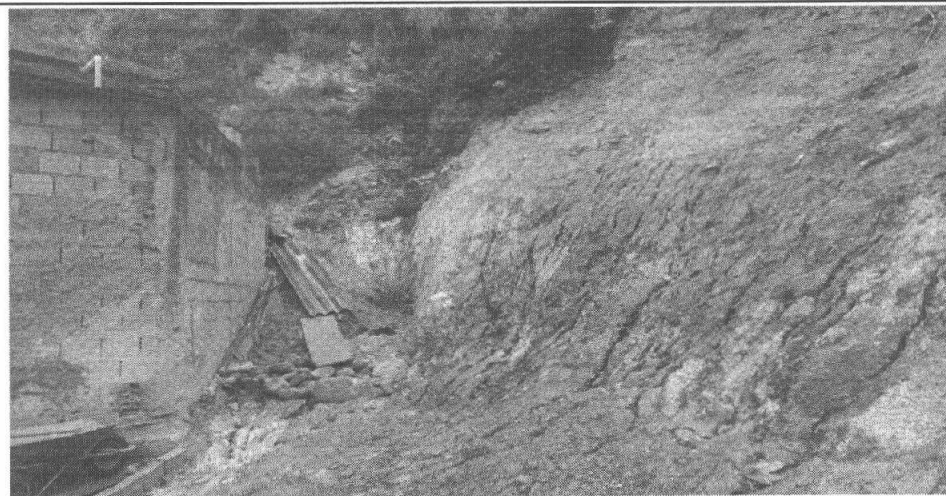
PREFEITURA DE MUNICIPAL DE CONGONHAS

SEMOBI



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

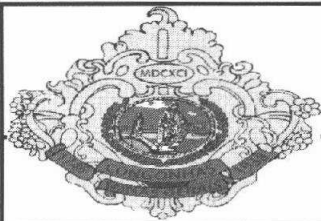
FOTOGRAFIAS



RUA OURO BRANCO - BAIRRO PROFETA

Wlebp
20144361

Rosângela Apolinário Costa
Diretora de Área
Desenvolvimento urbano



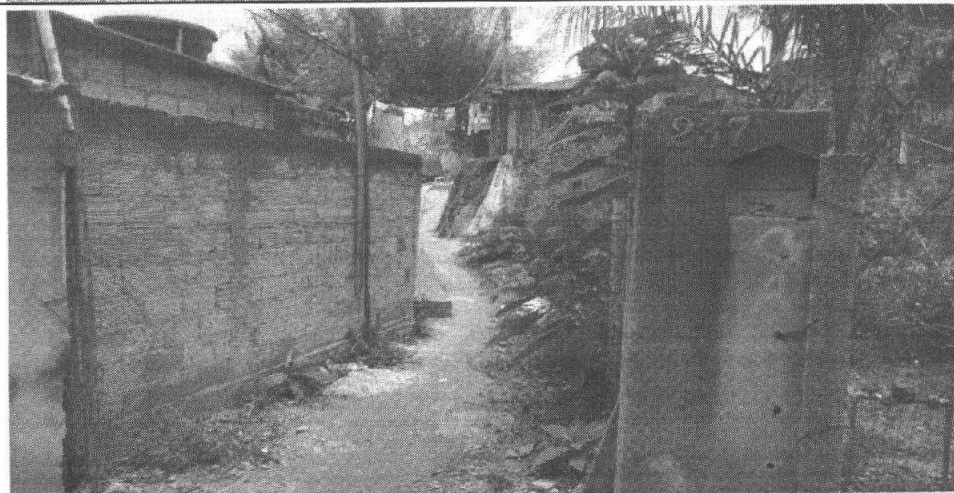
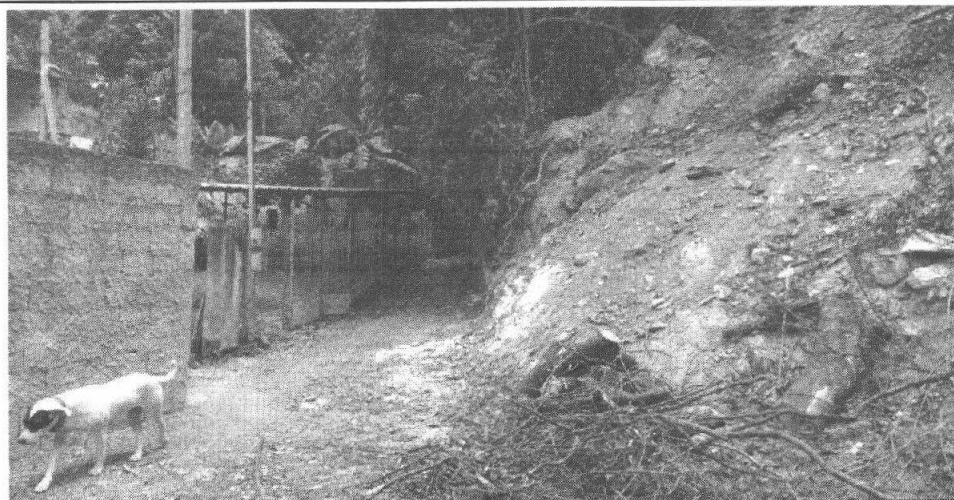
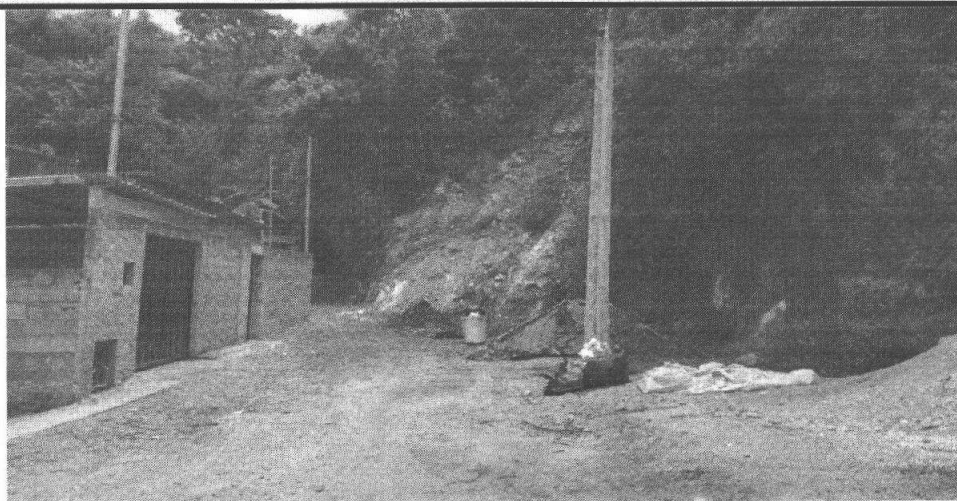
PREFEITURA DE MUNICIPAL DE CONGONHAS

SEMOBI



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

FOTOGRAFIAS



ESTRADA MONJOLOS

20144361

Rosângela Apolinário Costa
Diretora de Área
Desenvolvimento Urbano



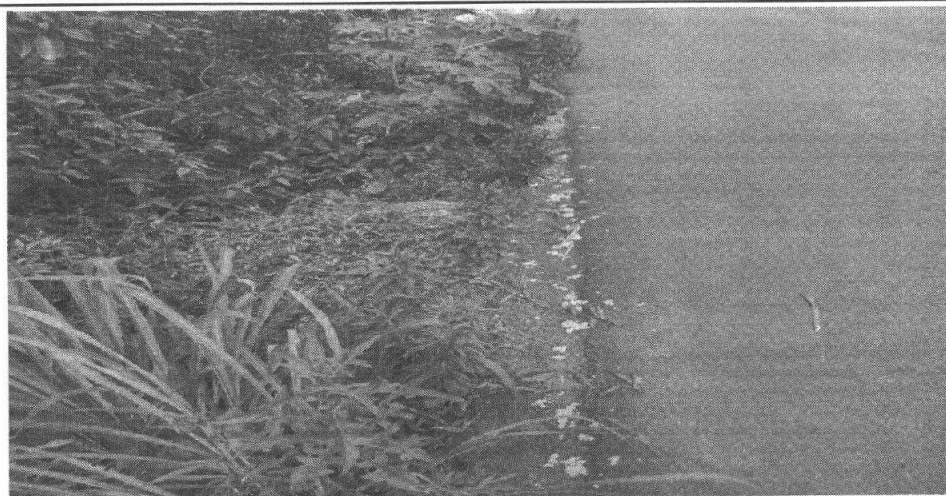
PREFEITURA DE MUNICIPAL DE CONGONHAS

SEMOBI

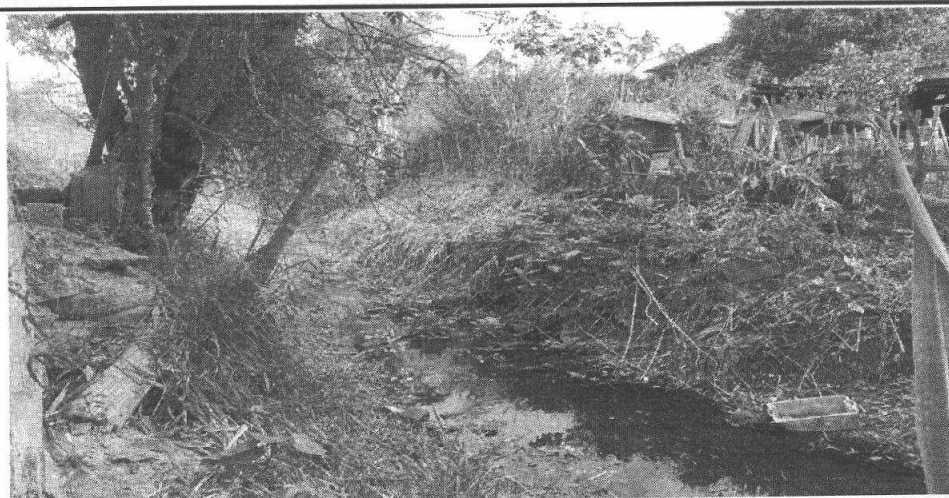


RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

FOTOGRAFIAS

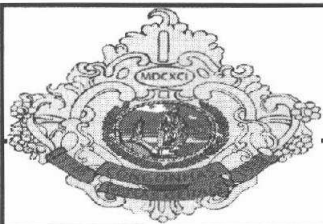


AV. MICHAEL PEREIRA DE SOUZA - BAIRRO CAMPINHO



20144361

Rosângela Apolinário Costa
Diretora de Área
Planejamento Urbano



PREFEITURA DE MUNICIPAL DE CONGONHAS

SEMOBI



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

FOTOGRAFIAS



CHACREAMENTO RECANTO DAS ANDORINHAS

Udelep
2014/4361

Angela Apolinária Costa
Diretora de Área
Desenvolvimento Urbano



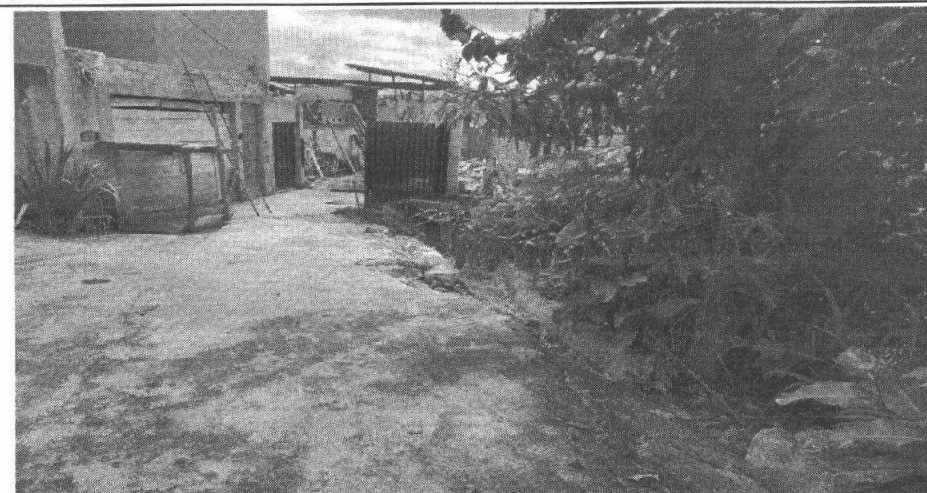
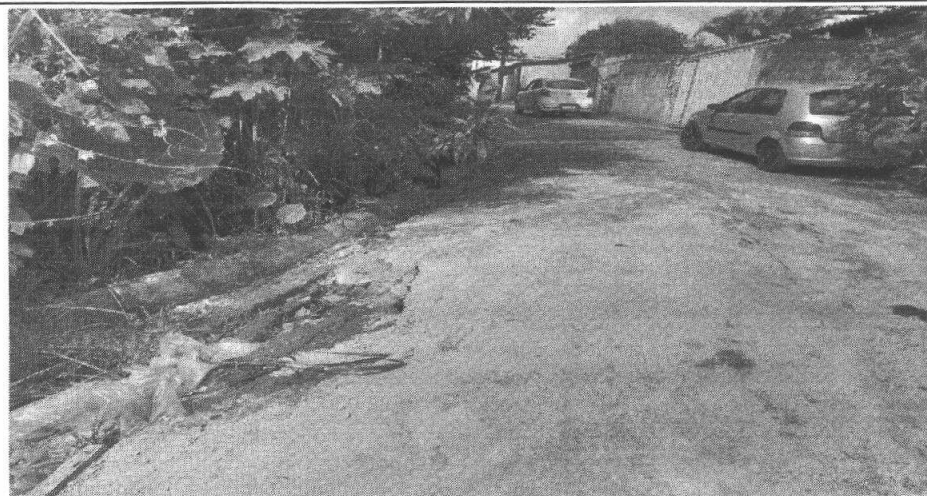
PREFEITURA DE MUNICIPAL DE CONGONHAS

SEMOBI



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

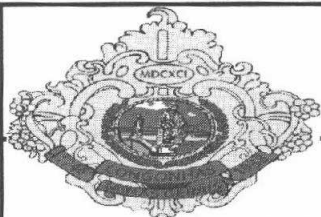
FOTOGRAFIAS



RUA ENOC LACERDA (UPA) - BAIRRO PRAIA

20144361

usângela Apolinário Lisboa
Diretora de Área
Planejamento Urbano



PREFEITURA DE MUNICIPAL DE CONGONHAS

SEMOBI

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

FOTOGRAFIAS



dep
20/4/36

Rosângela Apolinário Costa
Diretora de Área
Desenvolvimento Urbano



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS



MINUTA SEGUNDO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº PMC/120/2022

P. A. Nº. PMC/5502/2017

Adesão: nº 004/2022

PRC/117/2022

O MUNICÍPIO DE CONGONHAS, como CONTRATANTE, por sua Prefeitura Municipal, sediada à Praça Presidente Kubitschek, 135, inscrita no CNPJ sob o nº 16.752.446/0001-02, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Cláudio Antônio de Souza, que por força do Decreto nº 5.936 de 07 de fevereiro de 2014 passa a integrar o presente aditivo a Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura, Simônia Maria de Jesus Magalhães, e do outro lado, a empresa **CONSÓRCIO SINAINFRA**, com sede à Rua Capitão Sancho, nº 209, sala 04, Bairro Centro, Município de João Pinheiro-MG, CEP 38.770-000, inscrita no CNPJ sob o nº 44.555.411/0001-19, neste ato representado pelo **Sr. Cristiano Mendonça de Novaes**, portador da identidade nº M-6.983.518 e CPF: 006.488.636-03, resolvem, considerando a solicitação e justificativa feita pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura em sua Comunicação Interna nº. PMC/SEOB/110/2023, documentos anexos e o parecer da Procuradoria Jurídica da Prefeitura, aditar, pela segunda vez o contrato originalmente firmado, estabelecendo o que se segue:

1- CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto

1.1- Constitui objeto do presente aditivo o acréscimo de serviços existentes e a inserção de serviços novos, conforme planilhas anexas.

1.2- O presente aditivo tem amparo legal

2- CLÁUSULA SEGUNDA – Valor

2.1- O valor do presente aditivo é de R\$ 2.647.284,77 (dois milhões seiscentos e quarenta e sete mil duzentos e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos), sendo R\$ 220.486,76 (duzentos e vinte mil quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos) para a inserção de serviços novos e R\$ 2.426.798,01 (dois milhões quatrocentos e vinte e seis reais setecentos e noventa e oito reais e um centavo) para o acréscimo de serviços existentes.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - Recursos Financeiros

3.1- A despesa decorrente do presente termo aditivo correrá à conta da seguinte dotação orçamentária vigente:

Órgão: 12 – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Unidade: 04 – Gestão de Obras Públicas

Atividade: 1.004 – Construção e Pavimentação de Vias Urbanas

449051 – Obras e Instalações

4- CLÁUSULA QUARTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS

4.1- Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original que não colidirem ou conflitarem com o presente termo.

E estando justas e acertadas firmam as partes, o presente termo, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Congonhas, de de 2023.

Simônia Maria de Jesus Magalhães
Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura

Cristiano Mendonça de Novaes
CONSÓRCIO SINAINFRA.

TESTEMUNHAS: 1.

2.



<input checked="" type="checkbox"/>	ADESÃO	
A N E X O	<input type="checkbox"/>	PREGÃO
AO PROCESSO	<input type="checkbox"/>	CONCORRÊNCIA
DE LICITAÇÃO	<input type="checkbox"/>	DISPENSA
	<input type="checkbox"/>	INEXIGIBILIDADE
	<input type="checkbox"/>	PREGÃO
	<input type="checkbox"/>	LICITAÇÃO COMPARTILHADA
	<input type="checkbox"/>	CREDENCIAMENTO

Folha Nº : _____

PMC Nº : 002/2022

À PROJUR,

Gentileza analisar e emitir parecer acerca da solicitação contida na Comunicação Interna PMC/SEOB/110/2023, da Secretaria de Obras e minuta do aditivo em anexo.

Congonhas, 27 de março de 2023.


Evandra Lacerda
Diretoria de Contratos e Licitações



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

Folha



Anexo ao Processo Nº _____, de _____

Dra. Mayla,

Favor emitir Parecer.

27/03/2023

Guilherme Rios Gonçalves
Procurador Municipal
OAB 123.417

S

PARECER JURÍDICO Nº 270/2023

Processo de Licitação nº PRC/117/2022

Processo Administrativo nº PMC/6148/2022

A Diretoria de Contratos e Licitações solicita a análise e emissão de parecer jurídico acerca da solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, que tem por objeto o aditivo para o acréscimo de 24,98% (vinte e quatro e noventa e oito por cento) do valor do contrato.

O presente procedimento encontra-se formalmente em ordem, devidamente autuado, com as suas folhas numeradas e rubricadas pelos servidores responsáveis pela juntada dos documentos (art. 38, caput da Lei 8.666/93).

A matéria é trazida à apreciação jurídica, em cumprimento do disposto no art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93.

É o relatório. Passo a opinar

Fundamentação

Prefácio

Antes de analisar o mérito, **advirto** que a presente manifestação:

- a) Toma por base **exclusivamente** os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe;
- b) Analisa tão somente dos **aspectos jurídicos**, não prestando informação quanto a conveniência e oportunidade dos atos administrativos, tampouco analisa/revisa os aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Antônio

Esclarecido o alcance do parecer jurídico, passa-se à análise solicitada.

Da alteração unilateral dos Contratos Administrativos - Requisitos e limites - art. 65, I da Lei 8.666/93

O regime jurídico próprio dos contratos administrativos confere à Administração Pública, como expressão do **princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado**, inúmeras prerrogativas com natureza jurídica de “cláusulas exorbitantes”, dentre as quais se destaca o poder-dever de modificar unilateralmente o contrato firmado com o particular, no intuito de melhor adequá-lo aos fins de interesse público que lhe compete atender (art. 58, I da Lei 8.666/1993).

Inobstante, o exercício de tais prerrogativas deve ser pautado pela legalidade e razoabilidade, sob pena de ferir princípios vetores da Administração Pública (art. 37, *caput* da Constituição) e dos Contratos Administrativos (art. 3º da Lei 8.666/1993). Com efeito, a **lei previu as hipóteses e os limites** em que são permitidas alterações contratuais, se verificado que o objeto inicialmente pactuado já não é totalmente adequado para alcançar o fim projetado.

Em específico, a modificação do contrato administrativo original para realizar **acréscimo e supressões de quantitativos de serviços existentes** tem amparo legal no art. 65, inciso I, “b” e §§ 1º e 2º da Lei 8.666/1993, *in verbis*:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, **com as devidas justificativas**, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

(...)

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de **acréscimo** ou diminuição **quantitativa de seu objeto**, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, **nas mesmas condições contratuais**, os **acréscimos ou supressões** que se fizerem nas obras, **serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato**, e, no caso particular de reforma de edifício ou de

Congonhas

equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus
acréscimos. (grifamos)

(...)

§ 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites
estabelecidos no parágrafo anterior, salvo:

(...)

Vale trazer à colação o entendimento firmado na jurisprudência do **Tribunal de Contas da União** acerca dos principais aspectos que envolvem a modificação do contrato para supressão ou acréscimo em seu quantitativo inicial:

“É admissível a celebração de aditivo contratual que respeite o limite previsto no §1º do art. 65 da Lei n 8.666/1993 e não implique alteração da vantagem obtida na contratação original (XXI do art. 37 da Constituição Federal).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

[...]

9.5. determinar aos responsáveis pela Secretaria de Infra-Estrutura do Estado do Piauí - Seinfra/PI que:

[...]

9.5.6. em contratos envolvendo recursos públicos federais, observem rigorosamente os seguintes comandos da Lei 8.666/93:

9.5.6.1. arts. 55, inciso III, 60, parágrafo único, e 65, inciso I, alínea b, de modo que nos aditamentos que impliquem modificação dos quantitativos e/ou inclusão/exclusão de serviços, anexe planilha orçamentária que reflita todas as alterações havidas, fundamentando, assim, as novas condições e o novo valor do contrato, abstando-se de executar serviços que não estejam devidamente incorporados ao objeto contratado por meio da formalização de termos aditivo.

No cumprimento dos limites estabelecidos no art. 65 da Lei 8.666/1993, o cálculo do percentual de alteração contratual deve ser obtido a partir de comparação dos valores acrescidos/suprimidos com o valor inicialmente contratado, ambos referentes à mesma data”.

Portanto, a legislação autoriza a alteração unilateral da pactuação original, mesmo que redunde em acréscimo de quantitativos, com a consequente alteração

Amorim

proporcional do valor do contrato, desde que restrito ao **limite máximo de 25%** (vinte e cinco por cento) de acréscimos e diminuições em relação ao valor inicial atualizado.

Esse limite deve considerar o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, **individualmente e sem nenhum tipo de compensação** entre eles, os limites de alteração estabelecidos naquele dispositivo legal¹.

Ressalto que a responsabilidade pelo cálculo do percentual exato das alterações é da gestão do contrato, não competindo a esta PROJUR se imiscuir em questões que transbordam da apreciação estritamente jurídica dos atos.

Além disso, a alteração contratual **não pode transfigurar o objeto original do contrato**, sob pena de violação aos princípios da obrigatoriedade de licitação, da isonomia e da vinculação do contrato ao instrumento convocatório (art. 3º c/c 55, XI, da Lei 8.666/1993).

Por fim, as Cortes de Contas exigem que o administrador público aponte os **motivos** determinantes da alteração, que devem ser **supervenientes**, isto é, fatos que eram desconhecidos no momento inicial da contratação, posto que imprevisíveis. No escólio de **Marçal Juntten Filho**²:

“Ademais, cabe evidenciar que a **alteração decorre de um fato ocorrido ou apenas descoberto depois da instauração**. A instituição do poder de promover a alteração contratual não significa a ausência de submissão dessa competência à consumação de um evento posterior à (ou somente conhecido depois da) instauração da licitação.

Assim se passa porque a competência discricionária da Administração se exaure com a elaboração do edital. Instaurada a licitação, **o edital vincula a Administração Pública** – o que está expressamente previsto no art. 41”.

Esse requisito é necessário para evitar que o subdimensionamento do objeto malfira a competitividade, gerando, através dos aditivos, vantagem para o contratado

¹ Tribunal de Contas da União - TCU. Acórdão nº 2.530/11-Plenário, TC-015.678/2005-3, Rel. Min. José Jorge, 21.09.2011.

² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 17 ed. São Paulo: Dialética, 2016. p. 1.171.

Justen

em detrimento dos demais concorrentes. E o **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais** assim tem decidido:

“Considerando a possibilidade da prorrogação do contrato, é possível aditá-lo em até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do disposto no art. 65, § 1º, da Lei de Licitações Públicas sobre o seu objeto/valor total, **desde que a Administração evidencie a superveniência de motivo justificador da alteração contratual**, e que o acréscimo legal consignado no contrato é o **mais adequado e vantajoso** para a Administração Pública”.

Nesse intento, foi apresentada a justificativa para os acréscimos, através da **Comunicação Interna nº PMC/SEMOBI/Desenvolvimento Urbano/005/2023** da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (fls. 967/991). Cumpre ao órgão gestor certificar se os fatos declinados se amoldam nas exigências acima (superveniência dos motivos e pertinência dos acréscimos em relação ao contrato original).

Do orçamento público

Cumpridas as exigências legais destacadas nos tópicos anteriores, os autos deverão ser encaminhados à Diretoria de Planejamento e Orçamento da SEPLAG, para reserva de dotação orçamentária que suporte as despesas decorrentes da renovação do contrato, se em consonância com a lei orçamentária anual e o plano plurianual (art. 167, II, da Constituição da República c/c art. 7º, § 2º, III, da Lei nº 8.666/1993).

Da minuta de do termo aditivo

Em análise da minuta de Segundo Termo Aditivo ao Contrato, não vislumbro a necessidade de alterações, haja vista que o instrumento apresenta os requisitos formais exigidos pela Lei 8.666/93.

³ TCEMG – Consulta Nº: 742.467. Revista do TCEMG, v. 68, nº 3, jul./set. 2008, pág. 121.

Congonhas

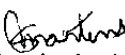
Conclusão

Ante o exposto, entende-se juridicamente possível a celebração do **Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº PMC/120/2022**, firmado com o Consórcio Sinainfra, para o **acréscimo de quantitativo** com fundamento do art. 65, inciso I, alínea "b" e §1º da Lei 8.666/1993 com as seguintes condições:

1. A celebração do Termo Aditivo deverá ocorrer dentro do período de vigência atual do contrato. Do contrário, a sua celebração constituirá avença nova, em evidente burla à regra da obrigatoriedade de licitação para as contratações públicas (art. 37, XXI da Constituição da República);
2. Aceita as justificativas técnicas apresentadas, baseado em motivo superveniente, e demonstrada a adequação e a vantagem para a Administração (art. 65, *caput* da Lei 8.666/1993);
3. Respeitado o limite legal cumulativo de 25% (art. 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/1993);
4. Não implique em alteração da vantagem obtida na contratação original (art. 37, XXI da CR).

É o parecer.

Congonhas/MG, 28 de março de 2023.


Sheyla Andrade Martins
Procuradora Adjunta
OAB/MG 195.038 – matrícula 20144254



Processo de Licitação PRC 117/2022

Processo Administrativo nº PMC 6148/2022

DESPACHO

À DCLI,

Por seus fundamentos, externo concordância, sem acréscimo, ao Parecer nº 270/2023, de autoria da ilustre Procuradora Adjunta, Dra. Sheyla Andrade Martins.

Em razão do exposto, homologo o parecer para que produza os efeitos jurídicos, o que faço com alicerce no inciso X do art. 4º da Lei Municipal nº 2.306/2001.

Encaminha-se o parecer para providências.

Congonhas, 28 de março de 2023.

Thomas Lafeta Alvarenga
Procurador-Geral do Município
MASP 20144160 - OAB/MG 124.342

RECEBIDO

29/03/2023

Jovandra

16h18



Anexo ao Processo Nº _____, de _____

<p>A SEMOBI;</p> <p>Segue processo para correção e manifestação quanto ao Parecer jurídico.</p> <p>Em 30/03/2023.</p> <p><i>Oranira Lucinda</i> Diretora de Contratos e Licitações Município de Congonhas</p>	
---	--



Anexo ao Processo Nº _____/_____, de ____/____/____

À Área de Compras e Licitações;

Em atenção ao parecer jurídico nº 270/2023 das folhas 995 a 1.000, esclarecemos:

Conforme justificativa técnica apresentada pela fiscalização dos serviços e pela Contratada, folha 967 a 970, os fatos declinados se moldam nas exigências de superveniência dos motivos e pertinência dos acréscimos em relação ao contrato original, sem transfigurar o objeto original do contrato.

Após análise da planilha de acréscimo de serviços existentes detectamos erro no somatório da coluna denominada "PREÇO TOTAL DO ADITIVO"; e na planilha de inserção de serviços novos não estava sendo aplicado o desconto ofertado na licitação, nem considerando o preço a P0.


Segue, em anexo, planilhas corrigidas bem como cálculo de percentual de aditivo. O valor para o acréscimo de serviços existentes é de R\$ 2.435.593,56 (dois milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos), e o valor para a inserção de serviços novos é de R\$ 212.478,82 (duzentos e doze mil, quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos).

Elucidamos que para os itens de serviços novos foi considerado o preço a P0, aplicando o percentual de desconto obtido no certame licitatório. Para os itens de acréscimos de quantitativos dos serviços já contemplados em planilha licitada, não há o que se falar em comprovação de vantajosidade, visto que os preços são os já pactuados no momento da contratação, sem implicar em alteração da vantagem obtida na contratação original.

Verifica-se que o limite legal cumulativo de 25 %, estabelecido no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/1993, continua sendo respeitado.

A SEMOBI está ciente das orientações jurídicas contidas no presente processo e solicita dar prosseguimento na formalização do termo aditivo de acréscimo de serviços existentes e inserção de serviços novos.

Em 13/04/2023.


Roberto Francisco da Silva
Secretário Municipal Adjunto de Obras e Infraestrutura

Congonhas

PREFEITURA DE CONGONHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

OBJETO Execução dos serviços de reparos e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana, visando atender o Município de Congonhas

CONTRATADA CONSORCIO SINAINFRA

CONTRATO PMC/120/2022 DE 22/07/2022

PRC Nº 117/2022

ADESÃO Nº PMC/004/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC/6148/2022

PLANILHA DE ADITIVO DE SERVIÇOS EXISTENTES

BDI 29,47%

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVOS					VALORES		
		UNIDADE	QUANTITATIVO PREVISTO	QUANT. A ADITAR	QUANT. TOTAL	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL PREVISTO	PREÇO TOTAL DO ADITIVO	%
1	SERVIÇOS PRELIMINARES								
1.1	BANHEIRO QUIMICO 110X120X230CM COM MANUTENCAO	MÊS	12,00	10,00	22,00	R\$ 870,79	R\$ 10 449,48	R\$ 8 707,90	83,33%
1.3	CONTE EMPVC H= 75 CM	UN	75,00	40,00	115,00	R\$ 46,65	R\$ 3 498,75	R\$ 1 866,00	53,33%
1.5	FAIXA 6,0X0,80M TECIDO MORIM SUPORTE EM EUCALIPTO	UN	40,00		40,00	R\$ 153,55	R\$ 6 142,00	R\$ -	0,00%
1.6	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS	MES	12,00		12,00	R\$ 749,14	R\$ 8 989,68	R\$ -	0,00%
1.7	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA FERRAMENTARIA SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITARIO	MES	12,00		12,00	R\$ 585,26	R\$ 7 023,12	R\$ -	0,00%
1.8	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA SANITARIO, COM 4 BACIAS 8 CHUVEIROS 1 LAVATORIO E 1 MICTORIO	MES	12,00		12,00	R\$ 936,42	R\$ 11 237,04	R\$ -	0,00%
1.14	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1,20 X 50 M (L X C)	M	1 000,00	500,00	1 500,00	R\$ 3,07	R\$ 3 070,00	R\$ 1 535,00	50,00%
SUBTOTAL ITEM 1							R\$ 50 410,07	R\$ 12 108,90	24,02%
2	ADMINISTRACAO LOCAL DE OBRAS								
2.1	AUXILIAR DE ESCRITORIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1 920,00	540,00	2 460,00	R\$ 21,32	R\$ 40 934,40	R\$ 11 512,80	26,13%
2.2	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1 920,00	540,00	2 460,00	R\$ 81,05	R\$ 155 616,00	R\$ 43 767,00	28,13%
2.3	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1 920,00	540,00	2 460,00	R\$ 54,11	R\$ 103 881,20	R\$ 29 219,40	28,13%
2.4	ENGENHEIRO CIVIL JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1 920,00	540,00	2 460,00	R\$ 120,91	R\$ 232 147,20	R\$ 65 291,40	28,13%
2.5	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1 920,00	540,00	2 460,00	R\$ 36,04	R\$ 69 196,80	R\$ 19 461,60	28,13%
SUBTOTAL ITEM 2							R\$ 601 785,80	R\$ 169 262,20	28,13%
3	DEMOLICOES E REMOÇOES								
3.1	DEMOLICAO DE PASSEIO OU LAJE DE CONCRETO MANUALMENTE	M2	800,00	350,00	1 150,00	R\$ 25,08	R\$ 20 084,00	R\$ 8 778,00	44,00%
3.2	DEMOLICAO DE PASSEIO OU LAJE DE CONCRETO C/ EQUIP. PNEUMATICO	M2	300,00	900,00	1 200,00	R\$ 15,08	R\$ 4 524,00	R\$ 13 572,00	300,000%
3.5	DEMOLICAO DE CONCRETO SIMPLES, INCLUSIVE AFASTAMENTO - MANUAL	M3	350,00		350,00	R\$ 258,64	R\$ 90 524,00		0,00%
3.6	DEMOLICAO DE CONCRETO ARMADO, INCLUSIVE AFASTAMENTO - MANUAL	M3	250,00		250,00	R\$ 355,34	R\$ 88 835,00		0,00%
3.13	REMOCAO DE MEIO-FIO REMOLDADO DE CONCRETO	M	1 000,00		1 000,00	R\$ 9,15	R\$ 9 150,00		0,00%
3.16	REMOCAO DE CERCA DE ARAME	M	800,00		800,00	R\$ 10,80	R\$ 8 640,00		0,00%
3.26	CARGA DE MATERIAL DEMOLIDO SOBRE CAMINHÃO MECÂNICA	M3	3 500,00		3 500,00	R\$ 2,78	R\$ 9 730,00		0,00%
3.29	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CAMINHÃO, 2 KM < DMT <= 5 KM	M3KM	17 500,00		17 500,00	R\$ 3,34	R\$ 58 450,00		0,00%
3.30	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CAMINHÃO, DMT > 5 KM	M3KM	42 000,00		42 000,00	R\$ 1,99	R\$ 83 580,00		0,00%



Amanda Fabiane Lobo Santos
Assessor II - Matr: 20144361
Prefeitura de Congonhas

Paulo Henrique Vieira Uchôa
Engº Civil - CREA-MG 212414/D
SINARCO ENGENHARIA LTDA

Rosângela Apolinário Costa
Diretora de Área de Desenvolvimento Urbano
Prefeitura de Congonhas

Sistema Maria de Jesus Magalhães
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

U

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
Simone Maria de Jesus Magalhães
Assessoria Técnica

Rosângela Apolinário Costa
Diretora de Área de Desenvolvimento Urbano
Prefeitura de Congonhas

Paulo Henrique Vieira Uchoa
Engº Civil - CREA-MG 21241416
SINARCO ENGENHARIA LTDA

Amanda Fabiane Lobo Santos
Assessor II - Matr. 20144361
Prefeitura de Congonhas



SUBTOTAL ITEM 3										R\$	373.497,00	R\$	22.350,00	5,98%
SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO														
4	4.2	CAPIXA MANUAL	M2	15.000,00						15.000,00	R\$	0,71	R\$	10.650,00
4.3	ROÇADA MANUAL	M2	15.000,00							15.000,00	R\$	0,17	R\$	2.550,00
SUBTOTAL ITEM 4											R\$		R\$	13.200,00
SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO EM TERRA/BOTA FORA														
5	5.1	APILOAMENTO DO FUNDO DE VALAS COM SOQUETE	M2	1.000,00						1.000,00	R\$	23,12	R\$	23.120,00
5.3	ATERRO COMPACTADO COM PLACA VIBRATÓRIA	M3	10.000,00							10.000,00	R\$	42,78	R\$	427.800,00
5.4	ESCAVAÇÃO MANUAL DE TERRA (DESATERRO MANUAL)	M3	1.000,00							1.000,00	R\$	40,23	R\$	40.230,00
5.5	ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M3	20.000,00							20.000,00	R\$	4,22	R\$	84.400,00
5.11	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS 1,50 M < H <= 3,00 M	M3	400,00							400,00	R\$	90,51	R\$	36.204,00
5.12	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS 3,00 M < H <= 5,00 M	M3	400,00							400,00	R\$	120,70	R\$	48.280,00
5.13	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS H <= 1,50 M	M3	400,00							400,00	R\$	68,39	R\$	27.356,00
5.14	ESCAV. MECANICA DE VALAS C/ DESC. LATERAL H<=1,5M	M3	2.000,00							2.000,00	R\$	5,00	R\$	10.000,00
5.15	ESCAV. MECANICA DE VALAS DESC. LATERAL 1,5M<H<=3,0M	M3	4.000,00							4.000,00	R\$	6,33	R\$	25.320,00
5.16	ESCAV. MECANICA DE VALAS DESC. LATERAL 3,0M<H<=5,0M	M3	4.000,00							4.000,00	R\$	7,41	R\$	29.640,00
5.17	ESCAV. MECANICA DE VALAS C/ DESC. LATERAL H<=5,0M	M3	3.000,00							3.000,00	R\$	7,92	R\$	23.760,00
5.23	EMPREGANDO PRANCHAS E LONGARINAS DE ESCORAMENTO DE VALA TIPO CONTINÚO	M2	800,00							800,00	R\$	103,43	R\$	82.744,00
5.24	EMPREGANDO PRANCHAS E LONGARINAS DE PEDRA	M2	1.500,00							1.500,00	R\$	62,43	R\$	93.645,00
5.26	REATERRO COMPACTADO DE VALA COM EQUIPAMENTO PLACA VIBRATÓRIA	M3	2.500,00							2.500,00	R\$	42,78	R\$	106.950,00
5.27	REATERRO MANUAL DE VALA	M3	1.000,00							1.000,00	R\$	68,39	R\$	68.390,00
5.28	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES EM TERRA COM MOTONIVELADORA	M2	25.000,00							25.000,00	R\$	0,08	R\$	2.250,00
5.29	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE TERRENO COM ROLO VIBRATÓRIO	M2	20.000,00							20.000,00	R\$	1,57	R\$	31.400,00
5.30	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE TERRENO COM PLACA VIBRATÓRIA	M2	10.000,00							10.000,00	R\$	3,48	R\$	34.800,00
SUBTOTAL ITEM 5											R\$		R\$	1.186.289,00
SERVIÇOS DE DRENAGEM														
6	6.1	CAIXA DE CAPTAÇÃO E DRENAGEM TIPO F (120 X 120 X 150 CM), D = 500 MM A 1500MM, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA	U	20,00						20,00	R\$	2.980,85	R\$	59.617,00
6.2	BOTA DE LOBO SIMPLES (TIPO B - CONCRETO), QUADRO, GRELHA E CANTONEIRA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA	U	25,00							25,00	R\$	1.335,96	R\$	33.399,00
6.4	CANALETE PARA DRENAGEM PADRÃO SUDECAP, TIPO 2 - D= 300 MM, PREMOLDADA DE CONCRETO	M	200,00							200,00	R\$	91,64	R\$	18.328,00
6.5	CANALETE PARA DRENAGEM PADRÃO SUDECAP, TIPO 2 - D= 500 MM, PREMOLDADA DE CONCRETO	M	200,00							200,00	R\$	153,55	R\$	30.710,00
6.7	CONCRETO PARA BERÇO DE REDE TUBULAR TRAÇO 1:3:6, INCLUSIVE LANÇAMENTO	M3	700,00							700,00	R\$	569,60	R\$	398.720,00
6.8	FORMA PARA BERÇO EM TABUA, INCLUSIVE DESFORMA	M2	1.500,00							1.500,00	R\$	31,85	R\$	47.775,00
6.9	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBO PVC FLEXÍVEL CORRUGADO, PERFURADO, DN 100 MM (4"), PARA DRENAGEM	M	900,00							900,00	R\$	21,36	R\$	19.224,00
6.10	FORNECIMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PAT D = 400 MM	M	600,00							600,00	R\$	101,52	R\$	60.912,00
6.11	FORNECIMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PAT D = 600 MM	M	600,00							600,00	R\$	193,42	R\$	116.052,00

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
Sindicato Municipal de Obras e Infraestrutura
Sindicato Municipal de Obras e Infraestrutura

Rosângela Apolinário Costa
Diretora de Área de Desenvolvimento Urbano
Prefeitura de Congonhas

Paulo Henrique Vieira Uchôa
Engº Civil - CREA-MG 212414/0
SIMARCO ENGENHARIA LTDA

Amanda Fabiane Lobo Santos
Assessor II - Matr. 20144361
Prefeitura de Congonhas



6 12	FORNECIMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PAI.D = 800 MM	M	500,00	R\$	322,80	R\$	161 300,00	0,00%
6 13	FORNECIMENTO, ASSENTAMENTO E REJUNTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO ARMADO PAI.D = 1000 MM	M	300,00	R\$	458,49	R\$	137 547,00	0,00%
6 14	PRÉ-MOLDADA, MFC-01, PADRÃO DEER-MG, DIMENSÕES (12X16,7X35)CM, EXCLUSIVE SARIETA INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL	M	2 000,00	R\$	56,94	R\$	113 880,00	0,00%
6 15	PRÉ-MOLDADA, MFC-03, PADRÃO DEER-MG, DIMENSÕES (12X18X45)CM, EXCLUSIVE SARIETA INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL	M	2 000,00	R\$	71,66	R\$	143 320,00	0,00%
6 17	POÇO DE VISÃO PARA REDE TUBULAR TIPO A-01 1000, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FODA	U	50,00	R\$	2 922,72	R\$	146 136,00	0,00%
6 18	SARIETA DE CONCRETO EM CORTÊ TIPO DR SOC-XY LARGURA = 50 CM TIPO 40/10 (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	2 000,00	R\$	45,25	R\$	90 500,00	0,00%
6 19	SARIETA DE CONCRETO EM CORTÊ TIPO DR SOC-XY LARGURA = 50 CM TIPO 40/15 (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	2 000,00	R\$	48,67	R\$	97 340,00	0,00%
6 21	TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO PARA POÇO DE VISITA	U	50,00	R\$	513,89	R\$	25 694,50	0,00%
6 22	ALA DE REDE TUBULAR, D=600MM	U	4,00	R\$	1 227,18	R\$	4 908,72	0,00%
6 23	ALA DE REDE TUBULAR, D=800MM	U	4,00	R\$	1 458,27	R\$	5 833,08	0,00%
6 24	ALA DE REDE TUBULAR, D=1000MM	U	2,00	R\$	1 710,70	R\$	3 421,40	0,00%
6 28	DESCIDA D'ÁGUA TIPO DEGRAU - PADRÃO SUDECAP, D=600MM	M	75,00	R\$	799,58	R\$	59 968,50	0,00%
6 29	DESCIDA D'ÁGUA TIPO DEGRAU - PADRÃO SUDECAP, D=800MM	M	50,00	R\$	984,24	R\$	49 212,00	0,00%
6 32	DISSIPADOR DE ENERGIA - DEB 01 - AREIA, BRITA E PEDRA DE MÃO COMERCIAIS	UN	10,00	R\$	407,82	R\$	4 078,20	0,00%
SUBTOTAL ITEM 6						R\$	1 328 076,40	0,00%
7 SERVIÇOS DE TRANSPORTES								
7 2	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MECÂNICA	M3	4 000,00	R\$	1,80	R\$	7 200,00	0,00%
7 3	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO 1 KM < DMT <= 2 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3	4 000,00	R\$	14,53	R\$	58 120,00	0,00%
7 6	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO 2 KM < DMT <= 5 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3X KM	20 000,00	R\$	4,26	R\$	85 200,00	0,00%
7 8	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO DMT > 5 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3X KM	32 000,00	R\$	4,09	R\$	130 880,00	0,00%
SUBTOTAL ITEM 7						R\$	261 400,00	0,00%
8 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM PAVIMENTAÇÃO E FORNECIMENTO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS								
8 1	BASE ESTAB. GRANUL., COMP. ENERG. PROCTOR (PEDREIRA)	M3	950,00	R\$	185,65	R\$	176 367,50	0,00%
8 6	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO - FORN. E APLICAÇÃO, EXCLUSIVE TRANSPORTE	M3	1 250,00	R\$	1 754,97	R\$	1 667 221,50	31,56%
8 11	PRESTAGEM DE PAVIMENTO ASFALTICO (PROFUNDIDADE ATE 5,0 CM) - EXCLUSIVE TRANSPORTE	M2	30 000,00	R\$	8,52	R\$	255 600,00	0,00%
8 12	IMPRIMAÇÃO (EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)	M2	19 000,00	R\$	10,44	R\$	198 360,00	0,00%
8 13	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUBLEITO	M2	8 000,00	R\$	2,67	R\$	21 360,00	0,00%



8.17	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSAO ASFALTICA RR-2C AF. 11/2019	M2	19.000,00	15.000,00	34.000,00	R\$	2,90	R\$	55.100,00	R\$	43.500,00	78,95%		
8.38	OPERAÇÃO TAPA BURACOS - FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE MASSA (EXCLUSIVE PINTURA DE LIGAÇÃO E TRANSPORTE)	M3	600,00		600,00	R\$	1.873,88	R\$	1.124.328,00	R\$	-	0,00%		
8.42	TRANSPORTE DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE 25,10 A 30,00 KM (DENSIDADE DE MATERIAL SOLTO)	M3X KM	46.500,00	130.000,00	176.500,00	R\$	1,40	R\$	65.100,00	R\$	182.000,00	279,57%		
8.43	TRANSPORTE DE MATERIAL DE JAZIDA PARA CONSERVAÇÃO DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE <= 10,00 KM	M3X KM	100.000,00		100.000,00	R\$	1,93	R\$	193.000,00	R\$	-	0,00%		
8.46	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE 15,10 A 20,00 KM	TXK M	19.000,00	180.000,00	199.000,00	R\$	0,87	R\$	16.530,00	R\$	156.600,00	947,37%		
SUBTOTAL ITEM 8						R\$		R\$	3.772.967,00	R\$	908.591,00	24,08%		
9	SERVIÇOS DE CONTENÇÕES													
9.3	MURO DE GABIÃO, ENCHIMENTO COM PEDRA DE MÃO TIPO RACHÃO, DE GRAVIDADE COM GAIOILAS DE COMPRIMENTO IGUAL A 2 M, PARA MUROS COM ALTURA MAIOR QUE 4 M E MENOR OU IGUAL A 6 M FORNECIMENTO E EXECUÇÃO AF. 12/2015	M3	2.000,00	1.550,00	3.550,00	R\$	850,60	R\$	1.701.200,00	R\$	1.318.430,00	77,50%		
9.4	GABIÃO TIPO COLCHÃO MALHA 6X8, FIO 2MM GALV. REVEST. PVC (COM CALÇADÃO CALÇARIO)	M3	500,00		500,00	R\$	549,87	R\$	274.935,00	R\$	-	0,00%		
9.5	EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO DE CONCRETO PROJETADO COM ESPESURA DE 7 CM, ARMADO COM TELA INCLINAÇÃO MENOR QUE 90°, APLICAÇÃO CONTINUA, UTILIZANDO EQUIPAMENTO DE PROJEÇÃO COM 6 M³/H DE CAPACIDADE AF. 01/2016	M2	2.000,00		2.000,00	R\$	149,42	R\$	298.840,00	R\$	-	0,00%		
9.8	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA EM PLACAS, INCLUSIVE TERRA VEGETAL E CONSERVAÇÃO POR 30 DIAS	M2	500,00		500,00	R\$	22,70	R\$	11.350,00	R\$	-	0,00%		
9.12	CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50/60 FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL,	KG	6.000,00		6.000,00	R\$	17,76	R\$	106.560,00	R\$	-	0,00%		
9.13	USINADO, COM FCK 25 MPa, INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	M3	100,00		100,00	R\$	607,55	R\$	60.755,00	R\$	-	0,00%		
SUBTOTAL ITEM 9						R\$		R\$	2.453.640,00	R\$	1.318.430,00	53,73%		
11	SERVIÇOS DE EXPANSÃO E MANUTENÇÃO EM REDE DE ESGOTO													
11.29	COLOCAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO DE TAMPAO (TAMPAO E ARO) EM POÇO DE VISITA	UN	25,00		25,00	R\$	202,66	R\$	5.066,50			0,00%		
SUBTOTAL ITEM 11						R\$		R\$	5.066,50			0,00%		
14	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO													
14.1	OBRAS ACIMA DE R\$ 3.000.000,01	%	0,20%	0,00	0,00	R\$	10.576.331,57	R\$	21.152,66	R\$	4.861,46			
SUBTOTAL ITEM 13						R\$		R\$	21.152,66	R\$	2.430.732,10	11491,38%		
TOTAL GERAL										R\$	10.597.484,23	R\$	2.435.593,56	22,98%

Amanda Fabiane Lobo Santos
Assessora II

Rosângela Aguiar Costa
Diretora de Desenvolvimento Urbano

Simonil Maria de Jesus Magalhães
Secretário de Obras e Infraestrutura

Paulo Henrique Vieira Uchoa
Eng. Civil Crea-MG 212.519/D
CONSORCIO SININFRA

PREFEITURA DE CONGONHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Congonhas
OBRAS

OBJETO: Execução de serviços de reparo e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana no Município de Congonhas, conforme planilha e lista contendo os serviços e os locais nos quais serão executados

CONTRATADA: CONSÓRCIO SINAINFRA

CONTRATO Nº PMC/120/2022 de 22/07/2022

PRC Nº 117/2022

ADESAO Nº PMC/002/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC/6148/2022

BDI
DESCONTO

29,47%
1,44%

PLANILHA DE INSERÇÃO DE SERVIÇOS NOVOS

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT. A ADITAR	PREÇO			PREÇO TOTAL DO ADITIVO	
						PREÇO DE CUSTO		PREÇO C/ DESCONTO		PREÇO C/ BDI
						P. UNIT	P. UNIT			
3.4	SUDECAP	02.11.07	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO ASFALTICO COM EQUIP PNEUMATICO	M2	200,00	R\$ 11,78	R\$ 11,61	R\$ 15,03	R\$ 3.006,39	
3.31	SUDECAP	21.05.01	PASSEIOS DE CONCRETO 15 MPA E=6CM JUNTA SECA 3M MANUAL	M2	400,00	R\$ 37,13	R\$ 36,60	R\$ 47,38	R\$ 18.951,99	
6.33	SUDECAP	19.22.04	ALTEAMENTO DE TAMPAO DE PV EM ATE 20 CM	UND	40,00	R\$ 233,74	R\$ 230,37	R\$ 298,27	R\$ 11.930,62	
9.16	SUDECAP	05.01.01	ENROCAMENTO COM PEDRA DE MÃO JOGADA, INCLUSIVE FORNECIMENTO	T	50,00	R\$ 92,25	R\$ 90,92	R\$ 117,72	R\$ 5.885,81	
2.6	SINAPI	88326	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	6570,00	R\$ 20,60	R\$ 20,30	R\$ 26,29	R\$ 172.704,01	
TOTAL SERVIÇOS NOVOS									R\$ 212.478,82	

Adm
Arianda Fabiane Lobo Santos
Assessora II

RSC
Rosângela Apolinário Costa
Diretora de Desenvolvimento Urbano

Simonia
Simonia Maria de Jesus Magalhães
Secretário da Obras e Infraestrutura

Paulo
Paulo Henrique Vieira Uchoa
Eng. Civil Crea-MG 212.414/D
CONSÓRCIO SINAINFRA

FONTE: PREÇOS RETIRADOS DA PLANILHA SUDECAP ONERADA JUL/2021 E SINAPI ONERADA AGO/2021



87 - 257.755
88 - 257.755
89 - 257.755
90 - 257.755
91 - 257.755
92 - 257.755
93 - 257.755
94 - 257.755
95 - 257.755
96 - 257.755
97 - 257.755
98 - 257.755
99 - 257.755
100 - 257.755
101 - 257.755
102 - 257.755
103 - 257.755
104 - 257.755
105 - 257.755
106 - 257.755
107 - 257.755
108 - 257.755
109 - 257.755
110 - 257.755
111 - 257.755
112 - 257.755
113 - 257.755
114 - 257.755
115 - 257.755
116 - 257.755
117 - 257.755
118 - 257.755
119 - 257.755
120 - 257.755
121 - 257.755
122 - 257.755
123 - 257.755
124 - 257.755
125 - 257.755
126 - 257.755
127 - 257.755
128 - 257.755
129 - 257.755
130 - 257.755
131 - 257.755
132 - 257.755
133 - 257.755
134 - 257.755
135 - 257.755
136 - 257.755
137 - 257.755
138 - 257.755
139 - 257.755
140 - 257.755
141 - 257.755
142 - 257.755
143 - 257.755
144 - 257.755
145 - 257.755
146 - 257.755
147 - 257.755
148 - 257.755
149 - 257.755
150 - 257.755
151 - 257.755
152 - 257.755
153 - 257.755
154 - 257.755
155 - 257.755
156 - 257.755
157 - 257.755
158 - 257.755
159 - 257.755
160 - 257.755
161 - 257.755
162 - 257.755
163 - 257.755
164 - 257.755
165 - 257.755
166 - 257.755
167 - 257.755
168 - 257.755
169 - 257.755
170 - 257.755
171 - 257.755
172 - 257.755
173 - 257.755
174 - 257.755
175 - 257.755
176 - 257.755
177 - 257.755
178 - 257.755
179 - 257.755
180 - 257.755
181 - 257.755
182 - 257.755
183 - 257.755
184 - 257.755
185 - 257.755
186 - 257.755
187 - 257.755
188 - 257.755
189 - 257.755
190 - 257.755
191 - 257.755
192 - 257.755
193 - 257.755
194 - 257.755
195 - 257.755
196 - 257.755
197 - 257.755
198 - 257.755
199 - 257.755
200 - 257.755
201 - 257.755
202 - 257.755
203 - 257.755
204 - 257.755
205 - 257.755
206 - 257.755
207 - 257.755
208 - 257.755
209 - 257.755
210 - 257.755
211 - 257.755
212 - 257.755
213 - 257.755
214 - 257.755
215 - 257.755
216 - 257.755
217 - 257.755
218 - 257.755
219 - 257.755
220 - 257.755
221 - 257.755
222 - 257.755
223 - 257.755
224 - 257.755
225 - 257.755
226 - 257.755
227 - 257.755
228 - 257.755
229 - 257.755
230 - 257.755
231 - 257.755
232 - 257.755
233 - 257.755
234 - 257.755
235 - 257.755
236 - 257.755
237 - 257.755
238 - 257.755
239 - 257.755
240 - 257.755
241 - 257.755
242 - 257.755
243 - 257.755
244 - 257.755
245 - 257.755
246 - 257.755
247 - 257.755
248 - 257.755
249 - 257.755
250 - 257.755
251 - 257.755
252 - 257.755
253 - 257.755
254 - 257.755
255 - 257.755
256 - 257.755
257 - 257.755
258 - 257.755
259 - 257.755
260 - 257.755
261 - 257.755
262 - 257.755
263 - 257.755
264 - 257.755
265 - 257.755
266 - 257.755
267 - 257.755
268 - 257.755
269 - 257.755
270 - 257.755
271 - 257.755
272 - 257.755
273 - 257.755
274 - 257.755
275 - 257.755
276 - 257.755
277 - 257.755
278 - 257.755
279 - 257.755
280 - 257.755
281 - 257.755
282 - 257.755
283 - 257.755
284 - 257.755
285 - 257.755
286 - 257.755
287 - 257.755
288 - 257.755
289 - 257.755
290 - 257.755
291 - 257.755
292 - 257.755
293 - 257.755
294 - 257.755
295 - 257.755
296 - 257.755
297 - 257.755
298 - 257.755
299 - 257.755
300 - 257.755
301 - 257.755
302 - 257.755
303 - 257.755
304 - 257.755
305 - 257.755
306 - 257.755
307 - 257.755
308 - 257.755
309 - 257.755
310 - 257.755
311 - 257.755
312 - 257.755
313 - 257.755
314 - 257.755
315 - 257.755
316 - 257.755
317 - 257.755
318 - 257.755
319 - 257.755
320 - 257.755
321 - 257.755
322 - 257.755
323 - 257.755
324 - 257.755
325 - 257.755
326 - 257.755
327 - 257.755
328 - 257.755
329 - 257.755
330 - 257.755
331 - 257.755
332 - 257.755
333 - 257.755
334 - 257.755
335 - 257.755
336 - 257.755
337 - 257.755
338 - 257.755
339 - 257.755
340 - 257.755
341 - 257.755
342 - 257.755
343 - 257.755
344 - 257.755
345 - 257.755
346 - 257.755
347 - 257.755
348 - 257.755
349 - 257.755
350 - 257.755
351 - 257.755
352 - 257.755
353 - 257.755
354 - 257.755
355 - 257.755
356 - 257.755
357 - 257.755
358 - 257.755
359 - 257.755
360 - 257.755
361 - 257.755
362 - 257.755
363 - 257.755
364 - 257.755
365 - 257.755
366 - 257.755
367 - 257.755
368 - 257.755
369 - 257.755
370 - 257.755
371 - 257.755
372 - 257.755
373 - 257.755
374 - 257.755
375 - 257.755
376 - 257.755
377 - 257.755
378 - 257.755
379 - 257.755
380 - 257.755
381 - 257.755
382 - 257.755
383 - 257.755
384 - 257.755
385 - 257.755
386 - 257.755
387 - 257.755
388 - 257.755
389 - 257.755
390 - 257.755
391 - 257.755
392 - 257.755
393 - 257.755
394 - 257.755
395 - 257.755
396 - 257.755
397 - 257.755
398 - 257.755
399 - 257.755
400 - 257.755
401 - 257.755
402 - 257.755
403 - 257.755
404 - 257.755
405 - 257.755
406 - 257.755
407 - 257.755
408 - 257.755
409 - 257.755
410 - 257.755
411 - 257.755
412 - 257.755
413 - 257.755
414 - 257.755
415 - 257.755
416 - 257.755
417 - 257.755
418 - 257.755
419 - 257.755
420 - 257.755
421 - 257.755
422 - 257.755
423 - 257.755
424 - 257.755
425 - 257.755
426 - 257.755
427 - 257.755
428 - 257.755
429 - 257.755
430 - 257.755
431 - 257.755
432 - 257.755
433 - 257.755
434 - 257.755
435 - 257.755
436 - 257.755
437 - 257.755
438 - 257.755
439 - 257.755
440 - 257.755
441 - 257.755
442 - 257.755
443 - 257.755
444 - 257.755
445 - 257.755
446 - 257.755
447 - 257.755
448 - 257.755
449 - 257.755
450 - 257.755
451 - 257.755
452 - 257.755
453 - 257.755
454 - 257.755
455 - 257.755
456 - 257.755
457 - 257.755
458 - 257.755
459 - 257.755
460 - 257.755
461 - 257.755
462 - 257.755
463 - 257.755
464 - 257.755
465 - 257.755
466 - 257.755
467 - 257.755
468 - 257.755
469 - 257.755
470 - 257.755
471 - 257.755
472 - 257.755
473 - 257.755
474 - 257.755
475 - 257.755
476 - 257.755
477 - 257.755
478 - 257.755
479 - 257.755
480 - 257.755
481 - 257.755
482 - 257.755
483 - 257.755
484 - 257.755
485 - 257.755
486 - 257.755
487 - 257.755
488 - 257.755
489 - 257.755
490 - 257.755
491 - 257.755
492 - 257.755
493 - 257.755
494 - 257.755
495 - 257.755
496 - 257.755
497 - 257.755
498 - 257.755
499 - 257.755
500 - 257.755
501 - 257.755
502 - 257.755
503 - 257.755
504 - 257.755
505 - 257.755
506 - 257.755
507 - 257.755
508 - 257.755
509 - 257.755
510 - 257.755
511 - 257.755
512 - 257.755
513 - 257.755
514 - 257.755
515 - 257.755
516 - 257.755
517 - 257.755
518 - 257.755
519 - 257.755
520 - 257.755
521 - 257.755
522 - 257.755
523 - 257.755
524 - 257.755
525 - 257.755
526 - 257.755
527 - 257.755
528 - 257.755
529 - 257.755
530 - 257.755
531 - 257.755
532 - 257.755
533 - 257.755
534 - 257.755
535 - 257.755
536 - 257.755
537 - 257.755
538 - 257.755
539 - 257.755
540 - 257.755
541 - 257.755
542 - 257.755
543 - 257.755
544 - 257.755
545 - 257.755
546 - 257.755
547 - 257.755
548 - 257.755
549 - 257.755
550 - 257.755
551 - 257.755
552 - 257.755
553 - 257.755
554 - 257.755
555 - 257.755
556 - 257.755
557 - 257.755
558 - 257.755
559 - 257.755
560 - 257.755
561 - 257.755
562 - 257.755
563 - 257.755
564 - 257.755
565 - 257.755
566 - 257.755
567 - 257.755
568 - 257.755
569 - 257.755
570 - 257.755
571 - 257.755
572 - 257.755
573 - 257.755
574 - 257.755
575 - 257.755
576 - 257.755
577 - 257.755
578 - 257.755
579 - 257.755
580 - 257.755
581 - 257.755
582 - 257.755
583 - 257.755
584 - 257.755
585 - 257.755
586 - 257.755
587 - 257.755
588 - 257.755
589 - 257.755
590 - 257.755
591 - 257.755
592 - 257.755
593 - 257.755
594 - 257.755
595 - 257.755
596 - 257.755
597 - 257.755
598 - 257.755
599 - 257.755
600 - 257.755
601 - 257.755
602 - 257.755
603 - 257.755
604 - 257.755
605 - 257.755
606 - 257.755
607 - 257.755
608 - 257.755
609 - 257.755
610 - 257.755
611 - 257.755
612 - 257.755
613 - 257.755
614 - 257.755
615 - 257.755
616 - 257.755
617 - 257.755
618 - 257.755
619 - 257.755
620 - 257.755
621 - 257.755
622 - 257.755
623 - 257.755
624 - 257.755
625 - 257.755
626 - 257.755
627 - 257.755
628 - 257.755
629 - 257.755
630 - 257.755
631 - 257.755
632 - 257.755
633 - 257.755
634 - 257.755
635 - 257.755
636 - 257.755
637 - 257.755
638 - 257.755
639 - 257.755
640 - 257.755
641 - 257.755
642 - 257.755
643 - 257.755
644 - 257.755
645 - 257.755
646 - 257.755
647 - 257.755
648 - 257.755
649 - 257.755
650 - 257.755
651 - 257.755
652 - 257.755
653 - 257.755
654 - 257.755
655 - 257.755
656 - 257.755
657 - 257.755
658 - 257.755
659 - 257.755
660 - 257.755
661 - 257.755
662 - 257.755
663 - 257.755
664 - 257.755
665 - 257.755
666 - 257.755
667 - 257.755
668 - 257.755
669 - 257.755
670 - 257.755
671 - 257.755
672 - 257.755
673 - 257.755
674 - 257.755
675 - 257.755
676 - 257.755
677 - 257.755
678 - 257.755
679 - 257.755
680 - 257.755
681 - 257.755
682 - 257.755
683 - 257.755
684 - 257.755
685 - 257.755
686 - 257.755
687 - 257.755
688 - 257.755
689 - 257.755
690 - 257.755
691 - 257.755
692 - 257.755
693 - 257.755
694 - 257.755
695 - 257.755
696 - 257.755
697 - 257.755
698 - 257.755
699 - 257.755
700 - 257.755
701 - 257.755
702 - 257.755
703 - 257.755
704 - 257.755
705 - 257.755
706 - 257.755
707 - 257.755
708 - 257.755
709 - 257.755
710 - 257.755
711 - 257.755
712 - 257.755
713 - 257.755
714 - 257.755
715 - 257.755
716 - 257.755
717 - 257.755
718 - 257.755
719 - 257.755
720 - 257.755
721 - 257.755
722 - 257.755
723 - 257.755
724 - 257.755
725 - 257.755
726 - 257.755
727 - 257.755
728 - 257.755
729 - 257.755
730 - 257.755
731 - 257.755
732 - 257.755
733 - 257.755
734 - 257.755
735 - 257.755
736 - 257.755
737 - 257.755
738 - 257.755
739 - 257.755
740 - 257.755
741 - 257.755
742 - 257.755
743 - 257.755
744 - 257.755
745 - 257.755
746 - 257.755
747 - 257.755
748 - 257.755
749 - 257.755
750 - 257.755
751 - 257.755
752 - 257.755
753 - 257.755
754 - 257.755
755 - 257.755
756 - 257.755
757 - 257.755
758 - 257.755
759 - 257.755
760 - 257.755
761 - 257.755
762 - 257.755
763 - 257.755
764 - 257.755
765 - 257.755
766 - 257.755
767 - 257.755
768 - 257.755
769 - 257.755
770 - 257.755
771 - 257.755
772 - 257.755
773 - 257.755
774 - 257.755
775 - 257.755
776 - 257.755
777 - 257.755
778 - 257.755
779 - 257.755
780 - 257.755
781 - 257.755
782 - 257.755
783 - 257.755
784 - 257.755
785 - 257.755
786 - 257.755
787 - 257.755
788 - 257.755
789 - 257.755
790 - 257.755
791 - 257.755
792 - 257.755
793 - 257.755
794 - 257.755
795 - 257.755
796 - 257.755
797 - 257.755
798 - 257.755
799 - 257.755
800 - 257.755
801 - 257.755
802 - 257.755
803 - 257.755
804 - 257.755
805 - 257.755
806 - 257.755
807 - 257.755
808 - 257.755
809 - 257.755
810 - 257.755
811 - 257.755
812 - 257.755
813 - 257.755
814 - 257.755
815 - 257.755
816 - 257.755
817 - 257.755
818 - 257.755
819 - 257.755
820 - 257.755
821 - 257.755
822 - 257.755
823 - 257.755
824 - 257.755
825 - 257.755
826 - 257.755
827 - 257.755
828 - 257.755
829 - 257.755
830 - 257.755
831 -

OBJETO: Execução de serviços de reparo e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana no Município de Congonhas, conforme planilha e lista contendo os serviços e os locais nos quais serão executados.

CONTRATADA: CONSÓRCIO SINAINFRA

CONTRATO Nº PMC/120/2022 de 22/07/2022

PRC Nº 117/2022

BDI


29,47%


ADESÃO Nº PMC/002/2022


PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC/6148/2022

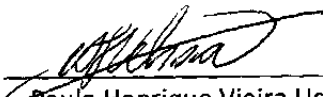
PLANILHA DE RESUMO 1º ADITIVO

VALOR INICIAL DO CONTRATO	SERVIÇOS NOVOS	SERVIÇOS EXISTENTES	TOTAL DO ADITIVO
R\$ 10.597.484,23	R\$ 212.478,82	R\$ 2.435.593,56	R\$ 2.648.072,38
PERCENTUAL DO ADITIVO	2,00%	22,98%	24,99%


Amanda Fabiane Lobo Santos
Assessora II

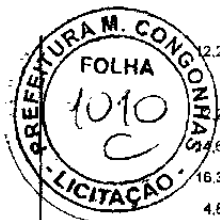

Rosângela Apolinario Costa
Diretora de Desenvolvimento Urbano


Simonia Maria de Jesus Magalhães
Secretário de Obras e Infraestrutura


Paulo Henrique Vieira Uchoa
Eng. Civil Crea-MG 212.414/D
CONSÓRCIO SINAINFRA

02 07 01	SUDECAP	DE PORTA OU JANELA
02.09	SUDECAP	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO INCLUSIVE AFASTAMENTO
02 08 01	SUDECAP	DE REBOCO
02 09 03	SUDECAP	CERAMICO, AZULEJO OU LADRILHO HIDRAULICO
02 09 05	SUDECAP	DE PEDRA (MARMORE, GRANITO, ARDOSIA, SAO TOME, ETC)
02 09 06	SUDECAP	DE FORMICA
02 09 07	SUDECAP	DE PEDRA ALMOFADADA
02.10	SUDECAP	DEMOLIÇÃO DE PISO INCLUSIVE AFASTAMENTO
02 10.01	SUDECAP	CIMENTADO OU CONTRAPISO DE ARGAMASSA
02 10 03	SUDECAP	CERAMICO OU LADRILHO HIDRAULICO
02 10 05	SUDECAP	DE PEDRA (MARMORE, GRANITO, ARDOSIA, SAO TOME, ETC)
02 10 07	SUDECAP	VINILICO
02 10 08	SUDECAP	DE MARMORITE
02 10 09	SUDECAP	DE TACO DE MADEIRA
02.11	SUDECAP	DEMOLIÇÃO DE PASSEIO E PAVIMENTO
02 11 01	SUDECAP	PASSEIO OU LAJE DE CONCRETO MANUALMENTE
02 11 02	SUDECAP	PASSEIO OU LAJE DE CONCRETO C/ EQUIP. PNEUMATICO
02 11 03	SUDECAP	CALÇADA PORTUGUESA
02 11 04	SUDECAP	PASSEIO OU LAJE DE CONCRETO C/EQUIPAMENTO ELETRICO
02 11 05	SUDECAP	MANUAL DE ALVENARIA POLIEDRICA
02 11 07	SUDECAP	DE REVESTIMENTO ASFALTICO COM EQUIP. PNEUMATICO
02.12	SUDECAP	CORTE MECANICO EM CONCRETO/ASFALTO
02.12 01	SUDECAP	CORTE MECAN. C/ SERRA CIRCULAR EM CONCRETO/ASFALTO
02.13	SUDECAP	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO INCLUSIVE AFASTAMENTO
02.13 1	SUDECAP	SIMPLES - MANUAL
02 1	SUDECAP	ARMADO - MANUAL
02 13 03	SUDECAP	SIMPLES - COM EQUIPAMENTO ELETRICO
02 13 04	SUDECAP	ARMADO - COM EQUIPAMENTO ELETRICO
02.14	SUDECAP	DEMOLIÇÃO MANUAL, DE ALVENARIA INCL. AFASTAMENTO
02.14 01	SUDECAP	DE ALVENARIA DE TIJOLOS E BLOCOS
02.15	SUDECAP	REMOÇÃO DE MEIO-FIO
02 15.01	SUDECAP	PREMOLDADO DE CONCRETO
02 15 02	SUDECAP	DE PEDRA (GNAISSE, BASALTO ETC.)
02.16	SUDECAP	DEMOLIÇÃO, REMOÇÃO E CARGA MECANICA
02 16 01	SUDECAP	DE CONSTRUÇÕES DE ALVENARIA
02.16 04	SUDECAP	DE GABIAO
02.18	SUDECAP	DEMOLIÇÃO DE DIVISORIA INCLUSIVE AFASTAMENTO
02 19 01	SUDECAP	DE PEDRA (MARMORE, ARDOSIA OU MARMORITE)
02 19 03	SUDECAP	DE MADEIRA
02 19 05	SUDECAP	DE ELEMENTOS VAZADOS (COBOGO, ETC)
02 19 06	SUDECAP	DE LAMINADO
02.20	SUDECAP	REMOÇÃO DE QUADROS
02 20 01	SUDECAP	NEGRO
02.21	SUDECAP	REMOÇÃO DE PEÇAS DIVERSAS
02	SUDECAP	LOUÇAS
02 21 02	SUDECAP	FERRAGENS (DOBRADIÇAS, FECHADURAS, MAÇANETAS)
02.21 03	SUDECAP	METAIS COMUNS(CONDUITE, SIFAO, REGISTRO, TORNEIRA)
02 21 04	SUDECAP	METAIS ESPECIAIS(VÁLVULA DE DESCARGA, CAIXA SILEN)
02 21 05	SUDECAP	REMOÇÃO DE LUMINARIA FLUORESCENTE
02 21 06	SUDECAP	REMOÇÃO DE LUMINARIA INCANDESCENTE
02 21 20	SUDECAP	REMOÇÃO DE PADRAO CEMIG
02 21 21	SUDECAP	REMOÇÃO DE PADRAO COPASA
02 21 22	SUDECAP	REMOÇÃO DE INTERFONE
02.22	SUDECAP	REMOÇÃO DE BANCADA
02 22.01	SUDECAP	DE PEDRA(MARMORE, GRANITO, ARDOSIA, MARMORITE, ETC)
02.23	SUDECAP	REMOÇÃO DE CERCA E ALAMBRADO
02.23.01	SUDECAP	CERCA DE ARAME
02.23.03	SUDECAP	ALAMBRADO
02.26	SUDECAP	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CARRINHO DE MÃO
02 26 01	SUDECAP	DMT <= 50,0 M
02 26.02	SUDECAP	50,0 M < DMT <= 100,0 M
02.27	SUDECAP	CARGA DE MATERIAL DEMOLIDO SOBRE CAMINHAO
02 27.01	SUDECAP	MANUAL

M2	12,23
M2	26
M2	69
M2	16,32
M2	4,89
M2	34,62
M2	2,26
M2	11,42
M2	21,22
M2	5,72
M2	13,46
M2	22,42
M2	19,59
M2	11,78
M2	4,59
M2	6,04
M2	5,72
M2	11,78
M	1,88
M3	201,98
M3	277,49
M3	80,60
M3	127,74
M3	91,78
M	7,15
M	21,44
M2	6,09
M3	14,14
M2	34,62
M2	12,64
M2	6,42
M2	0,87
M2	18,32
UN	51,84
UN	10,50
UN	11,22
UN	11,21
UN	2,74
UN	0,71
UN	69,24
UN	51,94
UN	5,91
M2	34,62
M	8,44
M2	12,23
M3	21,44
M3	28,58
M3	18,44



Amanda Fabiana Lobo Santos
Assessor II - Matr. 20144361
Prefeitura de Congonhas

Paulo Henrique Vieira Uchôa
Engenheiro Civil
CREA-MG 212414/D

Rosângela Apolinário Costa
Diretora de Área
Desenvolvimento Urbano

Simão Maria de Jesus Magalhães
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

21.03	SUDECAP	MEIO FIO E CORDÃO - PADRÃO SUDECAP	M	29,44
21.03.03	SUDECAP	MEIO FIO EM CONCRETO PRE-MOLDADO FCK>=20MPA, PADRÃO SUDECAP TIPO A, 30 X 14,2/12 (H X L1/L2), COMPRIMENTO 80 CM	M	34,93
21.03.04	SUDECAP	MEIO FIO EM CONCRETO PRE-MOLDADO FCK>=20MPA, PADRÃO SUDECAP TIPO B, 40 X 15/12 (H X L1/L2), COMPRIMENTO 80CM	M	29,83
21.03.15	SUDECAP	CORDÃO DE TIJOLOS MACIÇOS - CUTELO - CHAPISCADOS	M	34,91
21.03.16	SUDECAP	CORDÃO DE CONC. PREMOLDADO BOLEADO 10X10 COM BASE	M	
21.04	SUDECAP	REMOÇÃO E REASSENTAMENTO DE MEIO-FIO	M	28,24
21.04.01	SUDECAP	PREMOLDADO DE CONCRETO	M	42,09
21.04.02	SUDECAP	DE PEDRA	M	
21.05	SUDECAP	PASSEIOS	M2	97,13
21.05.01	SUDECAP	DE CONCRETO 15 MPa E=6CM JUNTA SECA 3M MANUAL	M2	47,99
21.05.03	SUDECAP	CONCRETO >=20MPA USINADO E=8CM MECANIZ.(INCL. TELA)	M2	
21.06	SUDECAP	FORNEC. E LANÇAM. DE MATERIAL EM DRENO E PATIO	M3	99,10
21.06.01	SUDECAP	BRITA	M3	106,12
21.06.02	SUDECAP	AREIA	M3	106,12
21.06.03	SUDECAP	CASCALHO	M3	
21.07	SUDECAP	LANÇAMENTO E ESPALHAMENTO DE MATERIAIS EM PASSEIO	M3	14,29
21.07.01	SUDECAP	SOLO EM ÁREA DE PASSEIO	M3	
21.08	SUDECAP	MURO DE VEDAÇÃO DE CONCRETO PREMOLD. TIPO CALHA"V"	M	267,60
21.08.08	SUDECAP	ALTURA LIVRE= 2,5M, SAPATA CONCRETO 1'3"6, 30X50CM	M	
21.09	SUDECAP	QUADRA	M2	47,99
21.09.02	SUDECAP	CONCRETO >=20MPA USINADO E=8CM MECANIZ. (INCL. TELA)	M2	4,96
21.09.03	SUDECAP	BASE EM COLCHÃO DE BRITA ESP. 5CM P/ PISO DE QUADRA	M2	
21.11	SUDECAP	MURO DIVISA ALV. INCL. SAPATA 1.3'6 30X40CM E CHAPEU	M	218,12
21.11.03	SUDECAP	BLOCO DE CONCRETO APARENTE ESP= 15 CM, H= 1,80 M	M	275,96
21.11.06	SUDECAP	BLOCO DE CONCRETO APARENTE ESP= 15 CM, H= 2,50 M	M	444,60
21.11.13	SUDECAP	TIJOLO FURADO ESP=10CM, REBOCADO E PINTADO H=1,80M	M	526,55
21.11	SUDECAP	TIJOLO FURADO ESP=10CM, REBOCADO E PINTADO H=2,50M	M	
21.11	SUDECAP	CHAPEU DE MURO	M	22,19
21.12.01	SUDECAP	CHAPEU DE MURO PADRÃO SUDECAP	M	
21.15	SUDECAP	CERCA DE MOURÃO A CADA 2,5 M	M	39,06
21.15.02	SUDECAP	TIPO 2-MOURÃO DE CONCRETO E 3 FIOS DE ARAME	M	104,36
21.15.04	SUDECAP	TIPO 4-MOURÃO CONCRETO PV E 8 FIOS DE ARAME FARPADO	M	147,16
21.15.05	SUDECAP	TIPO 6-MOURÃO PV E TELA GALV. #2 FIO 12,4 FIOS ARAME	M	103,23
21.15.07	SUDECAP	C/8 FIOS DE ARAME LISO 2 DE ARAME FARP. MOURÃO PV	M	
21.20	SUDECAP	ALAMBRADO	M2	213,13
21.20.01	SUDECAP	EM TUBO GALVANIZ. DIN-2440 D=2", TELA #2" E FIO 12	M2	
21.25	SUDECAP	ESTRUTURA SUPORTE PARA FIXAÇÃO DE ARAME FARPADO	UN	50,50
21.25.01	SUDECAP	CANTONEIRA FERRO 1 1/2X3/16" COMP=1,1M C/CHUMBADOR	M	2,64
21.25.02	SUDECAP	ARAME FARPADO ESTICADO E AMARRADO A CANTONEIRA	M	
21.29	SUDECAP	BARREIRA DE SEGURANÇA DE CONCRETO	M	1.017,92
21.29.01	SUDECAP	GUARDA RODAS SIMPLES - PADRÃO SUDECAP	M	413,23
21.29.02	SUDECAP	BARREIRA NEW JERSEY - SIMPLES - PADRÃO DER	M	
21.30	SUDECAP	GRAMAÇÃO, INCLUSIVE PLANTIO	M2	16,07
21.30.06	SUDECAP	GRAMA SÃO CARLOS - AXONOPUS COMPRESSUS	M2	13,77
21.30.07	SUDECAP	GRAMA ESMERALDA - WILD ZOYSIA	M2	24,07
21.30.08	SUDECAP	GRAMA AMENDOIM - ARACHIS REPENS	M2	
21.31	SUDECAP	PREPARO DE COVAS, EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DA MUDA	UN	17,28
21.31.01	SUDECAP	DE ÁRVORES HMIN= 1,80M, COVA 60X60X60 CM	UN	34,58
21.31.02	SUDECAP	DE ÁRVORES HMIN=> 2,50M, COVA 60X120X60 CM	UN	7,47
21.31.07	SUDECAP	DE ARBUSTOS ORNAMENTAIS EM GERAL	M2	21,52
21.31.08	SUDECAP	DE FORRAÇÃO	M2	
21.32	SUDECAP	FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAISAGISMO:	M3	56,00
21.32.01	SUDECAP	TERRA VEGETAL	M3	116,00
21.32.02	SUDECAP	ADUBO ORGÂNICO	KG	2,90
21.32.03	SUDECAP	ADUBO MINERAL 10-10-10	KG	2,58
21.32.04	SUDECAP	ADUBO MINERAL 4-14-8	KG	0,07
21.32.05	SUDECAP	CALCAREO DOLOMITICO (ACIMA DE 1T)	KG	
21.33	SUDECAP	FORNECIMENTO DE MUDAS	UN	78,90
21.33.01	SUDECAP	ÁRVORE - SIBIPIRUNA - CAESALPINIA PELTOPHOROIDES	UN	76,90
21.33.02	SUDECAP	ÁRVORE - IPE ROSA - TABEBUIA AVELLANEAE	UN	76,90
21.33.03	SUDECAP	ÁRVORE - PAU-FERRO - CAESALPINIA FERREA LEIOSTACHYA	UN	76,90
21.33.04	SUDECAP	ÁRVORE - ACASSIA MINOSA - ACASSIA PODALYRIIFOLIA	UN	76,90
21.33.05	SUDECAP	ÁRVORE - JACARANDA MIMOSO - JACARANDA CUSPIDIFOLIA	UN	1,14
21.33.40	SUDECAP	FORRAÇÃO - ACALIPHA - ACALIPHA REPTANS	UN	1,14
21.33.41	SUDECAP	FORRAÇÃO - WEDELIA - WEDELIA PALUDOSA	UN	1,30
21.33.42	SUDECAP	FORRAÇÃO - CLOROFITO - CLOROFITUM	UN	1,30
21.33.50	SUDECAP	ARBUSTO - BELA EMÍLIA - PLUMBAGO CAPENSIS	UN	1,30
21.33.51	SUDECAP	ARBUSTO - CAMARÁ - LANTANA CAMARÁ	UN	70,00
21.33.70	SUDECAP	PALMEIRA - LICURI	UN	



Simão Maria de Jesus Magalhães
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Paulo Henrique Vieira Uchôa
Engenheiro Civil
CREA-MG 212414/D

Amanda Fabiane Lobo Santos
Assessor II - Matr. 20144361
Prefeitura de Congonhas

Rosângela Apolinário Costa
Diretora de Área
Desenvolvimento Urbano

19.20	SUDECAP	POÇO DE VISITA TIPO C - PADRAO SUDECAP		
19.20.02	SUDECAP	D= 500 MM	UN	2.598,20
19.20.03	SUDECAP	D= 600 MM	UN	2.682,74
19.20.04	SUDECAP	D= 700 MM	UN	2.777,92
19.20.05	SUDECAP	D= 800 MM	UN	2.958,50
19.20.06	SUDECAP	D= 900 MM	UN	3.155,20
19.20.07	SUDECAP	D= 1000 MM	UN	3.479,32
19.20.08	SUDECAP	D= 1100 MM	UN	3.763,20
19.20.09	SUDECAP	D= 1200 MM	UN	4.026,17
19.20.10	SUDECAP	D= 1300 MM	UN	4.319,10
19.20.11	SUDECAP	D= 1500 MM	UN	4.930,47
19.21	SUDECAP	CHAMINE DE POÇO DE VISITA - PADRAO SUDECAP	M	806,98
19.21.01	SUDECAP	TIPO A-ALVEN E=20CM REVESTIDA, C/DEGRAUS AÇO CA25	M	430,01
19.21.02	SUDECAP	TIPO B-ANEL CONCRETO CA-1, C/ DEGRAUS EM AÇO CA 25		
19.22	SUDECAP	TAMPAO DE POÇO DE VISITA	UN	634,72
19.22.02	SUDECAP	FERRO FUNDIDO NODULAR	UN	105,14
19.22.03	SUDECAP	REBAIXAMENTO DE TAMPAO DE PV EM ATE 20 CM	UN	233,74
19.22.04	SUDECAP	ALTEAMENTO DE TAMPAO DE PV EM ATE 20 CM		
19.23	SUDECAP	DESCIDA D'AGUA TIPO DEGRAU - PADRAO SUDECAP	M	551,44
19.23.02	SUDECAP	D= 500 MM	M	624,39
19.23.03	SUDECAP	D= 600 MM	M	693,49
19.23.04	SUDECAP	D= 700 MM	M	768,59
19.23.05	SUDECAP	D= 800 MM	M	839,81
19.23.06	SUDECAP	D= 900 MM	M	917,05
19.23.07	SUDECAP	D= 1000 MM	M	1.138,02
19.23.08	SUDECAP	D= 1100 MM	M	1.222,66
19.23.09	SUDECAP	D= 1200 MM	M	1.308,70
19.23.10	SUDECAP	D= 1300 MM	M	2.042,06
19.23.11	SUDECAP	D= 1500 MM		
19.24	SUDECAP	DESCIDA D'AGUA TIPO CALHA - PADRAO SUDECAP	M	360,77
19.24.02	SUDECAP	D= 500 MM	M	429,31
19.24.03	SUDECAP	D= 600 MM	M	493,72
19.24.04	SUDECAP	D= 700 MM	M	584,85
19.24.05	SUDECAP	D= 800 MM	M	631,39
19.24.06	SUDECAP	D= 900 MM	M	699,67
19.24.07	SUDECAP	D= 1000 MM	M	904,57
19.24.08	SUDECAP	D= 1100 MM	M	985,37
19.24.09	SUDECAP	D= 1200 MM	M	1.067,47
19.24.10	SUDECAP	D= 1300 MM	M	1.764,30
19.24.11	SUDECAP	D= 1500 MM		
19.25	SUDECAP	DRENO - PADRAO SUDECAP	M	68,87
19.25.01	SUDECAP	DRENO PADRÃO SUDECAP TIPO A - AREIA GROSSA, BRITA 2 E TUBO PERFURADO EM PVC DN 200MM, L=50CM	M	61,96
19.25.02	SUDECAP	DRENO - PADRÃO SUDECAP TIPO B - MANTA DRENANTE, BRITA 3, TUBO PERFURADO EM PVC DN 160MM, L=50CM	M	83,19
19.25.03	SUDECAP	DRENO DE TALVEGUE TIPO A (BRITA E MANTA DRENANTE)		
19.27	SUDECAP	BARRAGEM - PADRAO SUDECAP	M3	113,16
19.27.01	SUDECAP	TIPO A - SACO DE RAFIA	M3	201,32
19.27.02	SUDECAP	TIPO B - SACO RAFIA 50KG (SOLO/CIMENTO-50KG/M3)		



[Assinatura]
José Maria de Jesus Magalhães
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

[Assinatura]
Paulo Henrique Vieira Uchôa
Engenheiro Civil
CREA-MG 212414/D

[Assinatura]
Rosângela Apolinário Lusa
Diretora de Área
Planejamento Urbano

[Assinatura]
Amanda Fabiana Lobo Santos
Assessor II - Matr. 20144361
Prefeitura de Congonhas

15		GALERIA CELULAR E/OU CONTENÇÕES		
05.01	SUDECAP	ENROCAMENTO COM PEDRA DE MAO		92,25
05.01.01	SUDECAP	JOGADA	M3	202,98
05.01.02	SUDECAP	ARRUMADA		
05.03	SUDECAP	CONCRETO DE REGULARIZAÇÃO		
05.03.01	SUDECAP	TRAÇO 1:3:6, FORNEC. E LANÇAMENTO SOBRE ENROCAMENTO	M3	479,42
05.04	SUDECAP	FORMA INCLUSIVE DESFORMA E LIMPEZA		
05.04.01	SUDECAP	FORMA DE COMPENSADO RESINADO	M2	69,27
05.05	SUDECAP	ARMAÇÃO INCLUSIVE CORTE, DOBRA E COLOCAÇÃO		
05.05.01	SUDECAP	AÇO CA-50 OU CA-60	KG	16,20
05.06	SUDECAP	JUNTA ELASTICA		
05.06.01	SUDECAP	JUNTA ELASTICA 0-22, FUNGENBAND OU EQUIVALENTE	M	69,29
05.06.02	SUDECAP	JUNTA ELASTICA 0-12, FUNGENBAND OU EQUIVALENTE	M	48,29
05.07	SUDECAP	CONCRETO ESTRUTURAL, FORN. APLICAÇÃO E ADENSAMENTO		
05.07.15	SUDECAP	FCR >= 15 MPA, BRITA CALCÁRIA, PREPARADO EM OBRA E LANÇADO EM GALERIAS/CONTENÇÕES	M3	497,95
05.07.20	SUDECAP	FCR >= 20 MPA, BRITA CALCÁRIA, PREPARADO EM OBRA E LANÇADO EM GALERIAS/CONTENÇÕES	M3	497,95
05.07.25	SUDECAP	FCR >= 25 MPA, BRITA CALCÁRIA, PREPARADO EM OBRA E LANÇADO EM GALERIAS/CONTENÇÕES	M3	538,68
05.07.26	SUDECAP	FCR >= 30 MPA, BRITA CALCÁRIA, PREPARADO EM OBRA E LANÇADO EM GALERIAS/CONTENÇÕES	M3	559,80
05.07.30	SUDECAP	FCR >= 40 MPA, BRITA CALCÁRIA, PREPARADO EM OBRA E LANÇADO EM GALERIAS/CONTENÇÕES	M3	615,54
05.07.35	SUDECAP	FCR >= 15 MPA, BRITA CALCÁRIA, USINADO CONVENCIONAL, LANÇADO EM GALERIAS/CONTENÇÕES	M3	362,67
05.07.40	SUDECAP	FCR >= 20 MPA, BRITA CALCÁRIA, USINADO CONVENCIONAL, LANÇADO EM GALERIAS/CONTENÇÕES	M3	380,27
05.07.45	SUDECAP	FCR >= 25 MPA, BRITA CALCÁRIA, USINADO CONVENCIONAL, LANÇADO EM GALERIAS/CONTENÇÕES	M3	384,67
05.07.46	SUDECAP	FCR >= 30 MPA, BRITA CALCÁRIA, USINADO CONVENCIONAL, LANÇADO EM GALERIAS/CONTENÇÕES	M3	392,37
05.07.47	SUDECAP	FCR >= 40 MPA, BRITA CALCÁRIA, USINADO CONVENCIONAL, LANÇADO EM GALERIAS/CONTENÇÕES	M3	423,17
05.1	SUDECAP	FORNECIMENTO E LANÇAMENTO DE MATERIAL DRENANTE		
05.09.01	SUDECAP	CASCALHO (COM ADENSAMENTO HIDRAULICO)	M3	106,12
05.09.02	SUDECAP	BRITA	M3	99,10
05.09.03	SUDECAP	AREIA (COM ADENSAMENTO HIDRAULICO)	M3	106,12
05.11	SUDECAP	MANTA DRENANTE GEOTEXTIL		
05.11.01	SUDECAP	MANTA GEOTEXTIL - 180 G/M2 - RES. TRACAO >= 9 KN/M	M2	3,81
05.11.03	SUDECAP	MANTA GEOTEXTIL - 300 G/M2 - RES. TRACAO >= 16 KN/M	M2	5,56
05.12	SUDECAP	DRENO BARBACAN		
05.12.01	SUDECAP	DRENO BARBACÃ DN 50 MM E COMPRIMENTO DE 0,50M	UN	7,52
05.12.02	SUDECAP	DRENO BARBACÃ DN 75 MM E COMPRIMENTO DE 0,50M	UN	9,33
05.12.03	SUDECAP	D= 100 MM E COMPRIMENTO DE 0,50M	UN	8,85
05.13	SUDECAP	DRENOS DE GALERIA		
05.13.01	SUDECAP	DRENO DE ALIVIO	UN	9,33
05.13.02	SUDECAP	DRENO DE SERVIÇO	M	157,40
05.13.10	SUDECAP	LIGAÇÃO DE DRENO EM LATERAL DE GALERIA	UN	75,52
05.16	SUDECAP	POÇO DE BOMBEAMENTO		
05.16.01	SUDECAP	TUBO CA-1 D= 400 MM	UN	671,26
05.17	SUDECAP	ALA DE GALERIA CELULAR		
05.17.01	SUDECAP	B= 1,20M	UN	9.324,73
05.17.02	SUDECAP	B= 1,30M	UN	9.672,05
05.17.03	SUDECAP	B= 1,40M	UN	10.019,64
05.17.04	SUDECAP	B= 1,50M	UN	10.365,93
05.17.05	SUDECAP	B= 1,60M	UN	7.298,94
05.17.06	SUDECAP	B= 1,70M	UN	7.516,63
05.17.07	SUDECAP	B= 1,80M	UN	7.722,92
05.17.08	SUDECAP	B= 1,90M	UN	7.985,22
05.17.09	SUDECAP	B= 2,00M	UN	8.300,16
05.17.10	SUDECAP	B= 2,10M	UN	8.588,99
05.17.11	SUDECAP	B= 2,20M	UN	8.894,26
05.17.12	SUDECAP	B= 2,30M	UN	9.199,20
05.17.13	SUDECAP	B= 2,40M	UN	9.521,12
05.17.14	SUDECAP	B= 2,50M	UN	9.776,44
05.17.15	SUDECAP	B= 2,60M	UN	10.098,95
05.17.16	SUDECAP	B= 2,70M	UN	10.382,79
05.17.17	SUDECAP	B= 2,80M	UN	10.803,52
05.17.18	SUDECAP	B= 2,90M	UN	11.025,18
05.17.19	SUDECAP	B= 3,00M	UN	11.298,04



[Signature]
Sônia Maria de Jesus Magalhães
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

[Signature]
Paulo Henrique Vieira Uchoi
Engenheiro Civil
CREA-MG 212414/O

[Signature]
Amândia Fabiane Lobo Santos
Assessor II - Matr. 20144361
Prefeitura de Congonhas

[Signature]
Rosângela Apolinário Costa
Diretora de Área
Desenvolvimento Urbano

Handwritten signature: *[Signature]*

Auto Menique Vieira Uchoa
Engenheiro Civil
CREA-MG 212414/D

Agua Apolinar Costa
Dirección de Área
Asesoramiento Urbano

72

[illegible]

Reclamação 1104123
MC 15:21h
53061



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

Folha Nº _____


Anexo ao Processo Nº _____ / _____, de _____ / _____ / _____

À Controladoria Geral,

Seguem os autos licitatórios para análise deste setor.

Atenciosamente.

Congonhas, 17 de abril de 2023.


Carlos Felipe Soares Ribeiro
Diretoria de Contratos e Licitações

RECEBIDO/CC

Data: 18 / 04 / 2023

Mat: 348

Ass.: 



SOLICITAÇÃO TERMO ADITIVO					
Processo: 117/2022		Modalidade: Adesão 04/2022		Contrato: 120/2022	
Objeto: Prestação de Serviços - Reparo e manutenção em dispositivo de infraestrutura urbana.					
Empresa: Consórcio SINAINFRA					
Prazo	Prestação de Serviço Contínuo		Prazo	Prestação de Serviço - (demais casos)	
Acréscimo de serviços existentes	x	Supressão de serviços	Inserção de Serviços Novos	x	Reajuste
Equilíbrio Econômico Financeiro		Convenção Coletiva		Realinhamento	

As solicitações foram elaboradas de forma clara e objetiva constando: (Conforme o caso)		Sim	Não	OBS.
01	Observância ao limite temporal disposto no artigo 57 (incisos / Parágrafos conforme o caso) da Lei 8.666/93.			N/A
02	O edital e/ou contrato estabelecem expressamente as condições de prorrogação.			N/A
03	Pesquisa de mercado e/ou justificativa a fim de verificar se os preços contratados permanecem vantajosos para administração. (Artigo 57, II, da lei 8.666/93).			N/A
04	Manifestação do gestor do contrato acerca da execução do contrato, justificativa da necessidade da prorrogação. (Art. 57, § 2º, da Lei 8.666/93).			N/A
05	Autorização da autoridade competente para realização do aditivo. (Artigo 57, § 2º da lei 8.666/93).	x		
06	Comprovante da manutenção das mesmas condições de habilitação exigidas na licitação. (Artigo 55, XIII, da Lei 8.666/93).		x	1
07	Informação da dotação suficiente para o custeio das respectivas despesas ou condicionamento da validade e eficácia da prorrogação à referida disponibilidade. (Artigo 7º, § 2º, III, da lei 8.666/93).		x	2
08	Em caso de acréscimos /ou supressões foi observado o limite previsto no artigo 65, § 1º, da lei 8.666/93.			N/A
09	Para restabelecer o equilíbrio econômico financeiro, o gestor do contrato demonstrou que a revisão dos preços foi aplicada somente ao insumo afetado pela alta dos preços.			N/A
10	Em caso de inserção de serviços novos ou acréscimo de serviços existentes, consta no processo explanação dos fatos supervenientes que justifique a alteração das condições da execução do contrato.		x	
11	Planilha demonstrando o percentual referente ao serviço novo e/ou percentual referente ao serviço existente.	x		
12	Consta no processo cópia da CCT - convenção coletiva de Trabalho.			N/A
13	Consta no processo manifestação da SEPLAG / Economistas referente ao índice de reajuste e/ou correção			N/A
14	Nos casos de reajuste observou-se o disposto no Decreto 5.832 de 06 de agosto 2013.			N/A
15	Foi emitido e anexado ao processo parecer jurídico referente a formalização do termo aditivo.			3

✓/A – Não se aplica

Observação:

1 - Recomendamos regularizar processo.

2 - Falta assinatura fls.949. OK,

3 – Dado as orientações jurídicas fls.995/1000, destacamos, portanto, que o gestor do contrato é que tem a competência para condução do seu processo, sendo ele o responsável pelas decisões que serão implementadas no mesmo. Frisamos que, as recomendações visam evitar futuros infortúnios decorrentes de uma disciplina contratual equivocada.

Carlos Magno de Souza
Controlador Geral do Município
Mat. 20144398

19/04/2023

RECEBIDO EM:

20 / 04 / 2023

às 11:00. Ass: [Assinatura]

Área de Contratos e Licitações

Marta de Paula Assis Vitarelli
Controladoria Geral
Mat. 348



A N E X O
AO PROCESSO
DE LICITAÇÃO

☐

ADESÃO

☐

TOMADA DE PREÇOS

Folha Nº :

☐

CONCORRÊNCIA

☐

DISPENSA

PMC Nº : 004/2022

☐

INEXIGIBILIDADE

☐

PREGÃO

☐

CREDENCIAMENTO

À DPOR,

Gentileza informar dotação orçamentária e financeira na ficha, para o que se pede na C.I. nº PMC/SEOB/110/2023, da Secretaria de Obras, e planilhas às fls. 1004 a 1008 do processo.

Congonhas, 24 de abril de 2023.



Evandra Lacerda
Diretoria de Contratos e Licitações

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



À

Área de Compras e Licitações,

Segue impacto orçamentário, bem como, informação de dotação orçamentária para o exercício de 2023.

A despesa referente à formalização do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº PMC/120/2022, entre o Município e o Consórcio SINAINFRA, que trata de reparos e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana, para acréscimo de serviços e inserção de serviços novos conforme processo nº **PRC/117/2022 – Vol. IV**, seguirá a dotação orçamentária abaixo:

Ficha: 313

Órgão: 12

Unidade: 04

Função: 26

Sub-função: 451


Programa: 0010

Atividade: 1.004 – Construção e Pavimentação de Vias Urbanas

4.4.90.51 – Obras e Instalações

Fonte: 1708

Congonhas, 24 de abril de 2023.


Patrícia Rosemara Silva Sousa
Diretora de Área - Orçamento

RECEBIDO EM:

26 / 04 / 2023

às 09 : 29 . Ass: 

Área de Contratos e Licitações



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS
CIDADE DOS PROFETAS



ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

A despesa referente à formalização do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº PMC/120/2022, entre o Município e o Consórcio SINAINFRA, que trata de reparos e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana, para acréscimo de serviços e inserção de serviços novos conforme processo nº PRC/117/2022 – Vol. IV, será contabilizada em dotação orçamentária própria, cujo saldo será suficiente para garantir o empenho de tal despesa no exercício corrente, a qual estimamos um valor de aproximadamente R\$ 2.648.072,38 (dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, setenta e dois reais e trinta e oito centavos).

Estimamos também que tal despesa comprometerá o 0,32% (zero vírgula trinta e dois por cento) da receita prevista no exercício atual, e 0,34% (zero vírgula trinta e quatro por cento) da despesa prevista no exercício financeiro de 2023.

A referida despesa é objeto de dotação específica e suficiente, previstas no programa de trabalho, assim como atende à Lei de Diretrizes Orçamentárias/2023, e encontra-se adequada aos parâmetros da administração; não infringindo, portanto, quaisquer disposições da legislação, especificamente ao que determina o artº 16 da Lei Complementar 101/2000.

Concluimos, portanto, que o município disporá de recursos orçamentários e financeiros suficientes para a realização desta despesa.

Prefeitura Municipal de Congonhas, aos vinte e quatro dias do mês de abril de 2023.

ANTONIO MENDES DA
SILVA:24521990606

Digitally signed by ANTONIO MENDES DA
SILVA:24521990606
Date: 2023.04.24 18:46:16 -03'00'

Antônio Mendes da Silva
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

**DECLARAÇÃO DA COMPATIBILIDADE ENTRE OS INSTRUMENTOS DE
PLANEJAMENTO**

Declaro, para fins do cumprimento do Inciso II, do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, que a despesa referente à formalização do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº PMC/120/2022, entre o Município e o Consórcio SINAINFRA, que trata de reparos e manutenção em dispositivos de infraestrutura urbana, para acréscimo de serviços e inserção de serviços novos conforme processo nº PRC/117/2022 – Vol. IV, é compatível com a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) no que se refere às metas da Administração, assim como é compatível com o PPA (Plano Plurianual).

Declaro, ainda, com base na Estimativa do Impacto Orçamentário- Financeiro que a despesa tem a devida adequação para sua realização.

Prefeitura Municipal de Congonhas, aos vinte e quatro dias do mês de abril de 2023.

SIMONIA MARIA
DE JESUS
MAGALHAES
Simônia Maria de Jesus Magalhães

Assinado de forma digital por
SIMONIA MARIA DE JESUS
MAGALHAES
Dados: 2023.04.26 08:13:46
-03'00'

Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura

001020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **CONSORCIO SINAINFRA**
CNPJ: **44.555.411/0001-19**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:03:24 do dia 13/02/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/08/2023.

Código de controle da certidão: **C7D1.42BB.0E98.71B8**


Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONFERIDA A AUTENTICIDADE

CONGONHAS, 01/05/23

[Assinatura]

Matrícula: 53061



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
15/02/2023

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
16/05/2023

NOME: CONSORCIO SINAINFRA

CNPJ/CPF: 44.555.411/0001-19

LOGRADOURO: RUA CAPITÃO SANCHO

NÚMERO: 209

COMPLEMENTO: SL 05,

BAIRRO: CENTRO

CEP: 38770000

DISTRITO/POVOADO: --

MUNICÍPIO: JOAO PINHEIRO

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO


A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2023000619723258

001021

CONFERIDA A AUTENTICIDADE

CONSONHAS, 04/05/2023.



Matricula: 53061



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PINHEIRO

MINAS GERAIS

Certidão de Débitos

18930299000113, 60 - Centro CNPJ 18930299000113 CEP: 38770000 Telefone.



001022

Certidão Negativa de Débitos

INFORMAÇÕES DO CONTRIBUINTE

Nome/Razão Social:

CONSORCIO SINAINFRA

CNPJ/CPF:

44.555.411/0001-19

Endereço:

Rua CAPITAO SPERIDIAO, 209, SALA 05, CENTRO, João Pinheiro, MG

INFORMAÇÕES DA CERTIDÃO

Número de Controle:

47397

Validador:

1CC80BBAO

A autenticidade desta certidão deve ser verificada em:

http://webcidadao.com.br:8080/web-cidadao-web/login?codAux=9B37S9&pagina=VALIDAR_AUTENTICIDADE

Atendendo requerimento da parte interessada, declaramos para os devidos fins, que o contribuinte acima citado, est. quite com a Fazenda Municipal.

Ressalvado . PREFEITURA MUNICIPAL DE JO.O PINHEIRO o direito de cobrar d.bitos posteriormente apurados, o Departamento de D.vid a Ativa e Legisla..o da Secretaria Municipal da Fazenda no uso de suas atribui..es legais, certifica que em nome do requerente, n.o existe d.bitos em aberto referente a Tributos Municipais.

A autenticidade desta certid.o dever. ser confirmada no site da Prefeitura Municipal de Jo.o Pinheiro - MG, em www.joaopinheiro.mg.gov.br

CONFERIDA A AUTENTICIDADE

CONGONHAS, 04/05/23

Matricula: 53061

Prefeitura Municipal de João Pinheiro , Quarta-feira, 15 de Fevereiro de 2023

Qualquer rasura invalida a certidão.

Validade do documento: 90 DIAS

Voltar

Imprimir

CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF

Inscrição: 44.555.411/0001-19

Razão Social: CONSORCIO SINAINFRA

Endereço: RUA CAPITAO SANCHO 209 SALA 05 / CENTRO / JOAO PINHEIRO / MG / 38770-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:10/04/2023 a 09/05/2023

Certificação Número: 2023041002134621662351

Informação obtida em 27/04/2023 14:39:10

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

CONFERIDA A AUTENTICIDADE

CONGONHAS, 04/05/2023.



Matricula: 53061

https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/impressao.jsf

1/1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSORCIO SINAINFRA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 44.555.411/0001-19

Certidão nº: 7113416/2023

Expedição: 15/02/2023, às 14:53:19

Validade: 14/08/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSORCIO SINAINFRA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **44.555.411/0001-19**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

CONFERIDA A AUTENTICIDADE

CONGONHAS, 01/05/2023.

Matrícula: 53061

**CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA**

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: CONSÓRCIO SINAINFRA

CNPJ: 44.555.411/0001-19

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 15 de Fevereiro de 2023 às 14:49

CONFERIDA A AUTENTICIDADE

CONGONHAS, 04/05/2023.



Matrícula: 53061

JOÃO PINHEIRO, 15 de Fevereiro de 2023 às 14:49

Código de Autenticação: 2302-1514-4919-0184-9423

Para validar esta certidão, acesse o site do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folha(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Empenho: _____

CENTRO DE CUSTO: -	DESPESA: 313/2023	001026
EMPENHO GLOBAL	DOTAÇÃO:	
VALOR DA AF: 2648072,38	449051 - Obras e Instalações	
VALOR A EMPENHAR: 2648072,38	449051/01 - Obras e Instalações de Domínio Público	
FONTE: Transferência da União Referente à Compensação Fin	1.4 Construção e Pavimentação de Vias	
DATA A EMPENHAR: 04/05/2023		

FAVORECIDO: 21966 - CONSORCIO SINAINFRA
CNPJ: 44.555.411/0001-19
ENDEREÇOR CAPITAO SANCHO, 209, SALA 05 - CENTRO
CIDADE: João Pinheiro - MG
CEP: 38770-000
TELEFONE:3835612334

PROC. DE COMPRA: 117/2022	LICITAÇÃO: 4/2022
CONTRATO:	HOMOLOGAÇÃO: 22/07/2022
ALIDADE: Pregão Eletrônico.	
OBJETO:	
ADESÃO DE ATA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REPAROS E MANUTENÇÃO EM DISPOSITIVOS DE INFRAESTRUTURA URBANA. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE ADITIVO O ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS EXISTENTES E A INSERÇÃO DE SERVIÇOS NOVOS, CONFORME PLANILHAS. AMPARO LEGAL NO ART. 65, INCISO I, ALÍNEA "B" E § 1º DA LEI 8.666/1993. PRC/117/2022; P.A. PMC/6148/2022; ADESÃO Nº PMC/004/2022; HOMOLOGAÇÃO: 22/07/2022; CONTRATO Nº PMC/120/2022.	

Assinatura/Carimbo do Responsavel